



PROFHISTÓRIA

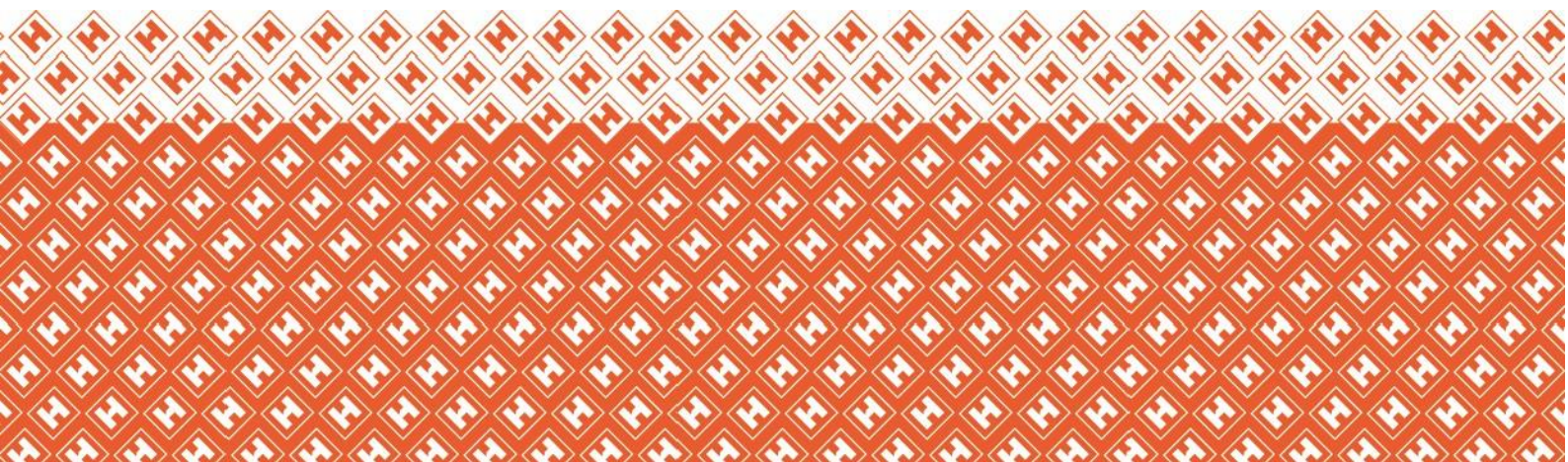
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

HENILDES SILVA DE ALMEIDA JUNIOR

A GUERRILHA DO ARAGUAIA
Entre a história e o ensino no Sul e Sudeste do Pará

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

XINGUARA-PA
Agosto/2022



HENILDES SILVA DE ALMEIDA JUNIOR

A GUERRILHA DO ARAGUAIA

Entre a história e o ensino no Sul e Sudeste do Pará

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Ensino de História-ProfHistória, apresentado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), requisito para a obtenção do grau de mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Andrey Minin Martin

XINGUARA-PA
Agosto/2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Campus de Xinguara

- A447g Almeida Junior, Henildes Silva de
A guerrilha do Araguaia: entre a história e o ensino no sul e sudeste do Pará / Henildes Silva de Almeida Junior. — 2022. 99 f.: il. color.
- Orientador(a): Andrey Minin Martin.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Ensino de História, Xinguara, 2022.
1. Guerrilhas - Pará. 2. Ditadura - Brasil - História. 3. História - Estudo e ensino. 4. Memória. 5. Araguaia, Guerrilha do, 1972-1975. I. Martin, Andrey Minin, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 981.063

Elaborado por Maria José Pereira da Silva - CRB-2/1707

Dedico a meu pai. In memoriam.

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, a Deus, doador da vida e liberdade, pelas bênçãos que são imensuráveis. Agradeço também a minha esposa, Cristiane, e filhos Guilherme, Aylla, Aquiles e Neto, por terem me dado suporte ao longo de toda essa jornada de estudos, além de ter suportado, por inúmeras vezes, minha ausência. Obrigado! É por vocês que não desisto. Não deixaria de agradecer a minha mãe, Cicineide, e irmãos que sempre estiveram dispostos a me ajudar quando precisei. Obrigado, família! Agradeço de maneira especial ao meu orientador, Andrey Martin, que me guiou de maneira esplêndida, e que se não fosse seus conselhos, eu não conseguiria. Obrigado, *teacher*! Agradeço imensamente a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, que disponibilizou o curso em Mestrado no Ensino de História e pelo apoio incondicional a nós proporcionado. Obrigado, UNIFESSPA!

“O que sabemos é uma gota; o que ignoramos é um oceano.”
(ISAAC NEWTON)

RESUMO

Considerado o maior conflito armado ocorrido na ditadura militar brasileira, a Guerrilha do Araguaia representa a manifestação de uma miríade de tensões latentes na sociedade brasileira na década de 1970 que resultaram em um dos episódios mais emblemáticos deste período. Ocorrida na porção norte do país, especificamente na região denominada de Bico do Papagaio, a pluralidade de sujeitos e narrativas envolvidas no acontecimento ainda influem na forma como este evento é narrado em distintos espaços. Dentre estes, sua presença enquanto componente curricular no ensino básico ainda desperta estranhamentos e distanciamentos. O objetivo desta dissertação é analisar a Guerrilha do Araguaia e suas abordagens dentro dos componentes curriculares no ensino básico, especialmente na região do conflito. A partir de entrevistas com educadores atuantes nas últimas décadas no ensino básico, bem como o levantamento de materiais utilizados, buscaremos entender as nuances na esteira de uma temática ainda latente em nossa história. Por fim, apresentaremos como proposta a produção de um Manual Pedagógico em formato digital (e-book) que contribuirá na ampliação da temática no currículo básico.

PALAVRAS-CHAVE: Guerrilha do Araguaia; Ensino de História; Memória.

RESUMEN

Considerado el mayor conflicto armado que tuvo lugar durante la dictadura militar brasileña, la Guerrilha do Araguaia representa la manifestación de un sinnúmero de tensiones latentes en la sociedad brasileña en la década de 1970 que resultó en uno de los episodios más emblemáticos de este período. Ocurrida en la zona norte del país, específicamente en la región denominada Bico do Papagaio, la pluralidad de sujetos y narrativas involucradas en el evento todavía influyen en la forma en que este evento es narrado en diferentes espacios. Entre estos, su presencia como componente curricular en la educación básica aún suscita extrañamiento y desapego. El objetivo de esta disertación es analizar la Guerrilha do Araguaia y sus enfoques dentro de los componentes curriculares en la educación básica, especialmente en la región del conflicto. A partir de entrevistas a educadores que actúan en la educación básica en las últimas décadas, así como de la realización de un relevamiento de los materiales utilizados, buscaremos comprender los matices a raíz de un tema aún latente en nuestra historia. Finalmente, presentaremos como propuesta la elaboración de un compendio de materiales que puedan contribuir a la ampliación del tema en el currículo básico.

PALABRAS CLAVE: Guerrilha do Araguaia; Enseñanza de la Historia; Memoria.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da região da Guerrilha do Araguaia.....	28
Figura 2: Mapa das bases dos Guerrilheiros e do Exército.....	34
Figura 03: Plano de curso do componente de História 9ºano – 3º Bimestre.....	58
Figura 04: Capa do Livro didático utilizado em Marabá.....	59
Figura 05: Proposta do Documento curricular de História 9ºano – Itupiranga.....	62
Figura 06: Proposta do Documento curricular do 9º ano História- São Domingo.....	63
Figura 07: Livro didático utilizado em São Domingos do Araguaia.....	65
Figura 08: Documento curricular do 9º ano História- São Geraldo.....	66
Figura 09: Livro didático utilizado em São Geraldo.....	67
Figura 10: Documento curricular do 9º ano História- Xinguara.....	68
Figura 11: Livro didático de Estudos Amazônicos, Tiese Júnior, 2014.....	71
Figura 12: Livro didático coleção “Estudos Amazônicos”, 2018.....	72

LISTA DE SIGLAS

AI- 5	Ato Institucional Número Cinco
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DOPS	Delegacias de Ordem Política e Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico-social do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação.
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCN	Parâmetros Nacionais de Educação
SEDUC	Secretaria da Educação do Estado
SEMED	Secretaria de Educação Municipal
SNI	Serviço Nacional de Informações
TERNUMA	Terrorismo Nunca Mais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
 CAPÍTULO I – GUERRILHA DO ARAGUAIA: ENTRE A HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA	
1.1 A Guerrilha do Araguaia: trajetórias e memórias do maior conflito armado brasileiro.....	20
1.2 Historiografia brasileira e a (in) visibilidade do debate	33
 CAPÍTULO II – ENSINO, CURRÍCULO E MEMÓRIA DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	
2.1 Currículo e a formação docente: Propostas e apontamentos sobre o estado do Pará...46	
2.2 Disciplina de Estudos Amazônicos	68
2.3 Falam os professores: propostas e experiências no chão da sala de aula	72
 CAPÍTULO 3 – PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO DIDÁTICO	
3.1 Apresentação e Proposta do Produto	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
ANEXOS.....	92
REFERÊNCIAS	93
 APENDICE A.....	 98

Introdução

Permitam-me iniciar este trabalho a partir de um lugar de fala específico, em primeira pessoa. Sempre me fascinei pela disciplina de História, e sempre me colocava dentro dos contos de história e isso me fazia viajar pelos mais diversos cantos e lugares. Eu me recordo de uma aula que ficou marcante em minha memória na 8ª série, atual 9º ano, lembro-me das palavras da professora que relatava sobre o evento que havia ocorrido em um vilarejo na Bahia, com um homem conhecido como “Antônio conselheiro”, e logo me veio à mente por que chamava esse homem de Antônio Conselheiro e por que esse evento ficou conhecido como Guerra de Canudos. A professora com suas explicações me deixara fascinado nas aulas de História, e muito mais encantado quando ela expôs o filme sobre o assunto.

E foi essa a razão pela qual decidi me tornar um professor de história, para tentar também encantar meus alunos, fazendo com que possam viajar por lugares fascinantes, da mesma forma que eu viajei. Já são 14 anos que leciono a disciplina de História, e ensinar história de forma eficaz é uma das minhas prioridades e objetivos enquanto educador, e fico ainda mais animado quando autores como Burke dizem que os historiadores são "guardiões dos segredos da memória social" (BURKE, 2006, p. 88-89). E isso me enche de esperança e orgulho no que diz respeito ao ensino de história, pois realmente me sinto como um guardião da memória.

E partindo dessa análise do ensino de história é que me deparei com a situação, na qual percebi que os estudantes desconheciam o assunto ao questioná-los a respeito da temática que nem integrava o componente curricular da disciplina de História.

Foi então, que comecei a inserir o tema em minhas aulas de história, e foi a partir disto, que comecei a buscar um curso de pós-graduação stricto sensu para minha qualificação profissional e um amigo me indicou o mestrado profissional o ProfHistória¹, que de certa forma preencheria as dúvidas a respeito do ensino de História e além, claro, me forneceria toda base sólida para entender os possíveis

¹ O Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistoria) é um programa de pós-graduação stricto sensu e tem como objetivo proporcionar formação continuada que contribua para a melhoria da qualidade do exercício da docência em História na Educação Básica, visando dar ao egresso qualificação certificada para o exercício da profissão de professor de História.

enlaces sobre a temática da Guerrilha do Araguaia não estar em alguns componentes curriculares dos municípios próximos ao evento ocorrido.

Essa é a proposta desse trabalho, analisar a Guerrilha do Araguaia e suas abordagens dentro dos componentes curriculares no ensino básico na região do conflito. Tecendo considerações a partir da historiografia do contexto no qual se insere o movimento buscando elucidar as lacunas curriculares na esteira de uma temática ainda latente em nossa história, compreendendo assim, como este conteúdo pode contribuir no presente processo de ensino de História e História da Amazônia na região Sul e Sudeste do Pará, centrando-se nos componentes curriculares das cidades próximas da região de conflito: Marabá, Itupiranga, São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia e Xinguara.

A Guerrilha do Araguaia foi o maior conflito armado ocorrido durante o período da ditadura militar brasileira, na região norte do país, precisamente na região conhecida como bico de papagaio², na divisa dos estados do Maranhão e Pará. Esse evento caracterizou-se por ser uma das formas de resistência à ditadura militar no Brasil, período marcado, dentre outros aspectos, pela censura e perseguições. Dentre seus desdobramentos, a luta armada tornou-se um dos principais campos de ação ante a perseguição e ilegalidade partidária impostas no período, levando a organização de guerrilhas urbanas e rurais, como a Guerrilha do Araguaia, que perdurou entre os anos de 1972 e 1975.

Por muitos anos suas histórias e mesmo existência permaneceram ocultas de uma história local e nacional, silenciadas, como veremos, pelos caminhos do regime instaurado. Os ocorridos marcaram profundamente a região de Araguaia, em sua pluralidade de sujeitos envolvidos nos acontecimentos, muitas vezes ainda silenciados na história. Para além dos guerrilheiros, muitos grupos e entidades acabaram presenciando e mesmo se envolvendo no conflito, tais como camponeses, profissionais liberais e grupos indígenas, como o caso dos Suruí / Aikewara da região do Bico do Papagaio, nos quais as terras foram palco de todo o conflito.³ Logo, de

² A região do Bico do Papagaio localiza-se Zona de confluência dos rios Araguaia/Tocantins e região de fronteira entre os Estados do Pará, Maranhão e Tocantins, o Bico do Papagaio nas décadas de 1960-70 do século passado, foi porta de entrada para a toda a Amazônia Legal constituindo-se numa região de intensos conflitos envolvendo posseiros, grileiros e fazendeiros durante todo o regime militar (1964-1985).

³ Por meio do Decreto Nº 88.648, em 30 de agosto de 1983, as terras dos indígenas Suruí/Aikewara foi demarcada e homologada com uma área total de 26.258 hectares, distribuídos entre os municípios de São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, São Domingos do Araguaia e Marabá. Essas

antemão, faz-se claro de como sua introdução nos desenhos curriculares foram, e ainda são, resquícios de uma trajetória de silenciamentos, e por que não, de escolhas singulares para a compreensão da própria região de conflito.

Em relação a sua historiografia, veremos que as primeiras publicações a respeito da Guerrilha do Araguaia remontam ainda aos fins da década de 1970, ligadas a vinculação de jornalistas, como Palmério Dória, Vincent Carelli, Jaime Sautchuk e o historiador Sérgio Buarque, que, na oportunidade, estavam fazendo reportagens da construção da então BR 230 Transamazônica. Logo, a cobertura da mídia, principalmente a imprensa, seria uma materialidade que acompanharia o próprio movimento sobre a interpretação dos acontecimentos.

E esta temática é uma marca pendular neste movimento historiográfico: ao longo das próximas décadas seria produzida leituras de correntes de jornalistas e pensadores que em tese eram considerados esquerdistas, mas que na verdade apenas estavam expondo os fatos que eram pesquisados.

Se contrapondo a esses argumentos, os próprios militares quiseram dar suas versões dos fatos ocorrido na Guerrilha do Araguaia. Diante disso, a partir dos anos 90, começaram a publicar livros relatando seu lado da história. Nessa mesma época sugeriram alguns trabalhos acadêmicos, e após análise da biblioteca de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, entre 1995 a 2020, foram encontrados trinta e um trabalhos no campo histórico relacionados ao tema da Guerrilha do Araguaia. Desses trinta e um, apenas três foram produzidos antes dos anos 2000, constatando-se que ocorrera um aumento significativo a partir da criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, através da Lei 12.528.

E tais movimentos pendulares influenciaram diretamente no campo educacional. Olhando especificamente para os conteúdos no ensino de história sobre a Guerrilha do Araguaia, dentro do banco de dados do ProfHistória, foram encontradas apenas duas dissertações correlacionadas a esse assunto: o trabalho de José Humberto Gomes Barbosa, "A Guerrilha do Araguaia: Memória, Esquecimento e Ensino de História Na Região Do Conflito", e de Izabella Gomes Lopes Bertoni – "Arte de Guerrilha" e Ensino De História: Abordagem Didática Da Resistência à Ditadura

terras expõem como uma ilha verde em meio a uma contínua área de pastagens na medida em que a criação de gado na região é um dos principais meios da economia regional.

Civil-Militar no Brasil a Partir das obras de Cildo Meireles”, sendo esse último mais pautado na resistência à Ditadura.

Logo, percebe-se que as análises sobre a temática vêm crescendo nas últimas décadas, ampliando a pluralidade de temas e debates, porém a abordagem sobre a Guerrilha do Araguaia nos caminhos educacionais ainda se mostra em expansão, e está pouco presente em alguns componentes curriculares no ensino básico, especialmente em municípios próximos a região na qual ocorrera o conflito. Embora ainda apareçam de forma tímida, a menção desta temática nas componentes se dá em virtude da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁴ que contribuiu para o esclarecimento de muitos fatos ocorridos durante o período ditatorial militar brasileiro. Assim, para nosso trabalho, o exame de seus documentos, juntamente com uma análise dos materiais didáticos e dos componentes curriculares que circuncidam as proximidades de onde houve o conflito foram cruciais para esta análise, bem como o importante uso das fontes orais, em que foram realizadas entrevistas com professores que lecionam em escolas das cidades da região Sul e Sudeste do Pará. Para além dos documentos da CNV, foi realizada uma análise de alguns documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT),⁵ possibilitando ainda mais o aprofundamento e esclarecimento da Guerrilha do Araguaia para a consolidação do produto.

A Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Pastoral da Terra deram-nos suporte não somente para análise textual, mas para o produto final dessa pesquisa, conjuntamente com outras materialidades documentais, como filmes, poesias e músicas relacionadas à Guerrilha do Araguaia. Com base nesses documentos elaborei um manual pedagógico em formato de e-book, apresentando o prelúdio da

⁴ A Comissão Nacional da Verdade (CNV), conhecida como Comissão da Verdade, é um órgão colegiado estabelecido pelo governo brasileiro para investigar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Essas ocorrências se deram no Brasil e no exterior, e foi praticada por "agentes públicos, aqueles que os serviram, como apoio do Estado brasileiro". A comissão foi composta por sete membros indicados pela ex-presidente Dilma Rousseff e é assessorado por consultores, consultores e pesquisadores. A Lei nº 12.528 / 2011 que a promulgou foi aprovada em 18 de novembro de 2011, e o comitê foi formalmente instalado em 16 de maio de 2012. A comissão ouviu os depoimentos de vítimas e testemunhas e convocou o agente da repressão para prestar depoimento. Organizou mais de 100 eventos na forma de audiências públicas e sessões sobre relatórios de pesquisas preliminares, muitos dos quais cooperaram com a Comissão Nacional da Verdade e organizações da sociedade civil. Investigações em unidades militares acompanhadas por ex-presos políticos e parentes de mortos e desaparecidos.

⁵ Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e nascido em 22 de junho de 1975, durante o Encontro de pastoral da Amazônia, convocado pela CNBB e realizado em Goiânia (GO). Como fato precursor ao nascimento da CPT, pode-se citar a Carta Pastoral: "Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social", lançada em 1971

Guerrilha e seus motivos, demonstrando todas as fases do conflito. Em seguida, será proposto também algumas sugestões pedagógicas para o professor de História do ensino fundamental para que possa contribuir, não somente para o debate sobre o tema central, mas para os caminhos do próprio período militar.

Outra fonte que mereceu muito atenção nesse trabalho foi a análise do livro didático, que por sua vez é utilizado nas escolas em quase sua totalidade, em que funciona, em grande parte dos casos, como a guisa condutora das atividades, juntamente com outras fontes. Segundo Circe Bittencourt, o livro didático a muito tempo não é uma ‘novidade’ enquanto fonte para análise histórica, adentrando cada vez mais as problematizações sobre o ensino. Objeto produtor e fruto de muitas “interferências”, ela entende que:

Por ser obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. É um objeto de ‘múltiplas facetas’, e para sua elaboração e uso existem muitas interferências (BITTENCOURT, 2012, p. 301).

É pensando nessas interferências que busco compreender o livro didático, de como ele pode influenciar o pedagógico de um sistema educacional, como também direcionar os caminhos da aprendizagem. E seguindo nessa esteira, analisando os livros didáticos utilizados pelos municípios em que se realizou a pesquisa, evidenciando que em todos os livros analisados não continham o conteúdo da Guerrilha do Araguaia, e isso me fez pensar nas possíveis interferências na construção destes materiais, que segundo Bittencourt, entre omissões, escolhas e silenciamentos se fazem assim algumas destas problematizações.

Além dos livros didáticos, também foram analisados os componentes curriculares de ensino de história das cidades próximas do ocorrido da guerrilha. Iniciando pela cidade Marabá, cidade central na região, analisamos os componentes curriculares das cidades de Itupiranga, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e Xinguara. A análise destes componentes se mostrou central por apresentarem uma ‘radiografia’ dos conteúdos ao longo do tempo, sendo todas pensadas nestas localidades como um guia para os professores trabalharem durante o ano. Esses guias são geralmente produzidos pelos coordenadores com a participação dos professores.

Os Referenciais Curriculares contêm todos os conteúdos a serem trabalhados no decorrer do ano letivo e a partir do seu estudo, são discutidos e escolhidos os conteúdos específicos por disciplina para que cada professor possa aplicá-los em sala de aula. E a partir disso, analisamos especificamente os da disciplina de História nos atentando para as lacunas e aproximações acerca das abordagens relacionadas à guerrilha do Araguaia contidas nesses Referenciais.

De modo conjunto, o uso das fontes orais como metodologia foi central na tessitura da pesquisa, na qual, dialogando com autores como René Barbier (1997) e Paul Thompson (1988) é possível ampliar as possibilidades de apreender as práticas e experiências dos sujeitos no processo de pertencimento a seus espaços de vida, adentrando, dentre outros elementos, em seu próprio lugar de falar e existir no mundo. Barbier entende que para esta realização é preciso ter uma “escuta Sensível”, pois apoia-se na empatia e no lugar do outro, ampliando seu próprio universo afetivo e de pertencimento, para “compreender o interior”, as atitudes e os comportamentos, o sistema de ideias, de valores, de símbolos e de mito, ou seja, o pesquisador deve, em muitas vezes, se colocar no lugar do outro.

Thompson expõe ao longo de suas análises alguns elementos que devem estar emaranhados no processo e relação entrevistador-entrevistado, visando a aproximação e entendimento fluídos neste processo: interesse e respeito pelos outros como pessoas e felicidade nas reações em relações a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles e, acima de tudo, disposição para escutar. Gestos que podem, sem um maior entendimento, parecerem básicos, mas que no processo e realização do trabalho foram centrais para entender o universo e trajetória das nove entrevistas realizadas junto a docentes da rede de ensino das cidades centrais nesta análise.

Essas entrevistas foram de suma importância para a pesquisa, pois elas revelaram o que realmente expressavam o chão da sala de aula, ou seja, a experiência dos professores nesses locais. Mesmo com o suporte por elas possibilitado para entender os caminhos da temática aqui em análise, ainda assim persistiu algumas situações e incógnitas que não foram sanadas com a pesquisa e que talvez só o tempo dará uma resposta plausível. E, de modo algum, estas lacunas podem ser aqui interpretadas como errôneas, mas justamente nos possibilitaram evidenciar a trama emaranhada neste debate, para além desse trabalho.

Para tessitura deste trabalho organizamos três capítulos. O primeiro capítulo intitulado a “Guerrilha do Araguaia: entre a história e a Historiografia”, apresenta e analisa as transformações históricas e historiográficas ocorridas desde a década de 1980, adentrando as posições e “jogos de escala” existentes na tessitura do que foi a Guerrilha, da própria Ditadura Militar e, por que não, da história de nosso tempo presente. Assim, entre guerrilheiros, partidos, táticas e estratégias, revelam-se um emaranhado de sujeitos presentes no conflito, entre trabalhadores rurais, grupos indígenas, brasileiros, por vezes ainda ausentes neste debate.

Razão pela qual pretendemos demonstrar um pouco sobre a (in)visibilidade da historiografia e dos debates sobre a Guerrilha do Araguaia nos primeiros escritos e em quais circunstâncias, apontando as versões de distintos grupos e sujeitos, entre soldados que participaram desse evento, e de como os trabalhos acadêmicos a respeito da Guerrilha cresceram nas últimas décadas.

O segundo capítulo “Ensino e a Memória da Guerrilha”, apresenta as bases ante a trajetória histórica da disciplina ante o período estudado, de forma a entender e elencar os interesses na condução, ou silenciamentos destes temas. Abordaremos os componentes curriculares, analisando, dentre outros elementos, materiais e livros didáticos que norteiam esta prática disciplinas na região do conflito.

E finalizado com o terceiro capítulo, que apresenta o produto final como componente resultante das reflexões tecidas ao longo da pesquisa, centrado em atender as necessidades e potencialidades deste conteúdo no ensino de história, especificamente nas turmas do 9º ano do Ensino Fundamental II. A partir dos conteúdos e elementos analisados ao longo do trabalho serão organizados um compêndio documental sobre a Guerrilha do Araguaia e suas potencialidades para o ensino de história na região, visando colaborar tanto para formação e aperfeiçoamento docente sobre a temática quanto para o exercício de conteúdos e atividades nos anos indicados, bem como indicações de filme, músicas, livros e sugestões de atividades e planos de aulas tecidos para serem trabalhados ante a temática, visando assim colaborar junto ao trabalho do professor.

Em suma, os resultados desta pesquisa pretendem contribuir junto aos professores, a partir de suas práticas e experiências, bem como as nossas, na ampliação de abordagens que forneçam subsídios para seu trabalho, não somente para o ensino da Guerrilha do Araguaia, mas para seu entendimento como um

componente que ultrapassa as fileiras das salas de aula, ampliando nossa percepção de um passado, que segundo Marc Bloch (2001), uma percepção do tempo presente.

CAPÍTULO I

GUERRILHA DO ARAGUAIA: O QUE NOS CONTA A HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Nesse capítulo abordaremos a história da Guerrilha do Araguaia e sua trajetória iniciada com a guerrilha rural pelo o partido do PC do B, por consequência da repressão imposta pela ditadura militar brasileira, demonstrando assim, a luta contra esse sistema, que resultou em um dos episódios mais representativos da resistência e de narrativas que houve nesse período, pois até nos dias de hoje, ainda paira dúvida sobre o que realmente ocorreu de fato nesse evento.

Dando continuidade, também faremos a análise de alguns escritos acerca da Guerrilha do Araguaia, com algumas narrativas de jornalistas, historiadores, escritores e militares, realizando comparações em seus escritos e demonstrando a historiografia da Guerrilha do Araguaia. Analisaremos também dissertações do banco de dissertações da CAPES, e do Profhistoria, com a temática Guerrilha do Araguaia, demonstrando assim a (in) visibilidade sobre esse tema, se tratando da região do conflito.

1.1 A Guerrilha do Araguaia: trajetórias e memórias do maior conflito armado brasileiro

"A comissão não abriga ressentimento, ódio nem perdão. Ela só é o contrário do esquecimento" (DILMA ROUSSEFF, 2012)

O historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen (2001) nos ensina que a consciência histórica é um fenômeno do mundo vital, impossível de ser desligado do próprio entendimento do papel da história na vida humana. Logo, para nós historiadores, sua compreensão torna-se base fundamental no que tange as formas e sentidos das experiências sociais e individuais produzidas pelas sociedades. Logo, a história possui função intrínseca no entendimento e orientação da vida humana e suas práticas.

É com base nisso que devemos tomar a consciência histórica como alicerce, pois quando isso ocorre, aprendemos que o reconhecimento faz parte ativa de uma sociedade que luta pelos seus direitos. E é esse reconhecimento que tanto buscam

os que de alguma forma participaram de eventos muitas vezes ocultados por forças, poderes e dominações.

E dentre a miríade de eventos latentes em nossa história contemporânea, a Guerrilha do Araguaia ainda suscita debates e interpretações, seja nos meandros das pesquisas, seja emaranhada em questões cotidianas, sempre que a ditadura militar é posta como pano de fundo para determinados posicionamentos. Sua complexidade está longe de findar os debates, sendo justamente uma temática muito presente entre jornalistas, antropólogos e historiadores.

Como vertemos ao longo do trabalho, observamos que, nas duas últimas décadas, houve um aumento em pesquisas relacionadas à temática, devido principalmente a novos projetos de divulgação documental, bem como ampliação “de espaços de memória” e depoimentos que produziram novas possibilidades narrativas sobre o contexto em questão. Neste processo, da mesma forma ocorreu com a Guerrilha do Araguaia, sempre há um fato novo que vem à tona e renova o debate, e surgem novos temas que geram novas histórias e novas memórias sobre o evento.

A maioria desses debates trazem novas ideias a respeito dos personagens que participaram desses eventos, pois no período do ocorrido ou logo após essas vozes foram silenciadas pelo temor de forças ou autoridades locais, que os perseguiram se acaso viessem falar sobre o assunto a jornalistas e pesquisadores. Como afirma Silva, “essas histórias não eram contadas no terreiro da residência onde todos pudessem ouvir, mas no seu interior, o clima de medo ainda pairava no ar” (1997, p.08). E foi devido a todo esse processo, que marcou centralmente o período entre as décadas de 1970 e grande parte da década de 1980, que seus eventos ficaram longe do conhecimento da sociedade, gerando por muitas vezes narrativas incompletas e subjetivas.

E dentre as várias narrativas subjugadas sobre a Guerrilha do Araguaia muitos elementos ainda se descortinam em relação aos guerrilheiros, moradores locais, bem como também, a dos próprios indígenas emaranhados no evento, neste caso, os Suruí/Aikewara, cujos confrontos foram realizados em seu território. E na esteira deste processo, apenas algumas versões permaneciam, como as dos militares, pois as informações escritas há muito tempo se concentravam em documentos oficiais que registravam essas informações. A ampliação documental, como já destacada, tem possibilitado a participação coletiva como um mecanismo de luta e resistência para

grupos relacionados ao evento, bem como para que pesquisadores repensassem e ampliassem o mote de entendimento.

A Guerrilha do Araguaia correspondeu ao conflito armado ocorrido na porção Norte do Brasil, na divisa dos estados do Maranhão e Pará, englobando atualmente uma parte do estado de Tocantins. Ocorrido entre 1972 e 1974, na região conhecida como Bico do Papagaio⁶, foi centrada no desmonte da luta armada organizada por grupos opositores ao regime instaurado em 1964, ligados, dentre outros, ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Ao longo destes anos o cenário que já estava emaranhado em problemáticas como conflitos agrários fez deste espaço um dos mais violentos do Brasil. Segundo Vinícius Viana, sua ocorrência:

Significou a ruptura com a experiência democrática que havia sido reestabelecida com o fim do Estado Novo (1937-1945) e a saída de Getúlio Vargas da presidência da República. Seguindo os preceitos da Escola Superior de Guerra (ESG), as Forças Armadas governaram de forma a limitar as possibilidades do exercício da oposição por vias democráticas, seja pela censura aos meios de comunicação, cassação de mandatos políticos ou mesmo fechamento do Congresso Nacional (2019, p. 01).

Como analisa o autor, a estrutura governamental instaurada não deixará espaços para a oposição, usando assim toda forma de censurar e repreensão. Para Daniel Aarão Reis (2002), a aprovação do Ato Institucional número 5, ou simplesmente AI 5, foi um “golpe dentro do golpe”, ou seja, uma fase de intensificação do regime iniciada com o golpe de 1964, intensificando o estado de exceção que perduraria até início da década de 1980, em um processo gradual de abertura. Ao longo de 21 anos e cinco “presidentes-generais”, a instauração do regime concentrou poderes, subverteu espaços democráticos, promoveu a censura, execuções e torturas⁷. Reafirmar tais colocações, tantas vezes já postas por grupos políticos, movimentos sociais e mesmo no debate histórico, se faz necessário em tempos como o atual. E Carlos Fico ressalta:

⁶ Situada no extremo-norte do Estado (norte de Goiás – hoje Tocantins; sul do Pará e sul do Maranhão, a região do Bico do Papagaio é a área de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, compondo a região dos municípios de Angico, Ananás, Aguiarnópolis, Augustinópolis, Esperantina, Itaguatins, Praia Norte, São Bento, São Sebastião e Tocantinópolis.

⁷ E a respeito disso o historiador Daniel Aarão Reis (2014) em entrevista cedida ao jornal Folha de S. Paulo, afirmou que “A tortura é um inferno. É feita para destruir você, e não só fisicamente. O objetivo é destruir a alma do prisioneiro. É uma vergonha que as Forças Armadas até hoje escondam esse episódio que mancha sua história”, referindo-se ao período mais dura do período ditatorial no Brasil. Isso nos mostra o quão foi dura e repressiva a ditadura militar.

É claro que havia tortura, é claro que havia responsabilidade e conhecimento dos oficiais-generais brasileiros, mas afirmo que esta dinâmica oficialmente marcada pela violência — com cadáveres lançados à rua e campos de concentração e extermínio em massa — não aconteceu no Brasil. O que não significa dizer que não houve violência: não concordo com essa tese jocosamente intitulada de “ditabranda”. Penso que isso é um equívoco, porque a sociedade brasileira foi vítima de uma espécie de violência muito ampla, sobretudo por causa dos serviços de informações. Mas não houve essa dinâmica marcada pela violência *tout court* do enfrentamento público. E, quando havia, os militares tentavam ocultar (2013, P. 468).

Sem adentrar nessas questões, é um debate para além do objetivo deste trabalho, devemos entender que a instauração do regime militar tem profundas conexões, ao menos discursivas, como uma possível reação ao suposto golpe comunista no Brasil. Mesmo sendo ainda uma problemática emaranhada em muitos debates, seus meandros ideológicos influenciaram nos rumos do regime instaurado, bem como nas aspirações de grupos contrários, tais como os guerrilheiros envolvidos na Guerrilha do Araguaia. Adentrando nos rumos e metamorfoses ocorridas nos caminhos do comunismo ao longo da Guerra Fria, suas nuances influíram nas ações, dentro do Brasil, entre os defensores de uma “transição pacífica” e os da luta armada, encaminhamento ocorrido com a realização da guerrilha. Nesse contexto, Gorender (1987) analisa que “os militantes de que defendia a luta armada, encamparam a argumentação e declarou assumir a defesa do verdadeiro partido comunista” (GORENDER, P. 213), ou seja, para eles o verdadeiro partido comunista deveria lutar com todas as forças possíveis, inclusive com o uso de forças letais se preciso fosse, e não somente como forma pacífica.

Assim, devemos entender que a ocorrência da guerrilha não está desconectada do processo mais amplo que a desencadeou, ligado ao próprio golpe de 1964, as relações entre aspirações comunistas e a oposição de governos como o dos EUA, bem como as distintas formas de (re)ação ocorridas ao longo destas duas décadas no país. Entre ações mais e menos incisivas plurais, grupos surgiram em oposição ao regime,⁸ resultando em eventos de maior expressividade, tal como a própria Guerrilha do Araguaia.

Carlos Fico (2009) ressalta que 1968 para história nacional:

⁸ Dentre a pluralidade podemos destacar: Ação Libertadora Nacional - ALN; Movimento Revolucionário Tiradentes - MRT; Movimento de Libertação Popular - MOLIPO; Vanguarda Armada Revolucionária - VAR; Ação Popular Marxista Leninista - APML.

Foi um desses momentos em que a história se adensa, parece transcorrer de maneira mais veloz, tantos foram os acontecimentos graves durante aquele ano. Basta um exame superficial da cronologia para identificarmos mortes de estudantes baleados pela polícia (Edson Luís, 28 de março, e Jose Carlos, 2 de outubro), assassinatos de militares estrangeiros perpetrados pela esquerda (major alemão Edward Von Westernhagen, 1 de julho, e capitão norte-americano Charles Chandler, 12 de outubro), manifestações sociais maciças e espontâneas (março a outubro), prisão arbitrária de ex-presidente da República (Jânio Quadros, julho a novembro), ataques a espetáculos teatrais, sequestro, espancamento e prisão de artistas (Roda viva, julho e outubro, Norma Bengel, 8 de outubro, e Caetano e Gil, 22 de dezembro), prisões em massa de estudantes (Ibitinga, 12 de outubro), roubos de armas militares (Hospital Militar, 22 de junho) e assim por diante. Se uma série como essa de acontecimentos assemelhados voltasse a acontecer em apenas um ano no Brasil de hoje, certamente viveríamos uma grande crise institucional (CARLOS FICO, 2009 P.35)

Precedido pelo período que a historiografia denomina como “anos de chumbo”⁹, a guerrilha também representou o resultado da crescente perseguição política urbana ocorrida de forma a, cada vez mais, levarem para clandestinidade qualquer ato e ação ante o governo instaurado. De forma geral, a guerrilha urbana já mostrava sinais de que necessitava de novos caminhos. Logo, grupos e mesmo partidos envolvidos na luta armada (na clandestinidade, devido ao AI-5) buscaram alternativas como a organização longe das capitais, como pontua Vítor Amorim:

A decretação do AI-5, no final de 1968, e o endurecimento do regime militar, o PC do B abandonou definitivamente a luta democrática em favor do enfrentamento armado. O mesmo caminho foi feito por outros partidos e organizações, que, nas cidades, deram início a uma onda de atentados e expropriações. O PC do B, ao contrário, praticamente não se envolveu em ações urbanas. Isso, de certa forma, preservou-lhe da perseguição da ditadura, garantindo melhores condições para estruturar a guerrilha no campo (2014, P. 03)

Dessa forma, os Guerrilheiros do PC do B escolheram áreas remotas do Brasil, pois assim achavam que esses lugares seriam melhores para a estruturação da guerrilha. O historiador Romualdo Campos Filho (2012), em citação ao relatório Arroyo¹⁰ (1974), ressalta que:

⁹ Os anos de chumbo foram o período mais repressivo da ditadura militar no Brasil, estendendo-se basicamente do fim de 1968, com a edição do AI-5 em 13 de dezembro daquele ano, até o final do governo Médici, em março de 1974. Alguns, reservam a expressão “anos de chumbo” especificamente para o governo Médici. O período se destaca pelo feroz combate entre a extrema-esquerda versus extrema-direita, de um lado, e de outro, o aparelho repressivo policial-militar do Estado.

¹⁰ Ângelo Arroyo, era um dos guerrilheiros no sul do Pará, era um dos comandantes da guerrilha, ajudando a organizar pequenos grupos para furar o cerco militar. Seu “Relatório Arroyo”, em que relata a ação de resistência comunista no Araguaia, é um dos principais e únicos documentos existentes sobre a história da guerrilha. Nele foram indicadas as ações do movimento, além das mortes e

A região do Araguaia oferece condições propícias. É zona de mata, e na mata o inimigo não pode usar tanques, artilharia, bombardeio aéreo de precisão etc. Tem de estar a pé como o guerrilheiro. É uma zona de massa pobre e explorada (frente pioneira de penetração da massa camponesa sem-terra), circundada por povoados e cidades pequenas e médias também de grande pobreza. Dispõe de caça abundante, castanha-do-pará, babaçu e outros meios de alimentação. Possui vasta área, em extensão e profundidade, que serve de campo de manobra às forças combatentes (ARROYO, 1974 apud CAMPOS FILHO, 2012, p. 108).

Começava então a chamada Guerrilha rural, centralizada em espaços distantes de centros urbanos, bem como de um cuidado estrutural governamental. No caso da região denominada Bico do Papagaio, esse processo de intensificação da ocupação tem suas raízes ainda na década de 1960, quando alguns membros do PC do B se estabeleceram próximos ao rio Araguaia,¹¹ momento em que se observa, como destaca Ailton Reis (2014), o crescimento do fluxo migratório procedente principalmente da região nordeste e de outras localidades da região norte. Eram cultivadores de terras, garimpeiros, caçadores de peles de animais, migrantes em busca de todo tipo de trabalho e riqueza que essas terras poderiam proporcionar. Logo, a região em que ocorrera a guerrilha já se mostravam antes mesmo do conflito emaranhada em uma pluralidade de problemáticas, principalmente ligadas às questões agrárias. Na maioria dos casos, segundo autores como Petit, Reis e Tadeu (2014):

Trabalhadores rurais pobres, vaqueiros, garimpeiros destituídos de seus bens de produção no Nordeste, no Centro-Oeste e no Sudeste do país, passaram a chegar a essa parte da Amazônia em busca da terra somando-se às famílias que ali se encontravam. Vieram também atraídos pelas políticas de desenvolvimento do Governo Federal e pela propaganda de terra e lucro fácil na Amazônia (P. 344)

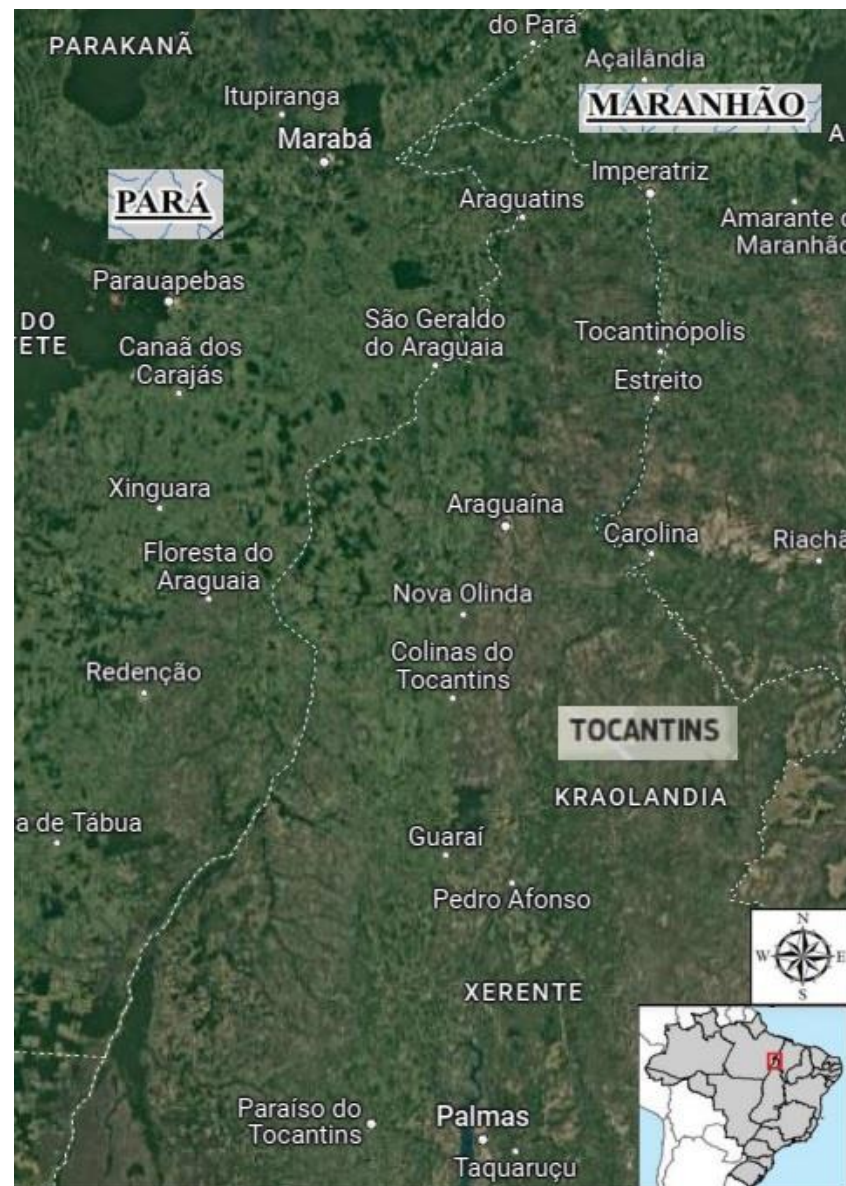
Mesmo sendo uma região de baixo índice populacional no período analisado, o que não significa estar desabitado como constava para o governo a época, as décadas de 1960 e 1970 assistiram então à intensificação migratória, proveniente de

desaparecimentos ao longo dos dois anos da Guerrilha do Araguaia. Nele, Arroyo mostrava como pretendia iniciar a luta armada, como colocar em prática toda sua ideia de linha de massa revolucionária do PC do B e segundo esta ideia, a luta começaria no interior em forma de guerrilha e com apoio total das massas, se tornando assim uma guerra popular. Até hoje, o relatório feito por Arroyo e apreendido no dia de sua morte é o mais completo documento sobre a ação no sul do Pará.

¹¹ A chegada em 1966 de Osvaldo Orlando da Costa, conhecido como “Osvaldão” daria início a presença de integrantes do PC do B na região, posteriormente marcado pela presença de jovens estudantes que haviam participado de manifestações em grandes centros entre 1966 e 1972.

um processo de “migração espontânea”, por meio da ocupação de terras devolutas (IANNI, 1979) ou mesmo pelos novos programas expansionistas promovidos pelo governo, na esteira da instalação de grandes projetos de setores de transporte, energia e mineração. E a chegada destes guerrilheiros de diversas partes do país ocorre na esteira da instalação de bases militares na região, centralmente entre 1966 e 1969 (MEDEIROS, 2013). Este cenário em transformação era visualizado pelos guerrilheiros como propício para a organização e treinamento, interpretado como distante do poder público e perto de necessidades latentes de um espaço em conflito.

Figura 1 – Mapa da região da Guerrilha do Araguaia.



Fonte: Autor (2022).

Assim, entendemos que o advento da Guerrilha não instituiu um novo sistema de cerceamento e perseguição, mas intensificou o aparato de segurança e inteligência gradualmente adotados desde 1964, com claro e direto objetivo de findar com qualquer ação de guerrilha, urbana ou rural, gestada no período. Segundo Aloísio M. Souza (2002), ao longo de todo evento foram envolvidos 98 guerrilheiros, dos quais 41 foram executados em bases estabelecidas pelo Exército em diferentes pontos da região e 18 foram mortos no conflito, geralmente nas matas. Nas três operações realizadas de 1972 a 1974, o Exército brasileiro envolveu aproximadamente 3.000 militares, entre federais, rodoviários, polícia civil e polícia militar. Se incluirmos indígenas e agricultores, o número estimado de mortes durante o evento seria maior.

A estrutura montada na organização da guerrilha contou com três destacamentos (bases): o primeiro próximo à vila de São Domingos (PA), outro às margens do rio Gameleira (PA) e o último em local chamado Caianos, entre as cidades de São Geraldo do Araguaia (PA) e Xambioá, hoje pertencente ao Tocantins. Esta quase “triangulação” contava ainda com comando que, quando necessário, centralizada as ações (CAMPOS FILHO, 2012). O historiador ainda ressalta que os guerrilheiros eram bem organizados e que seus trabalhos correspondiam a várias etapas, sendo elas:

1ª) localização — iniciando-se pela Faveira; 2ª) desdobramento — estruturação de outras bases; 3ª) conhecimento/adaptação à região; 4ª) ligação estreita com as massas/integração (com maior dificuldade para a região do destacamento B, que possuía poucos habitantes); 5ª) treinamento militar — começou a ser feito; 6ª) armamento ficou para o final para evitar despertar suspeitas (CAMPOS FILHO, 2012, p. 115).

As dificuldades em comunicação não impediam contatos regulares com outros centros, principalmente o Sudeste, onde ficava o comitê central do partido PC do B. Dentre alguns nomes centrais para tal tarefa destacaram-se João Amazonas e Elza Monerat, que também tinham a incumbência de trazer novos recrutados ¹². Desde sua chegada os guerrilheiros possuíam proximidade com a população local, em maioria posseiros e trabalhadores extrativistas, como da Castanha do Pará. Como apresenta Barbosa (2016), pode se observar pela documentação, principalmente depoimentos, a realização de trabalhos de parto, alfabetização e mesmo serviços

¹² Ainda durante a primeira campanha, ocorrida em 1972, ao regressarem do Sudeste em direção as bases no Araguaia souberam da presença de militares a sua espera. Chegaram até Anápolis-GO e retornaram ao Sudeste, não voltando mais a região.

gerais prestados pelos guerrilheiros durante seu período de treinamento. Percorriam a região realizando a função de auxílio local ao mesmo tempo que afinavam sua aproximação e confiança, mantendo o sigilo mínimo para suas ações. Campos Filho afirma que:

Os militantes do PCdoB procuraram adaptar-se ao universo camponês, apesar da inexperiência da maioria, retribuindo a acolhida da população local com amizade e atendendo-a naquilo que ela mais precisava e não tinha a quem recorrer — como no caso de medicina, do comércio, de compras de remédios etc. (CAMPOS FILHO, 2012, p. 116).

Assim, entre a suposta revolução socialista a caminho e a esperada pelos militares, o Bico do Papagaio e sua população foram os que ficaram nos meandros do combate. No decorrer dos acontecimentos o exército brasileiro destacou três campanhas de combate direto aos “terroristas”, como denominados pela documentação do regime militar. A exatidão dos números, apresentados pela Comissão Nacional da Verdade indicam aproximadamente a participação de 800 militares na primeira campanha denominada “Operação Papagaio”, ocorrida no início de 1972. O historiador Janailson Macêdo Luiz (2018) ressalta que houve uma “grande movimentação de tropas pela região, vindas, sobretudo, de outras localidades, como Belém e Manaus [...] estima que cerca de dois mil soldados tenham sido mobilizados nessa fase” (LUIZ, 2018, p. 89).

Independentemente de quantos soldados realmente foram utilizados, Gaspari (2002) analisa que seu caráter não sigiloso deu vantagem aos guerrilheiros, que por meio de informações obtida junto à população local se mobilizaram previamente, conseguindo inclusive surpreender os militares, especialmente nos entornos de Xambioá.¹³ Autores como Peixoto (2011) pontuam que estes primeiros movimentos realizados pelo exército não foram bem recebidos pela população, que possuía previamente um contato maior com os guerrilheiros, e assim não contribuíram com informações mais significativas para o exército, ao menos em seu início. Isso porque ao longo do evento uns “jogos de narrativas” eram postos à prova para população, em que os militares propagavam informações e ocorridos nem sempre verdadeiros sobre os guerrilheiros, visando promover a desconfiança e medo em relação a sua presença.

¹³ Na tarde de 5 de maio, ocorreu o primeiro confronto entre as duas forças, guerrilheiros e militares. Uma pequena patrulha emboscou perto de um riacho. Os guerrilheiros dispersaram as tropas, feriram um tenente, um sargento e mataram o cabo Odílio Cruz Rosa, da 5ª Guarda de Belém (GASPARI, 2002, p. 225)

Em contrapartida, alguns guerrilheiros passaram a fazer desta aproximação uma forma de convencimento sobre a presença militar e o descaso governamental em relação a serviços prestados na região.

Mesmo que os moradores tenham sido intimidados, muitos deles foram recompensados para obter informações sobre o paradeiro dos guerrilheiros¹⁴, cerca de mil cruzeiros, resultando inicialmente na captura de 5 membros. Logo, entendemos que a estratégia organizada pelos militares não alçou os resultados esperados, visto que a documentação indicava o findar rápido dos terroristas.

Logo, as operações seguintes buscaram uma nova estratégia de ação. As operações “Sucurí” e “Marajoara”, respectivamente ocorridas em abril e outubro de 1973, tiveram caráter de sigilo, aproveitando-se de novas informações coletadas pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE)¹⁵ e promovendo a infiltração de militares em vilas próximas, como compradores de arroz, vendedores ou funcionários do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Este momento pode ser considerado decisivo para o desfecho do evento, pois foi o momento de aproximação do exército com a população, conseguindo quebrar grande parte das redes de contato e comunicação, resultando na captura, prisão e execução da maioria dos guerrilheiros.

Assim os segredos de estado na luta do Araguaia resultaram em operações secretas. Ao contrário da luta armada na cidade, não há inquérito policial militar, reclamação formal ou decisão judicial. A ordem não era capturar o prisioneiro. Em um trecho do depoimento do general reformado do Exército Nilton de Albuquerque Cerqueira para a CNV, ele afirma que “prender não era opção” na Guerrilha do Araguaia, levando ao entendimento da ocorrência de execuções durante o conflito. Por isso mesmo, se observa que a última fase de operações se caracteriza como a mais violenta, entre outubro de 1973 e dezembro de 1974. Contou com mais de 300 militares e maior apoio dos moradores locais do que nas operações anteriores, o que foi fundamental para seu sucesso. Os chamados “Mateiros”, convertidos em guias do

¹⁴ Os militares divulgaram entre os moradores da região uma espécie de tabela de preços pelas cabeças dos guerrilheiros. Osvaldão e Dina eram os mais valiosos. ‘Valiam 5 mil cruzeiros se apanhados vivos e 10 mil cruzeiros se mortos. Com 5 mil cruzeiros se comprava 10 vacas, ou um sítio de 20 hectares na região. Com 10 mil cruzeiros dava para comprar um Fusca, o automóvel mais vendido na ocasião’, conforme Studart (2013, p. 77).

¹⁵ Segundo Moraes e Silva (2005) o CIE obteve informações específicas sobre localização e próximas ações dos guerrilheiros ainda no ano de 1972, a partir por meio de interceptações ocorridas entre os guerrilheiros e membros presos em outros espaços, como Fortaleza e São Paulo.

Exército – coagidos para isso e alguns recompensados com lotes de terra –, cumpriram importante papel naquele processo¹⁶, relata Corrêa (2011).

Mais de 20 se tornaram guias do exército. A chegada do CIE (Centro de Informações do Exército) e das tropas de elite na região decretou um toque de recolher voluntário entre os moradores. Ninguém saía de casa à noite. A estratégia militar de intimidação provocou adesões aos dois lados; a eles, pelo medo, e aos guerrilheiros, para fugir dos militares. Como consequência dessa fase, muitos guerrilheiros e camponeses foram mortos em locais clandestinos de prisões, e visivelmente com seus direitos humanos violados. Um dos exemplos dos direitos humanos violados aconteceu na denominada A Casa Azul¹⁷, em Marabá, às margens da rodovia Transamazônica. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (2014):

Estima-se que morreram, em decorrência de tortura ou por execução, mais de 30 guerrilheiros que faziam oposição ao regime militar e que atuavam na Guerrilha do Araguaia. Os principais alvos eram militantes do PCdoB e moradores locais acusados de apoiar a guerrilha (CNV, 2014, v. 1, p. 793).

Campos Filho (2012), em suas pesquisas, corrobora com o indicado na documentação acima:

Os locais de tortura, pelo que se pôde constatar, eram as prisões no DNER e no Incra, em Marabá, na Bacaba e em Xambioá – nesta última cidade um dos locais em que as pessoas ficavam presas era um imenso buraco, cavado na base militar, com uma enorme grade jogada por cima (apelidado de Vietnã), onde se acotovelavam dezenas de prisioneiros. Nus, ou apenas de calção, os presos enfrentavam um sol escaldante, como é típico da região, além de chuvas constantes que são comuns naquela época do ano. Água para beber era jogada raramente, e alimentação, poucas vezes servida. As necessidades fisiológicas eram feitas ali mesmo, causando um cheiro insuportável. Também em Marabá as condições das celas não eram diferentes: os presos passavam por essas mesmas humilhações, completamente privados de direitos, tratados como animais e torturados por negarem fatos que desconheciam (CAMPOS FILHO, 2012, p. 142-143)

¹⁶ Hilário Clovis Costa, atualmente coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Tucuruí, era morador de São Geraldo do Araguaia na época da guerrilha. Ele define o papel dos mateiros: “Na verdade, (...) na segunda fase da guerrilha, para eles poderem capturar os guerrilheiros, tiveram mesmo que apelar para os trabalhadores da região. Os chamados mateiros, que conheciam a mata, que conheciam mais ou menos os pontos estratégicos na mata, onde os guerrilheiros poderiam estar. Na verdade, quem venceu a guerrilha acabou sendo os mateiros mesmo, mais do que os próprios militares. Eles acabaram entregando os guerrilheiros, já sabiam os pontos, as famílias que tinham mais contatos com eles, toda essa ligação” (depoimento pessoal, agosto de 2010).

¹⁷ Localizada em Marabá, no sudeste do Pará, no quilômetro 1 da rodovia Transamazônica, a Casa Azul era um centro de prisão clandestino utilizado pelo Centro de Informações do Exército (CIE) como um Centro de Informações e Triagem (CIT).

Assim, entre outubro de 1973 e os meses finais de 1974, os guerrilheiros foram sistematicamente eliminados. Com a diferença de poder de fogo agora mais evidente do que nas operações anteriores, a prioridade era eliminar o “comitê militar da guerrilha”, forma como os chefes da guerrilha era denominado nesta última fase de operações pelos militares. A produção e pesquisas sobre este momento indicam que, conjuntamente aos atos cometidos, muitos mitos se formularam sobre este processo de captura. Como uma narrativa fílmica saída diretamente da Guerra do Vietnã, helicópteros teriam sobrevoado a floresta com alto-falantes oferecendo rendição aos guerrilheiros, que entre fugas e rendições, eram capturados. Em uma delas, o já destacado “Osvaldão”,¹⁸ teria sido morto pelo Mateiro “Piauí”, tendo seu corpo arrastado de helicóptero pela região, servindo de aviso para o restante da população.¹⁹

A captura da última guerrilheira, Walquíria, em Xambioá no ano de 1974, representa o desfecho do conflito, que ficaria marcado nos próximos anos pela presença dos militares com a finalidade, segundo Peixoto (2011), da estruturação de um sistema de repressão e silenciamentos sobre os ocorridos. O objetivo desta “operação de limpeza” seria o de eliminar vestígios da presença do exército, bem como possíveis corpos deixados no local.

¹⁸ Osvaldo Orlando da Costa ou Osvaldão, foi um guerrilheiro brasileiro e um dos principais integrantes da Guerrilha do Araguaia, ocorrida na região Norte do Brasil na década de 1970. Membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi obrigado a viver na clandestinidade depois do golpe militar de 1964, quando passou a ser procurado por sua militância. Osvaldão foi o primeiro militante comunista a chegar na região do Araguaia, em 1967, com a missão de implantar uma guerrilha junto com outros companheiros. De acordo com as instruções do Partido, que pregava uma mistura dos militantes com os habitantes da região, estabeleceu-se como garimpeiro, caçador e mariscador. Tornou-se, em pouco tempo, o maior conhecedor da área ocupada pelos guerrilheiros e bastante popular entre os camponeses e agricultores do Bico do Papagaio, a região no sul do Pará onde o PCdoB se estabeleceu. Osvaldão foi morto com um tiro de carabina quando descansava num barranco, em 4 de fevereiro de 1974, nos estágios finais da ofensiva militar que aniquilou a guerrilha, pelo mateiro Arlindo Vieira 'Piauí', um conhecido seu que na época havia virado guia das patrulhas militares.

¹⁹ Em 1974, foi traído por um camponês local, Arlindo Piauí, que teria entregado Osvaldão às Forças Armadas. As versões divergem: ele pode ter morrido nas mãos do próprio Piauí ou ter sido preso e posteriormente fuzilado. Conta-se que, uma vez morto, seu corpo mutilado teria sido exibido como troféu em várias localidades da região, com o objetivo de extinguir qualquer vestígio do mito que já se tornara. (SANDRA, Negraes B. A Proposito do Araguaia. Em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/marco2004/ju244pag02. Acesso em 25 de Março 2021)

Figura 2 - Mapa das bases dos Guerrilheiros e do Exército



Fonte: Tropas e Armas (BATALHAS), 2006.

Os ocorridos marcaram profundamente a região de Araguaia, em sua pluralidade de sujeitos envolvidos nos acontecimentos, muitas vezes ainda silenciados na história. Para além dos guerrilheiros, muitos grupos e entidades acabaram presenciando e mesmo se envolvendo no conflito, tais como camponeses, profissionais liberais e grupos indígenas, como o caso dos Suruí / Aikewara da região do Bico do Papagaio, o qual as terras foram palco de todo o conflito. Essas terras indígenas foram ocupadas durante a primeira ação, em 1972, como acesso dos militares à área de floresta onde os guerrilheiros estavam localizados. Na terceira e última batalha, a aldeia Suruí / Aikewara foi totalmente ocupada pelo exército, transformando-se em base.

Michael Pollack (1992, p. 201) relata que “podem existir acontecimentos regionais que traumatizaram tanto, marcaram tanto uma região ou um grupo, que sua

memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de identificação”. E como de fato isso traumatizou aquela região do conflito, trazendo traumas irreparáveis para as pessoas que de alguma forma participaram desse evento. Somando a isto, as decorrentes ameaças, como por parte do major Sebastião de Moura Curió²⁰ que, ainda na atualidade, provocam silenciamentos naquela região. No caso de Curió se explica pelo fato de que o mesmo “permaneceu na área controlando uma equipe de informantes para coibir qualquer tentativa de manifestação de simpatia aos guerrilheiros”, como relata Campos Filho (2012, p. 189).

Mesmo com a pluralidade de sujeitos envolvidos no acontecimento, somente na última década novos relatos começaram a ganhar tons, principalmente com a instauração da CNV. Muitos trabalhos indicam que mesmo jornalistas, como Fernando Portela, buscaram produzir reportagens em meio ao conflito, alguns sendo bem-sucedidos e outros silenciados. Este processo resultou em distintas formas de como a guerrilha permeou a memória regional e mesmo nacional, influenciando diretamente em como este conteúdo se apresentou historicamente no campo educacional, principalmente no ensino básico, foco deste trabalho.

1.2 – Historiografia brasileira e a (in)visibilidade do debate

Como já destacado, nas últimas duas décadas, o período da ditadura militar tem tido cada vez mais repercussão e destaque no que tange a debates sobre seus acontecimentos, dentro e fora da academia. Diferentes aspectos deste contexto têm sido “reivindicados” e apropriados em muitas esferas sociais, atrelados a distintos posicionamentos, que têm contribuído para instigar a novas possibilidades de ampliação do debate e mesmo da produção historiográfica. Longe de esgotar sua complexidade e centralidade do período em questão a Guerrilha do Araguaia tem

²⁰ Sebastião Curió Rodrigues de Moura Sebastião Curió e pelo nome de guerra Marco Antônio Luchinni, é um militar, ex-pugilista, engenheiro, jornalista e político brasileiro. Foi um dos fundadores da cidade de Curionópolis, no sul do Pará e integrante das forças do exército que combateram a Guerrilha do Araguaia na Amazônia entre 1972 e 1974. Como militar, foi para o sul da Amazônia para combater o movimento armado da guerrilha do Araguaia, nas décadas de 1960 e 1970, e nunca mais retornou, virando liderança política na região. De acordo com estudos divulgados pelo Partido Comunista do Brasil, Curió foi o responsável pelo trabalho de inteligência militar no combate à guerrilha, utilizando informações obtidas de guerrilheiros capturados por meio de tortura. Foi também amparado pelo próprio governo vigente da época, que lhe forneceu uma identidade falsa, vez com o nome de Marco Antônio Luchinni, vez com os nomes de Paulo e Tibiriçá. Segundo sua documentação forjada era assistente técnico reconhecido pelo Ministério da Agricultura, além de também ter sido considerado repórter da Rede Globo na década de 1980.

acompanhado este movimento revisionista, na esteira da consolidação de novos movimentos e comissões de luta e reivindicação sobre atos cometidos durante estes regimes, bem como para a quebra de sigilo documental.

E esta gama de produções em diferentes problematizações, como apontado pela historiografia brasileira sobre a guerrilha²¹, vem acompanhando um movimento mais amplo de debates em outros países da América do Sul que também estiveram permeados por regimes autoritários ao longo do século XX, como Argentina, Chile e Uruguai. Na perspectiva de autores como Neves e Liebel:

Os fatores que levam a essas ondas são ainda motivo de debate e de análise, mas a literatura aponta para uma preponderância de aspectos externos, como políticas imperialistas, políticas pelos direitos humanos, grau de estabilidade dos países vizinhos, o momento da Guerra Fria, atores e agências internacionais, conjunturas exteriores, etc. [...] Na historiografia recente, o trabalho de James Green (2005) sobre o caso brasileiro pode ser apontado como um exemplo que se aproxima dessa vertente, localizando na mudança de olhar da política externa norte americana em direção aos direitos humanos, durante o governo Carter, um ponto esclarecedor para o recrudescimento da ditadura. Essa aproximação explicativa dos fatores externos nega, entretanto, a teoria da modernização, que prega uma percepção evolutiva determinista, ligando o desenvolvimento econômico ao crescimento dos valores democráticos (2015, p. 06).

E na esteira da centralidade deste período histórico nos debates atuais, o desenvolvimento e ampliação do campo do Ensino de História nas últimas décadas também proporcionou a realização de novas análises sobre a ditadura militar nos caminhos do ensino básico. Seja no exame de materiais didáticos, mudanças legislativas, experiências docentes durante e após este período, os acontecimentos envoltos neste contexto constroem uma temática profícua na produção atual (REZNIK, 2004; ROCHA, 2008; LOURENÇO, 2010).

A partir da década de 1980, nos caminhos da reabertura política, novas perspectivas se abriram para se pensar o período em questão, nos quais, como pontua Fico (2004), gradualmente mitos e estereótipos vão sendo superados, na esteira do distanciamento histórico, que resultaram ao longo das primeiras décadas do século XXI na efetiva consolidações de ações como a própria criação da Comissão Nacional da Verdade como um bom exemplo de tais ações:

²¹ De antemão, podemos destacar uma trajetória de obras já conhecidas sobre a guerrilha: MOURA, 1979; POMAR, 1980; SÁ, 1990; CABRAL, 1993; ROCHA, 1995; CAMPOS FILHO, 1997; NASCIMENTO, 2000; MORAIS e SILVA, 2005; STUART, 2006; RODRIGUES, 2008; PEIXOTO, 2011; NOSSA, 2012; MECHI, 2012; TELES, 2014.

No Brasil, somente quase trinta anos depois do fim da ditadura e cinquenta de seu começo, é criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) pela Presidente Dilma Rousseff, com a Lei nº 12.5282, de 18 de novembro de 2011, como uma das providências que o País precisou tomar diante da condenação que sofreu pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em virtude do episódio conhecido como Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”, 1972-1975), durante a ditadura civil-militar no País (1964- 1985). Evidentemente, os cinquenta anos de história não passaram em branco; muito já foi dito sobre esse período da nossa história em importantes filmes, documentários, livros, pesquisas acadêmicas, relatórios organizados por movimentos que militam em prol dos direitos humanos, etc., tanto que a CNV, conforme seu Relatório Final (BRASIL, 2014), considera que seus trabalhos vêm somar-se “a todos os esforços anteriores de registros dos fatos e esclarecimento das circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988” (DALTOË, 2014, p. 20).

Logo, a consolidação destas comissões vem contribuir definitivamente para ampliar também um movimento de novas pesquisas e produções, que gradualmente podem influir diretamente nos espaços escolares. Isso porque os caminhos para tais produções remontam o próprio histórico de como o evento foi rememorado.

Fazendo um balanço inicial, entre o fim do conflito e a década de 1990 as produções centram-se a reportagens de jornalistas e livros de intelectuais de esquerda. A partir da década de 1990 ocorre o início da produção de obras centradas na versão dos militares sobre os fatos. Na virada do século, os meandros da política e a conjuntura vivenciada com a ascensão de grupos ligados a uma trajetória de lutas são acompanhados de um movimento revisionista ²² de disputas da memória do acontecimento, incluindo a ampliação de uma vertente “negacionista”²³ dos fatos. Dentre os novos espaços ações presentes neste processo pode se destacar a criação da Comissão da Verdade (CNV) em 2011, através da Lei 12.528 e oficialmente instalada em 16 de maio de 2012. Seu objetivo era investigar crimes, como mortes e desaparecimentos, cometidos por agentes representantes do Estado, no período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, principalmente aqueles ocorridos durante o período da Ditadura Militar. A partir desse período houve um aumento de produções acadêmicas e de livros a respeito da ditadura militar, bem como especificamente a Guerrilha do Araguaia como irei detalhar a frente.

²² Revisionismo ou Revisionismo histórico é o estudo e a reinterpretação da História com base na ambiguidade dos fatos históricos e na imparcialidade com que esses fatos podem ter sido descritos.

²³ Negacionismo é a escolha de negar a realidade como forma de escapar de uma verdade desconfortável. Na ciência, o negacionismo é definido como a rejeição dos conceitos básicos, incontestáveis e apoiados por consenso científico a favor de ideias, tanto radicais quanto controversas.

Entre o fim da década de 1970 e início de 1980, as primeiras publicações evidenciam ainda um cenário de censura sobre a região e conflito, destacando a publicação de poucas reportagens²⁴. No gradativo processo de divulgação desse evento, o importante projeto "Brasil Nunca mais" ²⁵ foi agregado a alguns trabalhos, veiculados principalmente por jornalistas, como Fernando Portela, Palmério Dória, Vincent Carelli, Jaime Sautchuk e o historiador Sérgio Buarque. Este trabalho foi de suma importância para os que surgiram depois, tais como os de Elio Gaspari, Eumano Silva e Tais Moraes. Como contraponto seriam também publicadas obras de militares, como Pedro Cabral e Aluísio Madrugá Moura e Souza e militantes, como Wladimir Pomar.

Ao longo dos últimos vinte anos, os arquivos da ditadura têm se tornado um importante objeto de debate, seja em relação a documentação acumulada por órgãos como o Dops e Serviço Nacional de Informações (SNI) ou mesmo pelo processo de ocultamento de desaparecimento das mesmas.

Analizando a produção acadêmica sobre a guerrilha, Carlos Fico (2012) destacou nestas obras, principalmente em obras realizadas ao longo da década de 1980, os chamados temas da "nova história". Já a partir dos anos 2000, segundo o autor, mesmo os estudos relacionados aos movimentos sociais urbanos (temática privilegiada pelo marxismo), houve uma tendência a abordagens típicas dessa corrente historiográfica.

Como já destacado, algumas publicações, ainda na década de 1970, apresentaram as primeiras informações e análises sobre o conflito, como o trabalho da Revista História Imediata, de 1978, publicado pelos jornalistas Palmério Dória, Vincent Carelli, Jaime Sautchuk e o historiador Sérgio Buarque. Esses Jornalistas exploraram inicialmente a região do Araguaia para escrever matérias sobre a construção da rodovia Transamazônica (BR-230), e sabendo que ali ocorreram conflitos armados entre 1972 e 1974, decidiram se aprofundar no assunto. Fascinados com assunto, eles foram uma espécie de correspondentes de uma guerra, que já

²⁴ As primeiras reportagens publicadas ocorreram em Porto Alegre, em 1978, pelo Coojornal, sendo publicadas no ano seguinte outras mais pelo jornal O Estado de São Paulo.

²⁵ O projeto teve início em 1979 de forma clandestina, coordenado pela arquidiocese de São Paulo, na figura do arcebispo Paulo Evaristo Arns, contando com a colaboração de diversos pesquisadores. Dedicaram entre os anos de 1979 e 1985 a reunir mais de 1 milhão de páginas e cerca de 707 processos do Superior Tribunal Militar. Tal trabalho, finalização em seis tomos, foi reorganizado e publicado em forma de livro em 1985, com o título de "Brasil: Nunca mais", pela editora Vozes.

havam sido completados por armas, mas que em relação a disputas de narrativas estava apenas iniciando.

Permeado pelo denominado período de abertura política, então presidido por Ernesto Geisel e posteriormente Figueiredo, o processo estabeleceu, dentre outras medidas, supressão do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e o fim da censura previa à imprensa (SILVA, 2003). Gradualmente a imprensa começou a divulgar reportagens e acontecimentos que a censura não permitia, dentre estes materiais coletados sobre a guerrilha e os eventos na região, como indicado na introdução da revista:

Durante negros e mudos anos, porém, à imprensa foi negada esta função. Hoje a situação é outra. Finalmente, temos oportunidade de publicar o material pacientemente coletado durante uns 5 anos. Nesse período entrevistamos bispos, padres, camponeses, fazendeiros, bate-paus, índios, militares. O principal personagem, porém, seria José Genuíno Neto, um ex-estudante cearense que hoje trabalha em São Paulo (DORIA, 1978, p.4).

Pela explicitação deste fragmento, a obra em si colabora, dentre outras potencialidades, para evidenciar inicialmente a pluralidade de sujeitos e agentes emaranhados no conflito, para além da polaridade guerrilheiros x militares. A obra é, portanto, escrito a partir dos testemunhos de pessoas que participaram de forma direta e/ou indireta da Guerrilha do Araguaia.

Outra produção feita por jornalista a época o livro “Guerra de Guerrilhas no Brasil”, de 1979, por Fernando Portela. Seu trabalho dá continuidade, em certa medida, às informações do livro “A Guerrilha do Araguaia de Araguaia”, buscando ampliar as informações por eles prestadas. Portela mesmo conta em seu livro que percorreu aquela região do Araguaia e fala sobre relatos de alguns moradores da região, depoimentos de ex-guerrilheiros e de soldados não identificados. Conjuntamente publicou uma série de reportagens no *Jornal da Tarde*, que acabou resultando na publicação do livro, e que posteriormente foi reeditado por mais 6 vezes.

Em 13 de janeiro de 1979, um sábado, o Jornal da Tarde, de São Paulo, teve sua edição de 105 mil exemplares esgotada em poucas horas. A manchete, ocupando metade da primeira página, era “Guerra de Guerrilhas”. E, em sete páginas, publicava a primeira parte de uma grande reportagem que, durante sete dias, se revelou no mais completo trabalho jornalístico sobre um fato que, até agora, para o governo brasileiro, não existe. (GERTEL, 2002, p. 11.)

O ponto de vista da Guerrilha narrado pelo autor, expõe de início a introdução geral do Partido Comunista do Brasil (PC do B), os principais nomes do processo de divisão entre os comunistas brasileiros, sua fundação em 1962 a partir da cisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Logo após o autor, em seu livro, enfatiza o a vida dos guerrilheiros, a própria chegada dos chamados “Paulistas”²⁶, como os guerrilheiros foram chamados por residentes da região. Relatando assim suas funções e organização militar da guerrilha, demonstrando sua comissão Militar e os destacamentos: e o autor narra em detalhes a relação entre os guerrilheiros e os moradores locais. Em seguida o autor ressalta o contexto político e social da região de Araguaia; a chegada do exército e as três operações das Forças Armadas contra os guerrilheiros (PORTELA, 2002).

Logo após esses livros, outras produções foram feitas influenciadas por esses escritos. São eles: Araguaia: o partido e a guerrilha, de Wladimir Pomar, publicado em 1980, e Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada, de Jacob Gorender, publicado em 1987. Ambos enfatizam a história da guerrilha na perspectiva do PCdoB.

A análise de Wladimir Pomar vai além dos fatos simples da narrativa de eventos. Ele se posiciona, faz perguntas e critica alguns posicionamentos partidários no momento da guerrilha e depois da guerrilha. Sua obra teve como suporte documentos do PCdoB, que em sua maioria eram publicados no jornal A Classe Operária²⁷ e o relatório de Ângelo Arroyo sobre a guerrilha do Araguaia. Além de narrar e se posicionar acerca da Guerrilha do Araguaia, Wladimir Pomar também publica, nesse livro, vários artigos de A Classe Operária, até então restritos ao conhecimento das lideranças do PCdoB.²⁸ Nessa perspectiva o seu livro, para época,

²⁶ Os Paulistas eram os jovens Guerrilheiros que vieram do sul e sudeste do país para a região do Araguaia (1968 a 1972), numa tentativa de uma revolta armada contra a ditadura que se instaurou nesse período.

²⁷ Destaco a título de informação os principais artigos relacionados à Guerrilha do Araguaia e publicados no jornal A Classe Operária: Nº 64 – Maio de 1972 – “Resistência armada à ditadura” p.12; Nº 66 – Julho de 1972 – “Relevante acontecimento político” p. 1-2; Nº 67 – Agosto de 1972 – “Ações corajosas no Pará” p. 1-2; Nº 68 – Setembro de 1972 – “Intrépidos lutadores do povo” p. 1-2; Nº 69 – Outubro de 1972 – “Definição política” p. 1-2, “Carta a um deputado federal” p. 8-10, “Nova investida contra guerrilheiros” p. 11; Nº 70 – Novembro de 1972 – “A ditadura será varrida” p. 3, “Repercute a luta armada” p. 12, ver <http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo>. Acesso em: 12, dez. 2020

²⁸ O livro trouxe publicados os seguintes artigos: “Nada salvará a ditadura” – A Classe Operária, nº 28, março de 1969; “O CC salienta o ascenso revolucionário” – A Classe Operária, nº 31, junho de 1969; “Manter o rumo” – A Classe Operária, nº 33, agosto de 1969; “Nota do PC do Brasil sobre a atual crise política” – A Classe Operária, nº 34, outubro de 1969; “Sequestro do diplomata ianque” – A Classe Operária, nº 34, outubro de 1969; “Crise em gestação” – A Classe Operária, nº 38, fevereiro de 1970;

é uma das análises mais profundas publicadas, demonstrando seu posicionamento para temas políticos e sociais do Brasil a partir dos anos 1960 a 1970.

Dessa maneira, a contribuição feita pela obra se estende desde a ampliação da demonstração do seu posicionamento acerca de questões sobre o Araguaia, por meio, portanto, da visão reflexiva do autor, até a divulgação e publicação de documentos do próprio PCdoB, que nessa época ainda não estavam disponíveis para consulta.

Outro livro de maior repercussão publicado ainda na década de 1980 foi “Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada”, de Jacob Gorender. Nesse livro o autor aborda de forma crítica as organizações esquerdistas no Brasil, bem como sua trajetória nas décadas 1960 e 1970. Em seu livro o autor não destaca como prioridade os feitos do grupo partidário do PCdoB, mas faz uma análise de todos os grupos desta posição política que existia aqui no período da ditadura militar.²⁹ Dessa forma, Gorender faz uma análise crítica minuciosa desses grupamentos durante a vigência do período ditatorial, descrevendo os feitos de cada grupo, inclusive os exageros cometidos por eles. Em seu livro, como fonte, utilizou matérias publicadas em revistas como a *Veja*, *Isto É*, e os livros de Palmério Dória, Fernando Portela e Wladimir Pomar. Além de depoimentos de ex-guerrilheiros como José Genoíno Neto e João Amazonas, documentos do PCdoB sobre luta armada, artigos publicados nos jornais, *A Classe Operária*, *Movimento*, *Jornal da Tarde*.

Na mesma linha de pensamento de outros autores que escreveram a respeito da guerrilha, Jacob Gorender destaca também o silêncio imposto pelos governos militares sobre o que de fato ocorreu na Guerrilha do Araguaia, como também o total desconhecimento do povo brasileiro acerca do que realmente acontecera. Dessa forma, Gorender ressalta que: “[a] guerrilha do Araguaia foi abafada e escondida como

“No caminho da revolucionarização” - *A Classe Operária*, nº 38, fevereiro de 1970; “Esquema falido” É importante ressaltar que atualmente todos esses documentos estão disponíveis digitalmente por meio do site da Fundação Maurício Grabois; entretanto, no período da escrita do seu livro, início dos anos de 1980, não havia ainda este recurso para os estudiosos interessados em analisar a trajetória do PC do B. Assim, a publicação desse material por meio de sua obra também contribuiu para outras pesquisas e o conhecimento da história do PC do B, facilitando o acesso a estes documentos.

²⁹ No seu livro, Jacob Gorender estudou os seguintes agrupamentos de esquerda: Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Operário Revolucionário (Trotskista) – POR (T); Política Operária (POLOP); Ação Popular (AP); Ação Libertadora Nacional (ALN); Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR); Comando de Libertação Nacional (COLINA); Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR – Palmares); Dissidência Universitária da Guanabara (Dissidência); Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8).

vício nefando. Devia ser extirpada, porém de tal maneira que não suscitasse imitadores. Desde que o problema se apresentou, o Governo Médici decidiu ocultá-lo na treva cósmica.”³⁰

Porém, um debate como este logo apresentaria seus contrapontos. A partir do início da década de 1990, muitos ex-militares e combatentes teceram outras narrativas sobre os eventos. Em 1993, seria publicada a obra “Xambioá: Guerrilha no Araguaia” de Pedro Corrêa Cabral. Tendo atuado como Coronel aviador durante o conflito buscou apresentar, em forma de novela, como pontua o próprio autor, os acontecimentos conforme rememoram, uma narrativa entre a ficção e suas posições:

Uma complexa concorrência de eventos e circunstâncias [...] propiciou que eu fosse [...] alguém que os vivenciei com um nó de revolta e vergonha que, ainda hoje, me revolve e me amarga as entranhas. Revolta por ter presenciado feitos sobre os quais eu não tinha qualquer poder para modificar-lhes o curso. Vergonha por ter assistido, completamente impotente, à tortura e ao assassinato de brasileiro, levados a cabo por outros brasileiros, numa nojenta carnificina de irmãos contra irmãos (CABRAL, 1993, p. 6).

Apesar da revolta e vergonha, um tanto “póstuma”, pontuadas, a obra contribui, mesmo em tom ficcional, para evidenciar a inserção de outros sujeitos em meio ao conflito, para além de guerrilheiros e camponeses, bem como atos cometidos, como torturas e degolas³¹. Sobre esse último, não há referência a nenhum caso, embora essa prática começasse a ocorrer a partir da última campanha, ou seja, o mesmo período em que o autor esteve a serviço na região do Araguaia. Centrando-se na última fase da operação, entre 1974 e 1975, apresentou narrativas sobre a exumação dos corpos dos guerrilheiros e sua transferência para Serra das Andorinhas, onde foram incinerados com gasolina e pneus usados. Em 2001, o ex-oficial ainda iria depôr nas organizações de direitos humanos do Legislativo brasileiro, voltando a denunciar o extermínio de durante a guerrilha.

Dez anos depois o Coronel Aluísio Madruga de Moura e Souza ³² publicaria o livro, “Guerrilha do Araguaia: revanchismo: a Grande verdade”, em um tom claramente

³⁰ GORENDER, 1987, p. 210.

³¹ Conforme depoimentos de moradores prestados ao Ministério Público Federal do Pará, em 2001.

³² O livro fala um pouco sobre sua biografia, nele o coronel é apresentado como natural do Rio de Janeiro (RJ). Participou da Operação de Inteligência que antecedeu a terceira e última campanha militar aos guerrilheiros no Araguaia. Destaco a partir das informações contidas nessa contracapa, entre os vários trabalhos do coronel, a sua atuação enquanto comandante do 36º Batalhão de Infantaria Motorizado em Uberlândia (MG) e os trabalhos prestados junto ao Serviço Nacional de Informações

de revanchismo ante o que considera uma “batalha” de memórias que estavam em processo dos acontecimentos. Segundo ele, existe uma versão que fora construída pelas esquerdas e que se tornou hegemônica, 'a grande mentira', sendo necessário desconstruí-la.

O objetivo não é outro senão o de contribuir para evitar que os comunistas brasileiros, de todos os matizes, permaneçam contando “UMA GRANDE MENTIRA”: a respeito dos acontecimentos da Contra-Revolução de 1964; sobre porque ela foi desencadeada; sobre as razões pelas quais durou mais de duas décadas. Tem ainda o objetivo de homenagear de forma permanente àqueles que enfrentaram o flagelo do terrorismo comunista e também às suas famílias (MOURA E SOUZA, 2002, p. 12)

Na concepção do autor, a Guerrilha do Araguaia foi apenas um momento na tentativa de tomada do poder pelos comunistas, mas a guerra ainda não acabou; segundo ele, continua, a partir das práticas e iniciativas de esquerda. Grupos, que atualmente dominam certas áreas da sociedade. Entre eles, o autor destaca a imprensa (mídia), o ensino (educação) e algumas posições políticas, seja no governo ou no legislativo:

A realidade é que, após quase quatro décadas, muitos dos assaltantes de bancos, sequestradores, assassinos frios e terroristas, beneficiados que fora pela lei de anistia de 1979 que lhes foi concedida, hoje, desempenhando funções públicas de mando e com o apoio de grande parte da mídia, estão desenvolvendo um revanchismo covarde, desnecessário e impatriótico, porque não permite que os objetivos previstos pela referida lei sejam atingidos, dentre eles o esquecimento de período tão cruel da vida nacional, criado pelas esquerdas no Brasil. (MOURA E SOUZA, 2002, p. 223).

Colocamos assim obras de vários autores inclusive do Coronel Aluísio Madruga no contexto social e político que o Brasil vivenciava nos anos 2000, pois nessa década, a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva possibilitou a presença de antigos militantes do período militar nas fileiras governamentais. Emaranhado neste processo, setores do exército e da elite teceram críticas ao governo até a posturas sobre os governos militares. É com esse contexto que surge com mais frequência o grupo “Ternuma”³³ (acrônimo para Terrorismo Nunca Mais) que com seus artigos e

(SNI) e ao Centro de Informações do Exército. Atualmente, reside em Brasília (MOURA E SOUZA, 2002).

³³ Ternuma (acrônimo para Terrorismo Nunca Mais) é uma organização não-governamental formada em 1998 por militares, ex-militares, familiares e seus simpatizantes que têm por objetivo interditar e negar o passado sobre a ditadura militar no Brasil de 1964 a 1985. É considerado uma organização de extrema-direita.

sites, atuam fortemente de forma contrária ao governo da época, fazendo críticas e se posicionando contra todas posições governamentais.

Assim, ao longo desta década novas publicações seriam realizadas seguindo esta linha “revisionista” por parte de grupos militares, podendo destacar obras do tenente José Vargas Jiménez ('Chico Dollar'), Licio Augusto Ribeiro e do Coronel Messier ('Dr. Asdrúbal'), Lúcio Augusto³⁴ que atuaram no Araguaia durante os enfrentamentos contra os guerrilheiros e seus espaços de fala representam aqueles diretamente relacionados à ação de abafar essa experiência de luta armada.³⁵

Como já destacado, os últimos vinte anos marcam o crescimento de publicações sobre a guerrilha, bem como a ampliação de espaços documentais e de debate. Nesta interim também ocorreu o despertar e interesse de outras categorias pela temática, como os jornalistas que tiveram um papel fundamental anteriormente, como demonstrado pelas poucas, mas importantes coberturas entre fins de 1970 e 1980. Novas obras continuaram tal ampliação; jornalistas como Taís Moraes e Eumano Silva³⁶, Luiz Fernando Emediato, Carlos Amorim, Hugo Studart³⁷ e Elio Gaspari publicariam obras de impacto neste período.

³⁴ Destacando as obras: “O coronel rompe o silêncio” (2004); “Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente” (2008); “Bacaba: memórias de um guerreiro da selva Guerrilha do Araguaia” (2007); “Bacaba II: toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e a Revolução de 1964” (2011).

³⁵ Em 2007, o então Tenente Coronel José Vargas Jiménez publicou suas primeiras memórias narrando sua participação durante a terceira campanha militar no Araguaia: “Bacaba: memórias de um guerreiro da selva Guerrilha do Araguaia”. Esse livro, segundo o próprio autor, provocou algumas reações no campo militar, que o levaram a escrever outro livro em 2011, relatando esta resposta: “Bacaba II: toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e a Revolução de 1964”. As repercussões segundo o autor foram: sindicância instituída pelo Comando Militar do Oeste, o qual ele era subordinado; audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Minoria da Câmara dos Deputados; e audiência pública na Comissão Especial da Anistia (JIMÉNEZ, 2011, p. 85-100).

³⁶ Eumano Silva passou pelas principais redações do país como repórter e editor. Trabalhou na IstoÉ em dois momentos: nos anos de 1996 e 1997, pela primeira vez. Seguindo a trajetória na imprensa foi editor-chefe do Correio Braziliense, na capital federal para a revista Época, em 2012, de onde saiu para prestar consultoria à Comissão da Verdade do Governo Federal e foi por quase um ano editor-chefe da Veja Brasília. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/eumano-silva>. Acesso em 08, dez.2020. Taís Moraes Jornalista multimídia e investigativa, pesquisadora da Ditadura Militar brasileira. Premiada com o Jabuti na categoria melhor livro-reportagem de 2006. Finalista do mesmo prêmio em 2009. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/ta%C3%ADs-moraes-22b9723b>. Acesso em 08, dez.2020.

³⁷ Hugo Studart. Formou-se em jornalismo, em 1982, pela Universidade de Brasília (UnB), e nessa área atuou em jornais como Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, e como editor político e colunista nas revistas Veja, Manchete e Dinheiro. Em 2005, concluiu o seu mestrado em História pela mesma universidade, na qual se formou jornalista, com a dissertação intitulada O imaginário dos militares na Guerrilha do Araguaia (1972-1974), publicada em livro sob o título A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia. Entre 2009 e 2014, cursou o doutorado em História também pela UnB, que resultou na tese em algum lugar das selvas amazônicas - as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). Enquanto professor, o referido autor leciona Comunicação no curso de Pós-Graduação (MBA) em Relações Institucionais do Ibmec e também atua como professor-orientador na Pós-Graduação em Educação em Direitos

Gaspari lançaria um compêndio de obras nas quais a guerrilha teria importante destaque para compreensão do próprio regime militar. Em sua narrativa, Gaspari discute as campanhas ou fases da luta armada no Araguaia sem, no entanto, seguir estritamente uma linearidade dos acontecimentos, mesclando e cruzando declarações e depoimentos. Segundo o autor, havia no decorrer daquele episódio ordens diretas dos militares para a coação na região. As ordens para tal coação aos moradores e lavradores sobrevinham do “castelo do homem sem alma”, ou seja, da “casa de telhado azul”, em Marabá, quartel-general do comando das operações, pois “a população deveria ter mais medo do Exército do que dos guerrilheiros”, resultando que “essa estratégia de intimidação articulou as prisões em massa, os espancamentos e um ingrediente inédito de agressão patrimonial” (GASPARI, 2002, p. 439).

Isso revela claramente como sucedeu muitas prisões e torturas no Araguaia. No entanto, essa história ajuda a confirmar uma memória social unitária coletiva que se sobrepõe a outras memórias, ou seja, memórias subterrâneas. Estas, por sua vez, podem aparecer silenciosa e quase imperceptivelmente em tempos de crise (POLLAK, 1989).

As produções “*Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha (2005)*”, do já destacado Luiz Fernando Emediato e “*A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*”, de Hugo Studart, utilizam ampla documentação oficial, muitas ainda inéditas, contribuindo para este movimento de ampliação e acesso a novos documentos. Inseridos no movimento de ampliação deste debate, estes trabalhos tecem conexões diretas com uma “memória pública” ausente durante décadas após o conflito, contribuindo também para visibilidade de personagens emaranhados no processo de lutas, mesmo que, neste caso, centrando-se na análise crítica das narrativas dos militares:

O Dossiê Araguaia é documento de relevância para a historiografia brasileira. Marca a primeira vez que informações sobre o *modus operandi* da inteligência militar brasileira vêm a público de forma sistemática. É rico em informações sobre a participação de militares nas três campanhas, em especial na terceira, quando teriam empregado oficiais e praças de tropas especiais, vestidos com trajes civis e com ordens superiores expressas para eliminar de vez aquele movimento revolucionário — fatos negados oficialmente pelas Forças Armadas até a presente data (STUDART, 2006, p. 33).

As produções destas obras contribuíram diretamente para que esta temática repercutisse em outras tipologias, como a literatura ficcional. Carlos Amorim, em sua obra *“Araguaia – Histórias de Amor e de Guerra”* (2014), constrói uma narrativa da memória e dos mitos deixados na região por esses acontecimentos, fazendo interessantes analogias, comparando os eventos da guerrilha como a “moderna Canudos”, como se “O espírito de Antônio Conselheiro, ao se insurgir contra a república” como o ocorrido ante a ditadura, em que “eles tinham a mesma fé cega e a mesma faca amolada dos insurgentes do sertão baiano. O estado brasileiro, um século depois, agiu da mesma forma: violentamente, cruelmente, criminosamente (p.11).

Logo, entre análises documentais, romances e paralelos com períodos republicanos, a guerrilha ganhou significativa notoriedade na última década, sendo uma das principais temáticas de abordagens acadêmicas sobre o período militar, como destaca Carlos Fico (2012). E como já pontuado a Comissão Nacional da Verdade (CNV) influenciou neste movimento de ampliação e mesmo renovação dos debates. Divulgação de documentação, de espaços de depoimentos e audiências foram centrais para tessitura de novas narrativas. Não só a CNV, mas a Comissão Pastoral da terra (CPT), com seus documentos ajudam e reforça e amplia esse movimento dando renovação nesse debate.

E tal trabalho também evidencia seus frutos nas produções em pós-graduações. Segundo a biblioteca de teses e dissertações da CAPES³⁸, de 1995 a 2020, são trinta e um trabalhos no campo histórico relacionados ao tema Araguaia. Desses trinta e um, apenas três foram produzidas antes dos anos 2000. Observam-se na produção historiográfica acerca do episódio duas tendências principais: os primeiros trabalhos/estudos estão voltados para uma análise do ponto de vista político-institucional, isto é, seu enfoque recai sobre as questões políticas e econômicas, sobretudo a partir de uma análise do ponto de vista do materialismo histórico. A segunda tendência remonta uma análise do conflito com foco na construção de memórias, sejam elas dos ex-guerrilheiros e familiares, dos moradores da área e do exército. Nelas, aspectos do imaginário, do cotidiano e das representações são problematizados por seus autores. Além desses estudos, existem ainda dois trabalhos, um defendido em 2008 e outro em 2012, que analisam,

³⁸ (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>)

respectivamente, a produção fílmica sobre a Guerrilha do Araguaia e os caminhos que levaram camponeses, militantes e militares ao Araguaia, centrados no enfoque econômico.

Logo, questões relacionadas ao ensino e a guerrilha, em suas múltiplas formas, ainda não adentraram esta centralidade. Examinando mais especificamente espaços como o banco de dissertações do Profhistória foram encontradas apenas duas dissertações correlacionadas a esse assunto: o trabalho de José Humberto Gomes Barbosa, “A Guerrilha do Araguaia: Memória, Esquecimento e Ensino de História Na Região Do Conflito”(UFT-2016), e de Izabella Gomes Lopes Bertoni – “Arte de Guerrilha” e Ensino De História: Abordagem Didática Da Resistência à Ditadura Civil-Militar no Brasil (UFPR-2018) a Partir das obras de Cildo Meireles”, esse último fazendo pouca menção a respeito da Guerrilha do Araguaia, mais pautada na resistência à Ditadura.

A pesquisa de Humberto Gomes Barbosa, por outro lado, centra-se no ensino da História da Guerrilha do Araguaia, buscando compreender como a memória desse fato tão importante para a sociedade brasileira, em especial para a região do Araguaia, vem sendo problematizada em salas de aulas, pois há mais de quarenta anos, esse tema não tem tido a real importância que deveria ter nos livros didáticos de história, adotados pelas escolas pesquisadas. Portanto, segundo Barbosa, embora haja poucos livros, ele questionou as diferentes memórias históricas ou sociais que se consolidaram. Mesmo a pesquisa de Humberto narrando a memória do ensino da guerrilha ainda assim não preencheu todas as lacunas a respeito das problemáticas envolvidas, seja na disciplina histórica ou mesmo em debates para além dos muros da escola na região.

No entanto é acerca desse contexto que pretendo, no capítulo seguinte, analisar os meandros deste processo, entre análises curriculares e narrativas dos personagens envolvidos, os professores. Buscaremos analisar ações, práticas e esquecimentos nos caminhos do ensino, como também analisar as legislações educacionais básica do ensino da região logo após a Guerrilha, e qual foram as suas mudanças significativas a respeito do tema.

CAPÍTULO II

ENSINO E A MEMÓRIA DA GUERRILHA

Nesse capítulo, iremos apresentar um pouco da trajetória do ensino de História na educação básica, e como os governos visavam essa disciplina como forma de assegurar sua ideologia de poder. Partindo desse ponto de vista, abordaremos a ausência do conteúdo “Guerrilha do Araguaia” nos programas curriculares das secretarias de Educação nas cidades próximas da região onde ocorreram os conflitos. Nessa mesma esteira de pensamento, fizemos uma análise acerca das entrevistas dos professores que lecionam nas cidades próximas, considerando o ensino e a memória da Guerrilha do Araguaia.

2.1.1 Currículo e a formação docente: Propostas e apontamentos sobre o estado do Pará

Feito a sucinta análise e mapeamento dos debates sobre a Guerrilha do Araguaia, faz-se convidativo compreender seus enlaces nos caminhos educacionais no ensino básico. Ter esta percepção, para além da contribuição para visualizar os desdobramentos e alcances deste conteúdo, fortalece o entendimento sobre a centralidade do ensino de história na sociedade.

Análises sobre o ensino em suas faces plurais têm tido cada vez mais centralidade nos meandros acadêmicos, principalmente nos últimos vinte anos. Seja sobre as disciplinas, a construção curricular e políticas públicas, o debate se tornou necessário. E neste processo, o ensino de história é entendido neste trabalho com um dos pilares centrais para compreensão das transformações na própria sociedade. Entendemos que esta concepção nem sempre é entendida desta forma nos meandros educacionais e debates na sociedade, sendo a disciplina de História atacada e posta na marginalidade e obscurantismo por forças que a combatem, dentro e fora dos espaços educacionais.

Entendemos, como analisa Chervel (1990), que, “ao lado das disciplinas-vulgarização é imposta a imagem da pedagogia-lubrificante, encarregada de lubrificar

os mecanismos e fazer girar a máquina”(p. 181), e por esse motivo, dentre outros, a disciplina de História é tratada apenas como uma ferramenta para complementar o ensino pedagógico, e para muitos de seus críticos ante sua presença nos desenhos curriculares, não tem um diferencial para a vida prática.

Dentre os debates postos nesta trajetória, o entendimento sobre as relações de ensino aprendizagem tem sido um dos caminhos para entender estas potencialidades. Segundo autores como Roberto Kegan:

Se não há forma, não há transformação” [...] define que a aprendizagem é transformadora quando se torna possível uma mudança na base de conhecimento dos sujeitos, na sua autopercepção e confiança perante a vida, nos motivos para aprender e na autoestima do aprendente, com o objetivo de alcançar a auto autoria da própria vida (Apud SOUZA. 2013, p.57)

Em outras palavras, para que ocorra uma aprendizagem significativa é preciso que a mudança seja na própria base do conhecimento, pois dessa forma a aprendizagem se torna parte fundamental na vida prática do aluno. Logo, a disciplina de história pode contribuir na ampliação do processo de entendimento e conscientização do ensino e sujeitos envolvidos como protagonistas de suas próprias vidas.

Por isso mesmo, as transformações no ensino de História ao longo de seu percurso enquanto disciplina escolar sofreu alterações, conforme ressalta Circe Bittencourt:

O ensino de História se destaca por mudanças marcantes em sua trajetória escolar que a caracterizavam, até recentemente, como um estudo mnemônico sobre um passado criado para sedimentar uma origem branca e cristã, apresentada por uma sucessão cronológica que buscam incorporar a multiplicidade de sujeitos construtores da nação brasileira e da história mundial. No Brasil, a História escolar, sob diferentes denominações, História Universal ou História da Civilização, História do Brasil ou História Pátria..., são indicativas de um percurso de mudanças quanto aos objetivos, conteúdos e práticas educacionais do século XIX aos dias atuais (2018, p.127).

Como analisa a autora, a disciplina de História sempre foi incorporada como formação de uma memória dos sujeitos tidos como “construtores das nações”, produzindo e projetando seus interesses para além de um conteúdo curricular, o que parece, é que de fato o que ocorria na disciplina de história sempre estava à mercê

dos poderosos e de seus caprichos. Essas mudanças já são constatadas em pesquisas recentes como analisa Bittencourt (2018):

As recentes transformações da História têm sido constatadas por pesquisas recentes, e enfrentam constantes desafios para se efetivarem, como a inclusão da história da África e da cultura afro-brasileira, da história dos povos indígenas ou das mulheres. As transformações do ensino de História têm proporcionado debates importantes relacionados aos problemas epistemológicos e historiográficos, mas também quanto ao significado de sua inserção e rejeição em projetos curriculares nacionais e internacionais (Pag. 127).

Para o historiador Christian Laville (1999) essas mudanças foram alcançadas apenas recentemente, mesmo entendendo os efeitos da noção de cidadania e direitos humanos no pós-Guerra.

E estas novas percepções sobre as práticas educacionais, e neste caso a disciplina de história como um importante componente na construção democrática, como relata Laville, ganharam cada vez mais centralidade no ocidente ao longo da segunda metade do século XX, dialogando diretamente com novas manifestações sociais e tensões geopolíticas em processo. E nesse conceito que ganha notoriedade o pernambucano Paulo Freire, pois ele propõe, dentre outras, a perspectiva e forma libertadora da educação, na qual apresenta em sua concepção uma nova perspectiva de educação para o Brasil. Seus escritos apresentam um panorama da realidade brasileira e propõe alternativas para conscientização do povo como um meio de libertação da opressão. Freire relata que:

(...) Assim como o opressor, para oprimir, precisar de uma teoria da ação opressora, os oprimidos, para libertar-se, necessita igualmente de uma teoria de sua ação. O opressor elabora a teoria de sua ação, necessariamente sem o povo, pois que é contra ele. O povo, por sua vez, enquanto esmagado e oprimido, introjetando o opressor, não pode, sozinho, constituir a teoria de sua ação libertadora. Somente no encontro de liderança revolucionária, na comunhão de ambos, nas práxis de ambos, é que esta teoria se faz e refaz (1987, pag. 17)

Mas recentemente autores como Jonathan Crary (2014) entendem que houve uma mudança na então debatida “pedagogia do cidadão” que em seu currículo compreendia a formação para o exercício da democracia, o autor disserta que:

Uma História escolar concebida como “pedagogia do cidadão” mantém-se em currículos do século XXI como importante instrumento educativo de formação para o exercício da democracia, mas em confronto com as novas tendências de uma educação tecnicista cuja prioridade é formar “o cidadão do mundo

capitalista global” sob novas formas de individualismo submetido aos ritmos do mundo digital (Apud Bittencourt, 2018, p.127 e 128).

Essas mudanças aqui elencadas demonstram que o ensino e, em especial, o ensino da disciplina História sempre esteve permeado em disputa, e que seu domínio representa uma ferramenta de poder e empoderamento no meio social e curricular. E essa forma de tomada da disciplina de História para demonstração de poder ocorreu em vários períodos históricos, inclusive aqui em nosso solo brasileiro. Em nosso caso de análise, o período da ditadura militar, a disciplina adentrou nestes meandros sendo inclusive retirada oficialmente do currículo, substituída pela disciplina Estudos Sociais, atendendo assim a interesses que não necessariamente se enquadram no compromisso com a democracia e problematização do conhecimento e dos fatos. Neste processo, algumas outras mudanças também foram introduzidas no currículo básico nesse período, com a inclusão de Educação Moral e Cívica para os alunos do 1º e 2º grau. Autores como Caio Zinet (2016) entendem que a ditadura mudou o caráter da disciplina, tornando-a um espaço que previa a reverência à pátria e aos valores do regime militar. A disciplina de História se tornou, portanto, uma forma tentar exaltar o nacionalismo presente na sociedade brasileira. Dessa maneira Bittencourt, (2018) endossa a afirmação acima quando ressalta que:

Na sequência das políticas públicas do regime ditatorial, a História e a Geografia foram substituídas pelos Estudos Sociais, e como consequência criaram-se cursos de Licenciatura Curta que, dentre outras características, limitavam a formação docente, sem contato com pesquisas e atualizações historiográficas. Em decorrência dos problemas educacionais que se multiplicaram sob o regime militar (p.141 e 142).

Logo percebe-se que a ditadura militar brasileira com suas políticas públicas, não estava interessada em atualizar o conhecimento de pesquisas, mas de apenas controlá-la, para a demonstração de quem estava realmente comandando. Pois o currículo nunca é neutro como observa Michael (1982), que sempre é parte de uma tradição seletiva, que certamente é resultado da seleção de alguém. Em outras palavras, encontra-se constantemente ligado a interesses, posições e debates de seu tempo, e isso causa tensões e conflito no âmbito político e econômico, influenciando nos próprios caminhos de uma sociedade.

Assim, deve ter em mente que os programas curriculares educacionais sempre estiveram atrelados aos interesses daqueles que detinham o poder, para seguir suas ideologias e seus preceitos, e por esse motivo sempre foi produto de tensões e conflitos, um dos produtos mais vigiados em governos ditatoriais. No Brasil, desde os anos 60, já demonstravam o interesse de mudança no ensino de história, mas somente na transição do período ditatorial é que se inicia um gradual processo de mudanças curriculares. A gradual volta da disciplina ao currículo em alguns estados, em substituição a Estudos Sociais, bem como o início de debates que resultariam em novas diretrizes legislativas nas próximas décadas marcariam os tons desta problemática. A pluralidade cultural brasileira, debates envoltos a questões de raça, etnia, identidade e gênero, como exemplo, adentram a esteira de debates coadunado com a aproximação dos debates entre a produção do conhecimento históricos e espaços educacionais.

E neste processo são retomados ou mesmo recuperados debates antes silenciados ou distantes dos jogos e disputas políticas, que deslegitimavam a necessidades destes debates em espaços escolares. Como entende Bittencourt (2011), a renovação da história nacional se processa na visualização de novos personagens entrando em cena, que influiriam diretamente em novas perspectivas curriculares e visões na construção do conhecimento histórico.

E se tratando deste período ainda pulsante em nosso tempo presente, o período militar, segundo Carlos Fico (2004), gradualmente mitos e estereótipos vão sendo superados, possibilidade a visibilidades de acontecimentos antes silenciados, tais como a Guerrilha do Araguaia. Neste processo, o próprio ensino de história estabelece novas formas de entender estes acontecimentos, como a gradual centralidade e papel da história regional. Esta “regionalização da história”, com pontuam autores como Schmidt e Cainelli (2009) alça novas possibilidades de construção do conhecimento, de memórias e identidades antes não contempladas, aproximando alunos e a sociedade das trajetórias e acontecimentos locais, bem como os nacionais.

E esta ausência foi, e ainda é sentida em muitos currículos de História, nos quais alunos possuem grande distanciamentos das histórias e memórias do espaço e região que habitam, não se sentidos pertencentes aqueles conteúdos, distanciando-se, assim, de uma formação histórica e experiências envoltas em sua trajetória. No caso da região amazônica e o contexto de nossa temática, o período militar, a

centralidade dos trabalhos nas últimas décadas ainda recai sobre as relações do regime e os grandes projetos de desenvolvimento, especialmente os de mineração e energéticos (MARTIN, 2019).

E dentro do mote de problemáticas levantadas no ensino de História a região Amazônica, e no caso de nosso objeto específico, a Guerrilha do Araguaia, ainda permanecem aquém de suas potencialidades enquanto objeto de pesquisa. De uma forma geral, a historiografia existente tem se dedicado ao entendimento das narrativas e memórias construídas sobre a guerrilha em diferentes espaços, entre ressonâncias e silenciamentos, da população local aos militares. E entendendo o currículo escolar como campo de disputas e tensões (GOODSON, 1997) o exame sobre sua presença nos espaços educacionais ainda é um campo aberto de interpretações.

A presença da guerrilha em manuais, livros didáticos e mesmo em debates em salas de aula ainda é uma temática a qual podemos dizer superficial. Sua abordagem ainda se encontra atrelada a questões exógenas a seu espaço de ocorrência, se destacando, de forma rápida, como uma extensão das ações do regime militar e guerrilha que se espalharam pelo país na década de 1970. Este exame se torna mais sensível quando abordamos sua presença nas regiões Sul e Sudeste do Pará, local de sua ocorrência, em que entendemos que sua trajetória compôs, e ainda compõem, um evento carregado de lembranças, ressentimentos e medos, que influem na construção de narrativas e mesmo de sua presença oficialmente nos currículos escolares. Conjuntamente, a própria trajetória historiográfica nos revela como o tema desde o fim do conflito, oficialmente em 1974, até hoje compõe uma verdadeira “batalha de narrativas” que poderia ter dificultado a consolidação e organização de conteúdos escolares, problemática ainda não abordada e analisada em produções acadêmicas.

E sobre esta produção ainda existem muitos aspectos a serem pesquisados. Como mencionado no capítulo anterior, analisando trabalhos realizados no Mestrado Profissional em Ensino de História, o ProfHistória, encontramos dois trabalhos dedicados a Guerrilha do Araguaia, sendo um deles direcionado para análise do acontecimento nos caminhos do ensino de história. Dedicando-se a analisar as memórias de professores da rede estadual e municipal de ensino, especialmente das cidades de Araguatins, Xambioá (TO) e São Geraldo (PA) procura elucidar como este acontecimento possui repercussão dentro das práticas educacionais nestes espaços (BARBOSA, 2016).

Mesmo antes das reformas legislativas que marcariam a década de 1990, observa-se um movimento na década de 1980 de reestruturação da educação, centrados na guia do programa de âmbito federal “Educação Para todos - caminho para mudança³⁹”, realizado pelo MEC. No estado do Pará este programa inicia um movimento visando introduzir maior centralidade em estudos regionais e amazônicos no currículo. Segundo Barros (2016) a construção gradual destes conteúdos contou com a realização de encontros para debate entre docentes visando diagnosticar o quadro sobre a realidade e problemas amazônicos e seus possíveis conteúdos. Uma das primeiras constatações foi a falta de materiais sobre a região e mesmo o conhecimento específico no ensino básico. Logo, entre 1987 e 1994 foi produzido coletânea direcionada para rede estadual, a partir de parceria entre a SEDUC e IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico-social do Pará ⁴⁰), contando com a participação direta de professores da rede estadual de ensino.

A partir da década de 1990, em cumprimento a novas demandas curriculares federais, postas principalmente pela então aprovada Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB/1996, os estudos regionais ganhavam novas possibilidades, trazendo em seu artigo 26 a inclusão desses conteúdos em seu currículo. E para o atendimento desta demanda o Conselho Estadual de Educação do Pará aprovaria a resolução número 630/97 criando a disciplina Estudos Amazônicos, em substituição a disciplina Estudos Paraenses, componente que atendia diretamente a parte diversificada do currículo estadual, segundo o componente curricular da época que agora foi acrescentado na BNCC do estado Pará ⁴¹. Um dos fatores que marcariam a trajetória da disciplina Estudos Amazônicos que, em tese, é a história paraense, entendemos ser a não existência de um livro didático direcionado e específico destes conteúdos, ao menos não no sentido usual de processo de elaboração e aprovação. Encontraremos assim a tessitura de materiais paradidáticos

³⁹ O Programa Educação Para Todos, só foi efetivado em 1990, na sequência de uma Conferência Mundial realizada na Tailândia, tendo como objetivos proporcionar educação básica a todas as crianças e reduzir drasticamente o analfabetismo entre os adultos até ao final da década.

⁴⁰ Segundo entrevista concedida por Loureiro (2016), a disciplina de Estudos Amazônicos começou a ser pensada em meados da década de 80 a partir da elaboração de um livro chamado 'Amazônia estudos e problemas sociais', onde vários professores foram convidados para sua elaboração e o mesmo visava elucidar temas referentes à Amazônia. O livro foi desenvolvido para os professores do Ensino Médio, especificamente para os professores de Geografia, História e Sociologia, para que os temas relacionados à Amazônia fossem disseminados no Ensino Básico.

⁴¹ PARÁ. Documento curricular para educação infantil e ensino fundamental do estado do Pará. Belém, pag. 477, 2019.

transpostos de diferentes concepções e conteúdo, variando em suas práticas de acordo com os docentes ministrantes e as secretarias de educação municipais.

Trabalhos realizados apontaram as muitas dificuldades existentes em suas trajetórias, como a falta de materiais para seu desenvolvimento e a forma como muitas secretarias e docentes encararam sua prática, inclusive como elementos “complementares ao ensino” (BARROS, 2016; ALVES, 2016). Logo, muitos conteúdos acabaram não sendo postos neste processo ou mesmo quando em destaque não foram debatidos em sala de aula. No caso da Guerrilha do Araguaia sua ausência pode ser tida como constante ao menos oficialmente, variando, em alguns casos observados em materiais paradidáticos com pequenas menções nos últimos anos.

De antemão, seja pelos motivos destacados acima ou mesmo por ainda compor uma temática frágil, sua problematização ainda não alçou este espaço de debate, qual seja, o currículo escolar. E se o componente regional ainda exerce um campo de possibilidades para debates deste conteúdo, sua limitação no Ensino Médio seria ainda maior, uma vez que não está presente nesta fase de ensino ao menos nos segundos e terceiros anos.⁴²

E em se tratando dos anos finais do fundamental, se nota um palco preocupante. Em seu trabalho, Barros (2016) analisando os programas curriculares sugeridos pela SEMED para educação fundamental em Marabá do ano de 2006 que são produzidos pelos formadores da própria secretaria de educação, observa que a Guerrilha do Araguaia não tem inserção direta entre os conteúdos do 9º ano, somente quando debatida o conteúdo sobre a presença militar na Amazônia, trazendo, de forma geral, uma leitura exógena a região de conflito, de seus sujeitos e problematizações. Então, conclui-se que esse conteúdo assim como a ausência de materiais bem como as orientações pedagógicas para a disciplina contribui para que essa temática não seja posta para as discussões nos espaços escolares do município, pois até o próprio currículo deixa vago esse assunto.

Analisando o programa curricular proposto pelo Secretariado do Estado do Pará em sua última versão de 2019, produzido pela própria SEDUC-PA, e que hoje todas as escolas estaduais utilizam como parâmetro curricular, se observa que o

⁴² A disciplina de Estudos Amazônicos, ela tem algumas variações curriculares de uma cidade para outra dentro de uma mesma região. Citamos como exemplo de Marabá que desde 2019, com as mudanças da BNCC a disciplina não está mais presente oficialmente no ensino médio, continuando em outras cidades como Itupiranga entre outras, para esse análise nos centraremos nas cidades na qual a disciplina ainda permanece.

documento está em sintonia com a organização dos programas propostos da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC, distribuindo os conteúdos em eixos estruturantes, subeixos e objetivos de aprendizagem, não pontuando diretamente os objetos de conhecimento a serem abordados. Olhando com mais profundidade a proposta curricular do Estado do Pará percebemos que não faz menção alguma ao conteúdo Guerrilha do Araguaia, o que é de se entender na manutenção desta invisibilidade devido as propostas norteadoras desta nova base curricular. Isto porque é posto a existência de eixos que possibilitam o professor trabalhar esse conteúdo, como é o caso do “Objetivo de Aprendizagem, da (Proposta Curricular do Estado do Pará, pag. 446, 2018) que tem por “Habilidades ⁴³- (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar”, e dessa forma possibilitando ao docente adentrar nestes conteúdos, e abordar seus conceitos inseridos na resistência, da ditadura militar, não só no ensino médio como também é integrante nas abordagens do 8º e 9º ano do Ensino Fundamental. Não só nesse nessa habilidade, mas também na Habilidades do eixo “Valores à Vida Social”:

(EF08HI16) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado, e na Habilidade (EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos” (Proposta Curricular do Estado do Pará, 2018, pag. 450 e 451)

Então mesmo não contendo diretamente a temática Guerrilha do Araguaia, o professor de disciplinas como História pode perfeitamente inserir em seus conteúdos programáticos esse assunto que em tese é importante para o Estado do Pará e principalmente para a região onde houve o conflito.

E se tratando das regiões do conflito, o Sul e Sudeste do Pará, dentro do campo das Ciências Humanas nas disciplinas de História e Estudos Amazônicos, nos eixos curriculares propostos para o 9º ano do ensino fundamental, o conteúdo da Guerrilha não aparece diretamente como proposta curricular, deixando como possibilidades de debate em objetivos de aprendizagem. É o caso também da disciplina Estudos Amazônicos que também aparece na BNCC do estado do Pará, e que o assunto

⁴³ Os objetivos e as habilidades da BNCC são as aptidões desenvolvidas ao longo de cada etapa de ensino e que contribuem para o desenvolvimento das competências gerais e específicas da Base.

Guerrilha do Araguaia também não aparece diretamente, mas existem Eixos temáticos e habilidades que pode ser inserido os conteúdos da Guerrilha do Araguaia, como Eixo O Espaço/Tempo E Suas Transformações, contendo a “Habilidade - (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar” (BNCC do Estado do Pará, 2018, pag. 487). Mas, diferentemente da disciplina de História, é somente nessa habilidade que esse tópico pode ser introduzido, e isso deixa um pouco de imprecisão, pois a disciplina em teoria, como dissemos, é mais uma espécie de História do Pará, mas mesmo contemplando indiretamente, há ausência deste conteúdo. E nessa perspectiva que se direciona a análise dos programas curriculares das secretarias de educação dos municípios próximos à ocorrência da Guerrilha.

De forma geral, observando o programa curricular proposto pelas secretarias de educação das cidades da região próximas ao conflito, em especial as cidades de Marabá, Itupiranga, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e Xinguara, a ausência destes conteúdos segue a percepção próxima ao evidenciado até o momento. Essas cidades ficam próximas umas das outras, e em todas elas de alguma forma sentiram o conflito na pele. E é por isso que essas cidades foram escolhidas para realizar essa pesquisa como também as entrevistas são de professores que lecionam nessas cidades e vivem nessas cidades há muito tempo, pois acredito que esses professores tenham muito que contribuir com suas falas a respeito do ensino da Guerrilha do Araguaia.

De início, analisamos o plano de curso da cidade de Marabá, que tem em seu quadro funcional de docentes cerca de 2000 professores da educação básica, com 168 escolas ativas e uma média de 55.600 alunos no município.⁴⁴ O seu programa curricular é elaborado pelos formadores da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), tendo como diretriz base a recém-aprovada BNCC. Quando o referido plano de curso é elaborado, ele é entregue aos professores das escolas que analisam e normalmente concordam com o que é proposto.

Partindo desse entendimento, é analisado primeiramente o plano de curso de História, com ênfase no 9º ano, que em tese já está inserido esta temática da Guerrilha, em História do Brasil. O plano de curso aqui analisado é da Diretoria de Ensino do Campo que não diferencia das temáticas da Diretoria Ensino Urbano, pois

⁴⁴ Fonte: SEMED- Secretaria de Municipal de Educação de Marabá, 2020.

são produzidas na mesma perspectiva de ensino. Analisando este plano de cursos para disciplina, o espaço para tal debate se encontra no 3º bimestre do 9º ano, com a unidade temática: “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946”:

Figura 03: Plano de curso do componente de História 9ºano – 3º Bimestre.

Objetos de Conhecimento	Habilidades específicas para o 9º ano
O Brasil da era JK e o ideal de uma nação moderna: a urbanização e seus desdobramentos em um país em transformação.	(EF09HI17) Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946.
Os anos 1960: revolução cultural?	(EF09HI18) Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais.
A ditadura civil-militar e os processos de resistência.	(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.
As questões indígena e negra e a ditadura.	(EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo

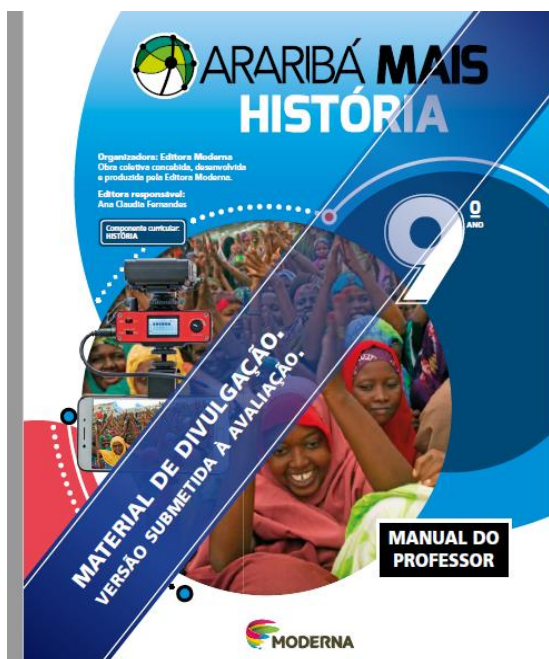
	desenvolvimentista da ditadura.
O processo de redemocratização.	(EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988.

Fonte: SEMED- Secretaria Municipal de Educação de Marabá, 2020.

Percebe-se que dentro desse cronograma anual da secretaria de Educação de Marabá não faz menção direta a temática Guerrilha do Araguaia, mas seguindo essa proposta do Eixo “A ditadura civil-militar e os processos de resistência”, existe a possibilidade de ser trabalhada a temática uma das habilidades (EF09HI20), mas sem maiores referências ou materiais para o exercício da mesma, como veremos nas entrevistas, o que, em muitos casos, mostrou-se como um dos motivos para não ser debatido em sala.

Neste município a material base disponibilizada para orientação de atividades e práticas dos eixos apresentados acima centra-se primordialmente nos livros didáticos. Em Marabá, Itupiranga e Xinguara, três das cidades pesquisadas os municípios utilizam o livro didático “Araribá Mais História” da editora Moderna. É obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. Editora responsável: Ana Claudia Fernandes, Bacharela em História e mestra em Ciências no programa de História Social pela Universidade de São Paulo 2018.

Figura 04: Capa do Livro didático utilizado em Marabá



Fonte: editoramoderna.com.br

No livro acima em destaque, podemos observar a existência de um debate sobre o período da Ditadura Militar, tanto no Brasil quando na América Latina, destacando episódios centrais em seu desenvolvimento em cada espaço. Porém, é mister destacar que o evento aqui em estudo, a Guerrilha do Araguaia, não adentra como um dos temas em destaque, nem mesmo uma pequena indicação sobre o conflito. Entendemos que seria de grande valia, centralmente para as cidades que realizaram sua escolha para uso anual, que este conteúdo pudesse adentrar como um dos principais temas da história e memória regional, sendo entendido nesta pesquisa inclusive como um dos critérios, a nosso ver, para a escolha docente deste livro. Logo, entendemos que esta lacuna curricular, mesmo que podendo ser analisada e preenchida pelo professor na tessitura das aulas, contribui diretamente para manutenção e distanciamento sobre a centralidade do evento para população local.

Mas mesmo não contendo um conteúdo direto sobre a guerrilha, dentro desses conteúdos, há possibilidade para que possa ser inserido essa temática, que é o caso do tema “A ditadura civil-militar no Brasil e os povos do campo” (pag. 210), o professor de história dos municípios de Marabá, Itupiranga e Xinguara, pode inserir nos seus

conteúdos programáticos a temática Guerrilha, mesmo o programa curricular não contendo diretamente essa temática, e também o livro didático oferecido pelo município não contendo diretamente esse assunto, o professor pode trabalhar de forma paralela e fazendo ligações com os assuntos da ditadura militar no Brasil, se assim for do seu interesse.

Sendo neste caso o livro didático, como ocorre em grande parte das escolas pelo país, o principal material do Ensino Básico entender sua materialidade torna-se a compreender as potencialidades e construções dos conteúdos em sala. Compondo historicamente como uma das principais ferramentas do professor, como lembra a historiadora Katia Abud (2007) “o livro didático é quase que o único material de apoio que o professor encontra à sua disposição e, por isso, apoia nele a parte central de seu trabalho” (p. 115). Nesse sentido o livro é uma espécie de guia do professor em diálogo direto com outras fontes e materiais, que deveria buscar apreender tanto a realidade e vivência dos alunos quanto proporcionar a problematização desta realidade.

E nessa perspectiva, sobre a organização dos conteúdos, escolhas e temas presentes nos livros didáticos a historiadora Selva Fonseca (2005) nos relata que o processo de escolhas e a exclusão de alguns temas nos livros didáticos está diretamente relacionado com os critérios políticos em que o país estar vivenciando e por consequência disso, normalmente os excluídos não aparecem nesses livros e perdem direito a História. Assim, como a autora relata, o governo tem a seleção dos temas que lhe agradam e coloca o que lhes convém de acordo seus critérios, o que normalmente deixa a história dos menos favorecidos de lado, exaltando feitos nobres da história, na linhagem em que o governo segue.

E seguindo na análise das novas diretrizes curriculares, construídas recentemente a partir da BNCC, analisamos o programa curricular da cidade de Itupiranga de 2019. A cidade de Itupiranga tem cerca de 493 professores lecionando em 82 escolas ativas do município, tendo em média 10.324 alunos matriculados ⁴⁵. Segundo a Secretaria de Educação de Itupiranga o programa curricular do município é feito pelos próprios professores com auxílios dos formadores nos encontros pedagógicos que acontece uma vez ao mês em conformidade a BNCC e esses encontros já são inseridos na carga horária dos professores.

⁴⁵ Fonte: SEMED- Secretaria de Municipal de Educação de Itupiranga, 2020.

Analisando as matérias e o programa curricular elaborados percebe-se que visa ser mais direto e resumido, dando oportunidade para o professor elencar temáticas complementares a seu cronograma, dando assim oportunidades para os professores usar outras temáticas correlacionadas aos eixos principais, mesmo que não esteja no plano educacional anual do município. No plano de curso do 9º ano de História especificamente, não relata a temática Guerrilha do Araguaia, mas faz referências a tensões da ditadura militar e suas resistências no Brasil e na América Latina, deixando espaço para ser trabalhado dentro da Habilidade EF09HI16: “Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação”. Logo, existem inúmeras formas para inserir esse tema, se assim o professor o quiser o fazer, pois o plano de curso anual, não é algo fechado ou blindado, podendo ser flexibilizado com outros temas regionais.

Figura 05 Proposta do Documento curricular de História 9ºano – Itupiranga

ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS HUMANAS ANO/ETAPA: 9º BIMESTRE: 4º COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA		
UNIDADE TEMÁTICA	HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO
MODERNIZAÇÃO, DITADURA CIVIL-MILITAR E REDEMOCRATIZAÇÃO: O BRASIL APÓS 1946	(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.	Os anos 1960: revolução cultural? A ditadura civil-militar e os processos de resistência

122



Av. Quatorze de Julho nº 12
 CNPJ nº 05.077.102/0001-29
 CNPJ SEMED nº 30.746.635/0001-01
 E-mail: itupirangasemed@gmail.com
 CEP 68580-000 - Itupiranga /PA

FONTE: Secretaria Municipal de Educação de Itupiranga.

Continuando na esteira de análises dos currículos educacionais da escola básica dos municípios da região do conflito do Araguaia, analiso o programa curricular da cidade São Domingos do Araguaia, que contém em seu quadro de professores

cerca de 337 profissionais, com 34 escolas ativas e aproximadamente 5.130 alunos matriculados.⁴⁶

Esse documento curricular de São Domingos, é baseado na proposta curricular do Estado do Pará, mas como em todos os currículos aqui citado, não é um currículo fechado, podendo ser acrescentado temas variados de acordo com interesse do professor. Na proposta curricular do Ensino Fundamental II do 9º ano de História, percebe-se que existe a temática ditadura militar e faz menções também as resistências durante esse período. Mas novamente não faz menção alguma sobre a temática Guerrilha do Araguaia, o que causa um pouco de estranheza, pois a cidade é bem próxima do ocorrido, e acredito ser um tema importante para ser discutido nessa região. Além disso, a memória é crucial para a consolidação de uma sociedade como afirma Le Goff (2003, p. 419), e nesse sentido ele expõe o seguinte:

Fenômeno individual e psicológico (cf. soma/psiche), a memória liga-se também à vida social (cf. sociedade). Esta varia em função da presença ou ausência da escrita (cf. oral/escrito) e é objeto da atenção do Estado, que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (passado/presente), produz diversos tipos de documentos/monumento, faz apreensão da memória, depende deste modo do ambiente social (cf. espaço social) e político (cf. política): trata-se da aquisição de regras de retórica e também da posse de imagens e textos (cf. imaginação social, imagem, texto) que falam do passado, em suma, de um certo modo de apropriação do tempo (cf. ciclo, gerações, tempo/temporalidade)

Desse modo, o estado deveria fazer essa função de preservação, pois assim, a memória local ganharia o destaque merecido, principalmente a memória que nos orienta a uma conscientização histórica. E isso deveria refletir já nos livros didáticos e nos componentes curriculares da educação básica.

Mas assim como os planos de cursos já citados, o professor tem possibilidade de inserir o conteúdo da Guerrilha em seu cronograma de trabalho, como por meio da habilidade do plano de curso EF09HI19: “Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos”. Nessa habilidade percebe-se de logo que há possibilidade para se trabalhar o temática Guerrilha do Araguaia, sobretudo, em se tratando em temas sensíveis como os conteúdos relacionados aos direitos humanos, pois até nos dias de hoje á pessoas desaparecidas. Então, percebe-se que o plano de curso não é isolado ou inflexível,

⁴⁶ Fonte: SEMED- Secretaria de Municipal de Educação de São Domingos.

mas ele deixa espaço para que possa ser trabalhado em algumas habilidades contidas no desenho curricular do município de São Domingos do Araguaia.

Figura 06- Proposta do Documento curricular do 9º ano História- São Domingos

Documento Curricular do Estado do Pará Educação Infantil e Ensino Fundamental			
		1.4 Conhecer e respeitar o modo de vida e de grupos diversos, nos diferentes tempos e espaços	(EF08HI27) Identificar as tensões e os significados dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e as populações negras nas Américas
HISTÓRIA			
9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Eixo	Subeixo	Objetivos de aprendizagem	Habilidades
		1.1 Diferenciar que a sociedade e a natureza possuem princípios e leis próprios e que o espaço resulta das interações entre elas, historicamente definidas	(EF09HI18) Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais (EF09HI28) Identificar e analisar aspectos da Guerra Fria, seus principais conflitos e as tensões geopolíticas no interior dos blocos liderados por soviéticos e estadunidenses (EF09HI33) Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação (EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contribuições e impactos na região em que vive
1. Participação social como garantia de direitos			construindo os argumentos dos movimentos unidos da juventude (EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência
	1.2 Identificar estratégias que promoveram o combate à discriminação de grupos sociais étnicos e de gênero		(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas
	1.3 Entender a proclamação da república como consequência do anacronismo do 2º império, e o surgimento de uma camada urbana com novas ideias e a ausência da participação popular		(EF09HI01) Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil
	1.4 Analisar o poder dos militares, na tomada do Estado, como um processo de dominação e manutenção da elite política local, subjugada aos interesses imperialistas		(EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação (EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos (EF09HI30) Comparar as características dos regimes ditatoriais latino-americanos, com especial atenção para a censura política, a opressão e o uso da força, bem como para as reformas econômicas e sociais e seus impactos
	1.5 Reconhecer que as melhorias nas condições de vida, as transformações socioculturais, o respeito as minorias, os avanços tecnológicos e os direitos políticos são conquistas decorrentes de acordos e conflitos ainda não-usufruídos por todos os seres humanos		(EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988 (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo

Fontes: Secretaria Municipal de Educação de São Domingos do Araguaia, 2020.

O livro de didático utilizado por São Domingos do Araguaia, é o “Convergências”- Editora SM, organizado por Charles Chiba, de 2016, esse livro é

utilizado por toda rede pública, é uma coleção de 4 livros do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Nele encontramos várias temáticas relacionadas a ditadura militar, mas não se encontra a temática Guerrilha do Araguaia. Mas já na capa do livro aparece a imagem da deusa da justiça Themis, da mitologia grega, ela é descrita como ‘de bom conselho’, e é a personificação da ordem, da lei e protetora dos oprimidos. A imagem é de uma mulher vedada os olhos, e assim, por estar dessa forma deve representar a igualdade, o sinônimo de imparcialidade nas decisões dos julgadores, demonstrando o sentimento de verdade, equidade e humanidade e isso devem estar acima das emoções humanas. A imagem também aparece com uma balança na mão, que significa o justo, o equilíbrio e a medida. Logo, a capa desse livro didático específico já nos demonstram que daria para correlacionar com a temática da Guerrilha do Araguaia, pois o esse conflito até nos dias de hoje não teve um desfecho na justiça solidificado e que fosse na realidade justo. Sendo assim, o professor pode usar a imagem da capa do livro e seu significado para trabalhar a história e o desfecho da Guerrilha do Araguaia, mostrando assim as histórias dos oprimidos e dos que não obtiveram uma justiça eficaz.

E também não somente a capa do livro mais em seu capítulo 13 do livro do 9º ano, apresenta a temática “A Resistencia contra a ditadura” possibilitando, como evidenciados nas outras análises até aqui, um trabalho mais aprofundado sobre o regime e as lutas e resistências que permearam a história local. Em suma, o docente tanto no desenho curricular como no próprio livro didático tem inúmeras maneira de trabalhar com o tema em questão, e isso nos demonstra que mesmo com a ausência direta da temática não inviabiliza o professor de trabalhar o assunto da Guerrilha.

Figura 07: Livro didático utilizado em São Domingos do Araguaia



Fontes: Secretaria Municipal de Educação de São Domingos do Araguaia, 2020.

Avançando nas análises dos componentes curriculares, analisamos agora o programa curricular de História da São Geraldo do Araguaia, que tem historicamente a ocorrência de luta desde a década de 60 em violentos conflitos de terra, que também foi palco da Guerrilha do Araguaia. De acordo com o site WWF (2009), o histórico da cidade remonta a década de 1940, com a exploração de Cristal de rocha no que eles chamavam de “garimpo do chiqueirão”, às margens do Rio Araguaia, no Estado do Tocantins, hoje cidade de Xambioá. Com o fim desse garimpo os garimpeiros foram transformados em extrativistas e pequenos produtos rurais, resultando no agravamento de conflitos pela terra, acirrados pela política de desenvolvimento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), sendo violentamente reprimidos pelo governo. A cidade hoje conta com 226 professores trabalhando em 36 escolas ativas e com cerca de 5.663 alunos matriculados,⁴⁷ sendo uma das cidades mais próximas onde o conflito ocorreu. Praticamente essa cidade foi prosscênio da Guerrilha do Araguaia e seus conteúdos regionais deveria vim como identidade histórica afim de criar uma ligação com a memória e a sociedade que ali habita, assim como a região que o cercam, pois algumas memórias permanecem silenciadas. E assim como as demais cidades pesquisadas esse plano de curso é feito pela secretaria de educação do município com o auxílio dos professores de cada seguimento.

⁴⁷ Fonte: SEMED- Secretaria de Municipal de Educação de São Geraldo do Araguaia.

Os conteúdos propostos pelo currículo da cidade de São Geraldo do Araguaia são muito diversificados, com suas temáticas alinhadas as novas diretrizes da BNCC. Não são diferentes de outros currículos e incluem conteúdos sobre as ditaduras militares do Brasil e das américas e suas resistências às ditaduras. No entanto, mesmo sendo uma cidade que fez parte ativa do conflito, na verdade era um palco para os guerrilheiros, mas não há um tema específico no plano da cidade, nem mesmo uma menção sobre a Guerrilha do Araguaia. Mas dentro desse mesmo programa curricular existe um eixo chamado de “Valores à vida Social” na Habilidade EF09HI20 busca-se: “Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar”, deixando claro que o professor tem espaço para ser trabalhada a temática.

Figura 08: Documento curricular do 9º ano História- São Geraldo

LINGUAGEM E SUAS FORMAS COMUNICATIVAS		1.2 Compreender as disputas capitalistas relacionadas à Primeira Guerra Mundial e a implantação do socialismo na Rússia. 1.3 Entender, discutir o papel das ideias populista no período varguista e suas contradições.	mundiais da Revolução Russa e seu significado histórico. (EF09HI06) Identificar e discutir o papel do trabalhismo como força política, social e cultural no Brasil, em diferentes escalas (nacional, regional, cidade, comunidade)
VALORES À VIDA SOCIAL	1. Participação social como garantia de direitos.	1.1 Identificar as mudanças Culturais, sociais e econômicas, ocorridas na sociedade e suas implicações no comportamento das pessoas. 1.2 Identificar estratégias que promoveram o combate à discriminação de grupos sociais étnicos e de gênero.	(EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais. (EF09HI15) Discutir as motivações que levaram à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) no contexto do pós-guerra e os propósitos dessa organização. (EF09HI17) Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946. (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de São Geraldo do Araguaia, 2020.

O livro didático indicado como escolha por este município foi o "História, Sociedade e Cidadania", organizado por Alfredo Boulos.⁴⁸ De antemão, por apresentar um tema de regionalidade em sua capa, neste caso o fandango, poderíamos entender a real possibilidade de contemplar mais temas de regionais, como no caso da guerrilha. Porém, seguindo o ocorrido em outras obras e municípios o tema parece não ter a relevância necessária para integrar diretamente seus conteúdos, sem constar ao mesmo uma indicação.

⁴⁸ Editora FTD. Organizado por Alfredo Boulos. São Paulo, 2018.

Mas um livro adquirido por um município, que em tese foi palco central do conflito do Araguaia, não contenham o assunto da guerrilha é de se estranhar que esse tema não seja um dos requisitos para a escolha do livro didático. Contudo, mesmo não contendo diretamente o assunto em questão, no capítulo 13 desse livro didático, existe o tema “O Regime Militar o Brasil” em que aborda sobre o período, relatando os anos de chumbo e suas consequências, até a redemocratização, abrindo assim espaço para que o professor possa trabalhar essa temática.

Figura 09: Livro didático utilizado em São Geraldo



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de São Geraldo do Araguaia, 2020.

E finalizo a sucinta apresentação dos componentes curriculares da disciplina de História da Educação Básica na região do conflito com a cidade de Xinguara, possuidora de 428 em seu quadro funcional de professores, trabalhando em 27 escolas ativas, com cerca de 9.700 alunos matriculados ⁴⁹. Essa proposta curricular de 2019 é algo em que o professor tem como guia e segue conforme proposto pela secretaria de educação do município, além é claro de inserir seus temas diversificados. Esse programa curricular em especial, é bem resumido, mas está alinhado em conformidade a BNCC.

Contudo, mesmo as temáticas sendo sucinta, sua proposta abrange temas variados, desde a descobrimento do Brasil até a história do Brasil contemporâneo. Assim, entendemos que os conteúdos para além dos conteúdos existentes sobre o

⁴⁹ Fonte: SEMED- Secretaria de Municipal de Educação de Xinguara, 2020.

período histórico, neste caso postos no 4º bimestre, o professor possui a possibilidade de realizar inserções de temáticas que considera pertinente para ampliação destes conteúdos, de forma a exercitar um currículo flexível e passível de particularidades, como previsto na nova BNCC. Logo, sendo uma temática que abrange diretamente o Sul e Sudeste do Pará entendemos ser importante para reflexão junto aos docentes sua presença e, neste caso, possíveis motivos para ausência.

Figura 10: Documento curricular do 9º ano História- Xinguara

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO 9º ANO

1º BIMESTRE

- A era do imperialismo;
- A república chega ao Brasil.

2º BIMESTRE

- A Primeira Guerra e a Revolução Russa;
- A crise da democracia e a Segunda Guerra Mundial.

3º BIMESTRE

- A era Vargas;
- Rivalidade e conflitos na Guerra Fria;
- As independências na África e na Ásia.

4º BIMESTRE

- Democracia e ditadura no Brasil;
- O Brasil e o mundo globalizado.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Xinguara, 2020.

Em suma, os programas curriculares dos municípios que de certa forma fizeram parte do conflito da Guerrilha do Araguaia, estão alinhados a BNCC, e de acordo a lei federal preenche as lacunas alicerçado no sistema educacional brasileiro. Mas o que de fato se ver é uma omissão por parte desses municípios que tem suas histórias enraizadas na memória local no que se refere a Guerrilha do Araguaia. Pois, eles têm

a autonomia de inserir conteúdos regionais em seus planos curriculares, se assim acharem relevante esses conteúdos, e não o fazem, creio que esses municípios pecam por omissão de não inserir o conteúdo específico da Guerrilha do Araguaia em seus planos curriculares, haja vista, a importância desse movimento para a história local.

A seguir abordaremos a respeito da Disciplina de Estudos Amazônicos, onde algumas dessas cidades citadas acima, tem em sua grade curricular de ensino. E que a Prioridade deveria constar o conteúdo Guerrilha do Araguaia em sua proposta curricular.

2.2 Disciplina de Estudos Amazônicos

Como observado no tópico anterior, os desenhos curriculares a partir de um dos materiais utilizados na região em análise também se tornam um componente importante para pensar tanto os enquadramentos e espaços permeados pela temática e suas interpretações quanto para compreensão das potencialidades do ensino de história neste processo.

De qualquer forma, todas as cidades pesquisadas, Marabá, Itupiranga, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e Xinguara continham uma disciplina voltada diretamente para problematizações da porção norte do país, denominada Estudos Amazônicos. Essa, direcionada para a história da Amazônia e, conseqüentemente, abrangendo o território paraense, tem como finalidade conhecer e compreender o espaço amazônico a partir da perspectiva regional, pensando o processo de ocupação, integração e reorganização desse espaço em escala nacional e global. A disciplina passou a existir no Estado do Pará na década de 1990, para atender além de um contexto em que a função social da escola estava mais solidificada com os debates curriculares entorno de uma regionalidade, como também a demandas federais, postas principalmente pela então aprovada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB/1996, onde os estudos regionais ganhavam novas possibilidades em seu artigo 26.

Mas existe um problema que se arrasta até os dias de hoje, que é um currículo uniforme da disciplina de Estudos Amazônicos, bem como um livro didático específico adotado pelo estado ou os municípios. Como ressalta Wilverson de Melo (2019):

Tal disciplina escolar possui como problema a falta de uniformização de um currículo com conteúdos programáticos bem definidos para tal disciplina

escolar, isto porque a Secretaria de Educação do estado ainda não conseguiu produzir um “Livro Didático”, que se faça presente em todas as instituições escolares do Estado do Pará (escolas municipais, estaduais, particulares e conveniadas nas zonas urbanas e rurais e nas modalidades regulares, EJA e multissérie) e que contemple as discussões interdisciplinares sobre a História e Geografia da Amazônia (p. 110)

Assim, percebe-se, que segundo o autor é complicado fazer um currículo uniforme, pois a disciplina de Estudos Amazônicos possui suas particularidades e uma multiplicidade de narrativas, o que em talvez seja a causa para a dificuldade de elaborar um currículo único e sólido que abrangeria todas as regiões do estado. E complementa o historiador:

A disciplina de Estudos Amazônicos possui uma historiografia geohistórica e dentro desta uma multiplicidade de narrativas, pois, devido a falta de um “Livro Didático” uniforme para as escolas e devido as diferentes formações dos professores (História, Geografia, Sociologia) que ministram a disciplina, ocorre a produção independente de materiais didáticos elaborados pelos respectivos professores desta disciplina, para ministrarem seus conteúdos em sala de aula, resultando em múltiplas formas de ensinar a disciplina em questão (2019, p. 111)

E essa talvez seja a maior dificuldade, inclusive relatado por alguns dos professores nas entrevistas, de que não existe material da disciplina fornecido pelos municípios. No entanto, nos Parâmetros Nacionais de Educação (PCNs)⁵⁰ reforçam que a autonomia dos professores é um processo de relações em construção e que não existe uma autonomia pura como se fosse de capacidades do sujeito isolado e sim um processo coletivo que implica relações de poder não autoritários, ou seja, flexível. Dessa forma, o professor pode elaborar seu material, por meio de pesquisas em múltiplos espaços digitais, bem como por meio de publicações acadêmicas e editoras dedicadas a temas do Estado, como a Paka-tatu e Estudos Amazônicos.

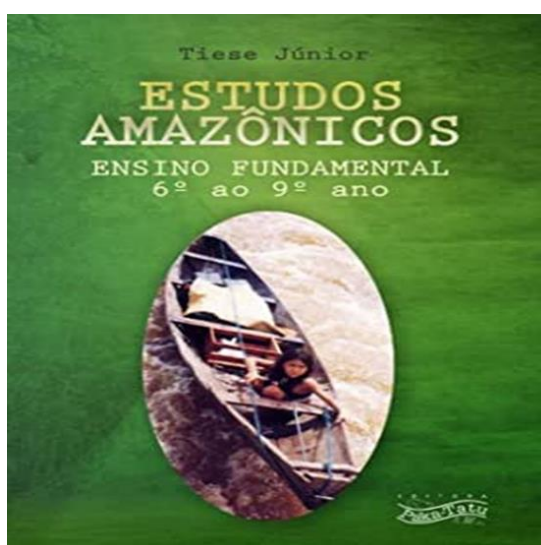
Neste caso, a editora Paka-tatu possui importante atuação voltada a publicações sobre estudos amazônicos, produzindo materiais que podem ser utilizados pelos professores em sala de aula. O livro produzido pelo professor Doutor Tiese Teixeira Júnior da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- UNIFESSPA, essa coleção de livros é centrada para os anos finais do Ensino Fundamental. Esse livro aborda temas amplo e variados, com conteúdo que vão

⁵⁰ Terceiro e Quarto ciclos: Apresentação dos Temas Transversais, 1998, p.35.

desde a Amazônia Colonial até Amazônia Contemporânea, em distintos aspectos e narrativas providas de particularidades da região Amazônica.

Em toda a coleção, que contempla do 6º ao 9º ano do fundamental, a forma como os conteúdos são postos e organizados deixam a possibilidade para os professores contemplarem outros temas não abordados pelo livro didático. Nessa coleção específica no 9º ano contém a temática Guerrilha do Araguaia inserida no eixo “A Amazônia em tempos de Ditadura”, não abrange com profundidade o assunto, mais colabora em sua compreensão e possibilidade de aprofundamento.

Figura 11: Livro didático de Estudos Amazônicos, Tiese Júnior, 2014.



Fonte: Autor.

Outra coleção voltada a temática é a coleção ‘Estudos Amazônicos’ de editora homônima. Essa coleção é produzida por professores da Universidade Federal do Pará- UFPA, os autores são; Mauro Cezar Coelho, Amélia Bemerguy, Luana Bagarrão Guedes e Márcia Aparecida da Silva Pimentel. E assim como a outra coleção abordada, vem trazendo as particularidades da Amazônia desde o tema “Conhecendo a Amazônia a Amazônia Contemporânea”. Diferente da outra coleção, essa são duas disciplinas em uma só coleção, ou seja, em cada livro da coleção, contém duas disciplina, História e Geografia da Amazônia.

Analisando o material, observa-se que a temática foco deste trabalho não é diretamente abordada ao longo de seus conteúdos, mesmo contendo eixos temáticos como “A Amazônia durante o Regime Militar Brasileiro” e um sub eixo “Políticas de

ocupação da Amazônia nos anos da Ditadura Militar” no volume 04, voltado para o 9º ano. Os conteúdos referente ao período ditatorial brasileiro inseridos nessa coleção é caracterizada apenas pelas políticas de ocupação da Amazônia nos anos da ditadura militar, demonstrando os programas realizados pelo o governo para efetivar a ocupação da região amazônica, como foi o caso do programa “Operação Amazônia”⁵¹, ou seja, em sua essência, só é pautado aqui a mobilização dos militares na Amazônia a respeito de sua ajuda no desenvolvimento econômico e de ocupação da Amazônia, não se tratando portanto, em nenhum aspecto de confronto ou de guerrilha. Essa coleção como dita anteriormente, foram produzidas por professores na UFPA, e isso caracteriza que foi bem pesquisado e elaborada, mas a ausência dessa temática no material coaduna com a trajetória aqui evidenciada. Mas assim como nos próprios livros didáticos de História, nessa coleção da disciplina o professor pode inserir o conteúdo e realizar atividades da forma como for necessária. E própria existência deste material, bem com as propostas nele inseridas já se mostram um avanço para as possibilidades e ideias alçadas neste trabalho, fazendo pensar sobre temas e abordagens de problemáticas que ainda ecoam no Pará (como a capa da hidrelétrica), mas que, como todo material, necessita de problematização e diálogo com outros conteúdos.

⁵¹ Operação Amazônia: foi como se chamou o primeiro programa desenvolvido pelos militares para ocupação da Amazônia. Os governos militares tinham uma proposta de desenvolvimento nacional a partir de uma política modernizadora, industrial e intervencionista. E por essa proposta a Amazônia deveria ser grande fornecedora de matérias-primas, como minérios, energias, produtos agrícolas e carnes bovinas para suprir a necessidade de consumo do país. Além disso, o governo federal afirmava, através de vários discursos de seus representantes, que estes projetos iriam tirar a Amazônia da pobreza em que ela vivia há anos.

BEMERGUY, Amélia; GUEDES, Luana Bagarrão; PIMENTEL, Marcia Aparecida da Silv. Estudos Amazônicos: História e Geografia – Vol.4 / Coordenação Mauro Cezar Coelho [et al], 2ed. Belém: Estudos Amazônicos, 2020. P. 57

Figura 12 Livro didático coleção “Estudos Amazônicos”, 2018.



Fonte: Autor

Nas cidades em que realizamos a pesquisa nenhuma delas adotou as coleções oficialmente ou outra coleção de livro didático de Estudos Amazônicos. Não sabemos a razão oficial, mas o que sabemos até então é que os próprios professores que queiram ter esse material têm que adquirir nas próprias editoras ou nos sites de venda de livros, ou seja, fica claro que os professores que optarem em não comprar a coleção por diversos fatores, um deles é a coleção ter um custo alto, nesse caso eles preferem elaborar seus materiais através de pesquisas, como veremos no tópico seguinte.

Em nosso entendimento a ausência desse conteúdo no desenho curricular ou livros didáticos de maneira alguma anula possibilidades de realização de debates pelos professores nestas disciplinas e nos espaços escolares, como também a produção e o uso de materiais complementares. Mas a sua ausência de certa forma produz paradigmas que, visto de forma mais analítica, se configura uma necessidade de entendimento como ausência de uma das temáticas centrais ocorridas na região pesquisada.

2.3. Falam os professores: propostas e experiências do/no chão da sala de aula

O conjunto de análise até aqui realizadas não podem ser mensuradas sem a centralidade necessária junto a um elemento central já observado neste processo: os docentes e as práticas em sala de aula. Para tanto, a pesquisa contou com a

realização de entrevistas com professores que atuam nas cidades anteriormente indicadas, quais sejam: Itupiranga, Marabá, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e Xinguara.

Somando todas as localidades analisadas foram realizadas 09 entrevistas: Em Marabá foram duas entrevistas: Professora Glaucia Patrícia Silva de Santana e o Professor Wilson George de Brito Corrêa. Em Itupiranga duas entrevistas: Professor Edilson Alves de Assis Silva e o professor João de Deus Moraes de Sá. Em São Domingos do Araguaia uma entrevista: Professor Valdenor George do Nascimento. Em São Geraldo do Araguaia dois entrevistados: Professor Manoel Messias de Sousa e a Professora Corina Monteiro dos Santos. E concluindo em Xinguara foram dois professores: Geuslene Ferreira de Sousa e o professor Ronny Pyterson Romano dos Santos.

Todos esses professores lecionam na rede básica de educação e carregam consigo experiências que tem muito a contribuir com a pesquisa, em especial com o ensino da temática da Guerrilha do Araguaia, pois alguns deles vivenciaram o período em questão e sabem muito a respeito desse evento.

Em suma, pretendemos dialogar com suas respostas, fazendo uma conexão com os componentes curriculares dos municípios em atuação. Dessa forma acreditamos que estas análises contribuem profundamente com os resultados alçados pesquisa, bem como para tessitura do produto final.

Para a realização desta análise, alguns elementos foram observados. As entrevistas foram realizadas nas próprias cidades dos docentes, algumas realizadas na própria escola e outras em sus casas, de acordo com o ambiente e momento sugerido por cada um. Os professores entrevistados foram escolhidos decorrente de seu tempo na docência nas cidades pesquisadas como também pela sua área de formação e atuação, sendo sua maioria em história. No decorrer das entrevistas foi observado que a maioria dos professores concluíram sua graduação nas universidades Federais do estado do Pará, durante um período em que, como apontado por todos, tiveram em seu desenho curricular a disciplina Amazônia I e II.

Adentrando este ponto de debate, sobre a trajetória formativa, mesmo todos os entrevistados indicando a existência desta disciplina em sua formação, ficou constatado nas entrevistas que a temática sobre a Guerrilha do Araguaia, bem como o processo de lutas existente na região durante o período miliar foram pouco abordados, tendo em alguns casos pequenas menções de debate a pedido dos

próprios discentes, como indicado por Valdenor Jorge (2021), que estudou na Universidade Federal do Pará em 2003 e hoje leciona em São Domingos do Araguaia:

Não foi uma disciplina específica, foi uma cobrança que nós fizemos, pois até no Ensino Médio não tivemos um aprofundamento sobre a Guerrilha do Araguaia e isso se deu devido por exigência da turma e também indicado por alguns professores, que nós conseguimos alguns capítulos da Guerrilha do Araguaia. Os capítulos não estavam na grade curricular do curso, foi uma exigência da turma e indicação do professor.

Esta perspectiva também se mostrou pertinente em outras entrevistas, como como é o caso dos docentes João de Deus Moraes de Sá, que leciona em Itupiranga, Manoel Messias de Sousa, que leciona em São Geraldo do Araguaia e Geuslene Ferreira de Sousa, que leciona em Xinguara, ambos estudaram na Universidade do Pará no início dos anos 2000. Indagamos se devido a formação deste ter ocorrido no início do século, em um momento que, como vimos no capítulo anterior, o debate historiográfico da temática estava em plena transformação, não teria sido um dos motivos. Porém, em entrevistas com outros docentes formados em outras universidades, como Universidade Estadual do Pará - UEPA, ou mais recentes, como a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-Unifesspa, também foi mencionado que não houve um aprofundamento deste debate, como pontuado pela professora Gláucia Patrícia Silva de Santana, que leciona em Marabá e o pelo professor Ronny Pyterson Romano dos Santos, que leciona em Xinguara.

Em relação aos professores que estudaram em universidades particulares ou em outros estados, como é caso da professora Corina Monteiro dos Santos, que leciona em São Geraldo, formada na Universidade Estadual do Tocantins e também para os professores Wilson George de Brito Corrêa, que leciona em Marabá e Edilson Alves, que leciona em Itupiranga, o primeiro formado na Escola Superior Madre Celeste e o segundo na Centro Universitário Leonardo da Vinci, relatam que tiveram uma formação mais recente e participaram em uma disciplina específica sobre o assunto, elemento importante para observar como o crescimento dos debater na última década tem contribuído para o acesso inicial, e necessário, desde a formação acadêmica.

Como visto no capítulo anterior, as falas acima coadunam com a percepção de como a temática, bem como a ampliação da produção de dissertações, teses e mesmo trabalhos de conclusão de curso sobre a região estimular seu próprio debate

no quadro formativo. Ainda assim, de forma geral, as entrevistas apontaram que o estudo da Guerrilha do Araguaia fez parte superficialmente dos programas de estudo das faculdades locais e regionais de graduação em História. Perante tal fato, o trabalho deste conteúdo em sala de aula na região pesquisada tende a se suceder como se espera, contribuindo para a manutenção da memória local sobre este assunto. A formação futura de novos profissionais pode, no entanto, ser melhor qualificada para o conteúdo da Guerrilha do Araguaia se efetive com maior acuidade e precisão em subsequência.

Ainda que estas questões não sejam suficientes para que o lecionar do conteúdo da Guerrilha do Araguaia ocorra com maior assertividade na região, tal fato é pelo menos uma constatação que poderá contribuir bastante para que tal fato seja viável com maior frequência. Ao se obter respostas para as questões iniciais, foi possível a construção de uma postura melhor fundamentada para lidar com os itens posteriores. Isto tudo irá, portanto, contribuir para o estudo melhor do tema entre os sujeitos entrevistados.

A indicação destas possíveis “lacunas” formativas, que ocorrem não somente com o tema aqui analisado de forma alguma anulam como pontuado pelos docentes entrevistados sobre a necessidade de trabalho do tema em sala de aula. Ainda que tenha sido necessário superar, por vezes, o desafio inicial em relação ao acesso em sua formação, bem como de materiais no cotidiano, não existiu entrave de nenhum tipo por parte dos gestores e dos alunos, como afirma o professor João Morais:

Não há resistência, o que falta mesmo os professores aprofundarem o assunto são acervos. Livros didáticos que tratam diretamente da temática, pois eu vejo no meu ponto de vista que há é pouco explorado e pouco divulgado. É um fato tão importante, um acontecimento regional, em que nós percebemos que deveria ter muito mais divulgação e ser inserido mais conteúdo sobre o fato ocorrido da guerrilha (2021).

Assim como os demais professores entrevistados ele aponta que a dificuldade não é a resistência, pois sobre isso, não se encontra imposição dessa temática. A dificuldade maior é sobre material para que possa ser trabalhado esse tema junto com os alunos. Tal fato, ainda que de maneira indireta e sutil, contribui pelo menos para a construção de uma postura de ensino-aprendizagem melhor fundamentada para o lecionar do conteúdo da Guerrilha do Araguaia na região pesquisada.

Talvez se pense que exista uma provável resistência não por parte da gestão escolar local, mas na ausência ao inserir deste conteúdo no programa curricular das turmas de Ensino Fundamental e Médio da região. Evidentemente, sobretudo por parte dos alunos, existe um certo estranhamento sobre a pertinência desta matéria para o programa curricular básico, principalmente entre os alunos das turmas do Ensino Fundamental. Mesmo assim, entre os alunos das turmas do Médio, entende-se que se trata de uma matéria válida, ainda que eles estejam a solicitar informações adicionais, as quais se destinam a prepará-los melhor para as provas, vestibulares e mesmo o Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM. Por sua vez, entre os gestores, constatados nas entrevistas, parece que existe interesse para que os professores possam trabalhar melhor com este conteúdo, contribuindo para que a Guerrilha do Araguaia se insira melhor nas atividades escolares que lhe são pertinentes. Uma postura válida, mas ainda incapaz de resolver de vez com o problema, porquanto que extrapola a capacidade direta deles em oferecer melhores meios de trabalho para os professores das escolas que gerenciam.

Estas considerações são postuladas tanto a partir de nossa análise até aqui realizadas quanto pelos meandros das entrevistas. Todos os professores foram unânimes em dizer que esse assunto é de suma importância, como no exemplo posto pelos professores Wilson Corrêa (2021) e Edilson Alves (2021):

Sim, com certeza pois aqui partindo do local, Marabá foi o foco de transição do período da Guerrilha do Araguaia, tem prédios aqui que foram usados como prisão dos Guerrilheiros o prédio do DNIT, e conversando com os alunos a respeito disso, eles falam o que pesquisaram sobre pessoas que sumiram do nada aqui no período da ditadura. Esses relatos são constantes aqui, então quando os alunos ouvem isso eles conseguem visualizar como de fato foi o período em questão que a sociedade brasileira estava passando dentro de sua própria cidade. E com isso visualizar um pouco melhor como é terrível uma ditadura no país. (Corrêa, 2021).

Sim, por que é uma história local, uma história regional que está apagada e esquecida e que muitos dos estudantes tanto do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio não tem conhecimento dessa história (ALVES, 2021).

Ou seja, é inequívoca a pertinência do fortalecimento deste tema na grade curricular das turmas da educação básica na região. Urge explorar todas as possibilidades didático-pedagógicas que lhe são pertinentes, sobretudo considerando a sua relevância para o melhor entendimento das ações perpetradas pelos militares na e sobre a própria região.

Talvez seja preciso dimensionar com acuidade a pertinência deste assunto no currículo escolar regional. Somente com esta postura devidamente consumada será viável lhe conceder a relevância que lhe cabe. Talvez tal meta não seja uma tarefa tão fácil de se observar, haja vista que não depende apenas do conteúdo geral dos materiais didáticos que são usados na região para o ensino de história. Aliás, esta é uma meta que depende muito mais da postura de ensino dos profissionais que poderão trabalhar com este conteúdo no decorrer da educação básica. Se, por alguma razão, não estão devidamente qualificados para lidar com este assunto em sala. De qualquer jeito, é preciso que esta temática seja inserida em sala de aula como se deve, concedendo-lhe a atenção que lhe cabe sem abusos ou omissões. Aparentemente, assim parece que não vem ocorrendo, ainda que se alegue algo bem diferente, nas escolas da região, o que reforça bastante a necessidade de se qualificar o trabalho em sala de aula pelo uso de materiais que lhe sejam favoráveis.

Este entendimento postulado nas entrevistas também apontam as lacunas e acesso a materiais didáticos. Sendo os entrevistados, mesmo para aquelas que tem trabalhado ou tentado trabalhar mais afundo a temática ainda expõe a dificuldade em acesso de materiais exclusivos sobre a região e este tema. Sobre isso os professores Ronny Santos e Gláucia Santana ressalta que:

Não existe! Temos um texto que preparei, e uso com meus alunos do EJA (SANTOS, 2021).

Olha não existe! Não na escola. O que existe é um material particular meu, “a coleção Estudos Amazônicos” no livro 8º ou 9º fala sobre o tema da guerrilha. A escola nunca forneceu o material, eu sempre compro ou tiro xerox. Nos livros didáticos de geografia não tem esse tema. Só é trabalhado com Estudos Amazônicos, ou seja, dentro dos conflitos do Sul e Sudeste do Pará é inserido o tema da Guerrilha. (SANTANA, 2021).

Os argumentos dos professores acima é o mesmo compartilhados em outras 6 entrevistas, o que não significa, todavia, que o seu estudo não venha se sucedendo nas escolas locais, embora isto aconteça de maneira complementar, aproveitando-se bastante da postura dos próprios professores da região que buscam preencher esta lacuna da melhor maneira possível.

Na prática, o ensino de nenhuma competência, habilidade ou saber poderá ocorrer sem que sejam explorados materiais didáticos que possam lhe favorecer, ainda que isto não resolva de vez todas as prováveis lacunas de ensino-aprendizagem

que lhe são factíveis. Na dimensão da educação básica, isto poderá se suceder orientando-se pelos livros didáticos que são usados nas turmas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, os quais poderão favorecer bastante ao lecionar assertivo de qualquer matéria cabível aqui. Embora todas estas questões sejam pertinentes ao fomento dos desafios que estão a atrapalhar o lecionar da Guerrilha do Araguaia na região, são plenamente possíveis de se superar, desde que os professores locais se comprometam nesta tarefa. Consciente disto, verifica-se que a memória da Guerrilha do Araguaia nas escolas da região poderá se suceder, como, aliás, também poderá ocorrer em relação a qualquer outro fato histórico local. A ausência de materiais específicos não é, portanto, suficiente para que se impeça o ensino deste conteúdo nas escolas da região, ainda que isto deva ocorrer de forma sensata, sem abusos ou omissões.

O trabalho com a temática converge diretamente para um importante debate aqui analisado nos capítulos anteriores: a memória e esquecimento sobre o ocorrido. Como já pontuado a partir das considerações de Pollak (1989) as transformações o que tange ao acesso, produção e circulação destes materiais também coadunam com o próprio silenciamento que, por vezes, ocorre em espaços pertencentes a memórias traumáticas por parte da população. E sobre a questão, as entrevistas mostraram uma diversidade de opiniões e visões. Parte dos professores acreditam que há um esquecimento, no sentido da importância dada a temática, como é o caso dos professores Valdenor Jorge, Edilson Alves, Corina Monteiro e Manoel Sousa. Neste aspecto, Valdenor Jorge relata que:

Sim tem sido esquecido, na minha opinião e ponto de vista, pelo fato de não ter uma abrangência, eu acredito que eles citam esse tema devido alguma exigência pela norma lá, mas que de fato esse tema precisa ser melhor trabalhado, eu tenho certeza que sim, tem sido esquecido. Eu gostaria que esse tema fosse mais discutido e mais aprofundado. Quem estuda a Guerrilha do Araguaia vai entender o que foi a ditadura militar no Brasil e principalmente para as pessoas que viveram aqui, que viveram na pele o que foi a ditadura militar. Alguns tenta distorcer que a ordem e o progresso e que a família foi desvalorizada e que o melhor era aquele modelo de sociedade e esquecendo a humilhação os maus tratos e igualdade social que a ditadura pregou. Então sabendo da importância que esses líderes davam em favor da democracia e pelo fim da desigualdade social, por isso eles lutavam. Por isso temos que trabalhar no sentido de garantir que a democracia permaneça, que as consciências das pessoas mudem é nesse sentido que a gente tem que trabalhar (JORGE, 2022)

Valdenor Jorge entende que, para além da ausência estrutural dentro dos meios educacionais e curriculares, existem segmentos da sociedade que tem

interesse não somente nesta ausência, mas na construção de outras narrativas sobre o movimento, insinuando que o mesmo foi atacado por estar infligindo os valores e obstruindo a “ordem e o progresso” do país. Acrescentando ainda que quando há esse tipo de construção narrativa acabam esquecendo a humilhação que a ditadura causou na própria região do conflito, como visto no capítulo anterior, bem como o entendimento das motivações para a ocorrência do próprio conflito. Entende assim, que a centralidade deste tema em inserção no ensino básico extrapola o entendimento do próprio movimento, mas adentram o próprio processo formativo da região e o entendimento por parte da população de uma realidade que até hoje se instaura na região.

Nesse mesmo sentido, Edilson Alves segue a linha de raciocínio do professor Jorge. Alves disserta que “sim, tem sido esquecido, como eu havia falado é uma história que é muito apagada na nossa região, pois pouco de nós conhecemos, por falta de material, por falta de informações e por falta de ser trabalhado em sala de aula” (ALVES, 2021). Alves conclui relatando que entende que uma parcela deste esquecimento decorre do próprio interesse governamental na produção e distribuição de materiais que possibilitaram não somente um melhor acesso ao tema, mas também um olhar crítico sobre o tempo presente.

A professora Corina Monteiro, também coaduna com tal perspectiva, tanto para a questão de um distanciamento de acesso quanto pelo fato de que “os livros quando trazem esse assunto da Guerrilha, é apenas um parágrafo bem pequeno que quase não explica nada, precisa de mais conteúdo” (MONTEIRO, 2021). E esse argumento apontado pela professora é reiterado pelo professor Manoel Sousa, “pois se esse tema fosse de grande relevância para os que produzem os livros didáticos, como também os programas curriculares, esse tema teria um lugar de destaque e não somente um parágrafo (SOUSA, 2021).

Em uma perspectiva além da pensada por estes docentes, João Morais, Wilson Corrêa, Ronny Santos e Glaucia Santana entendem que não há propriamente dito um esquecimento, mas uma organização curricular que entende ser propositalmente um assunto de menor centralidade nos desenhos curriculares, que acabam sendo “pouco divulgados e pouco trabalhada na rede municipal de ensino, que deveria ter mais divulgação” (MORAIS DE SÁ, 2021). Logo, entende que a divulgação dessa temática é um fator predominante por escolhas feitas, não somente governamentais, mas também, como pontua Wilson Corrêa, dependem do professor em sala de aula:

Não digo esquecido, isso depende muito do professor que irá lecionar e pesquisar sobre o tema. Eu no caso sempre me interesso sempre pesquiso para repassar os alunos. Dentro da grade curricular ela se baseia no município, mas pela a BNCC e o estado também e boa parte também não são conteúdos especificamente, mas sim o que se pode trabalhar, dentro daquela temática ali. Um exemplo está no fundamental, sobre a questão agrária na Amazônia é bem ampla, você pode trilhar os conflitos agrários, pode trilhar os territórios como também os posseiros, a migração. Assim também pode ser a ditadura Militar (CORRÊA, 2021).

Em outras palavras, Wilson Corrêa entende que um dos caminhos é explorar a autonomia que os docentes têm na construção destes conteúdos, sem deixar de fazer uma crítica ao próprio acesso a matérias para esta construção. Outros docentes como Ronny Santos e Glaucia Santana também coadunam nesta linha de pensamento, principalmente em possibilidades de desenvolvimento do tema em Estudos Amazônicos.

Conclui-se que embora a temática da Guerrilha do Araguaia pareça distante, os professores com o material adequado e com a divulgação centralizada de maneira correta entendem que podem realizar um trabalho mais profundo e necessário, não somente pelo tema em si, mas coadunado com reflexões sobre a história local, o tempo presente e a própria identidade dos sujeitos que atualmente ainda se encontram permeados por conflitos sociais, e lutas pela democracia.

Outro aspecto que se destacou em grande parte das entrevistas foi sobre a necessidades que alguns docentes e mesmo gestores entender em atender temas e abordagens conectadas com as necessidades de aprovação em exames, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Como já conhecido, este exame, mesmo com os revezes provocados nos últimos anos, ainda continua sendo um dos principais caminhos entre o Ensino Básico e Superior, que ocorre anualmente em todo país. Mesmo que não seja uma questão central para este trabalho, as entrevistas apontaram que a temática sobre o Regime Militar sempre se torna um assunto delicado quando cobrado neste exame e, conseqüentemente, a Guerrilha do Araguaia também.

Nos últimos o debate sobre o período militar de sido posto por novos tons, ideias e revisionismo, tons mais cinzas e opacos. E em meio a eles, um silêncio sobre a guerrilha ganha novos ares e novas faces de resistência. Apesar de tudo, o ataque a qualquer menção ao tema tem sido combatido por grupos ou mesmo instancias governamentais permeadas por posturas aqui entendidas como antidemocráticas.

Não só temas como Regime Militar ficou de lado, mas vários temas importantes como afirma o site da Folha de São Paulo (2021),⁵²

“Impressionantes ver que questões tradicionalmente trabalhadas pelo Enem sumiram. É preocupante que o exame tenha deixado de conduzir o aluno a refletir sobre pontos importantes da atualidade. Isso é uma perda em relação a anos anteriores. As perguntas das provas também não abordaram temas ligados a discriminação e violência, como racismo ou homofobia. Assuntos que até 2019 eram sempre levantados pelo exame.”

Isso demonstra claramente quais são as prioridades do governo em relação a memória da democracia, refletindo diretamente no conhecimento de temas importantes da atualidade.

Pensando nisso, ao longo das entrevistas a questão surgiu coadunada a própria existência e problemática do tema para o Ensino Básico, envoltos ao próprio debate sobre a Ditadura Militar e as interferências governamentais, como pontuado anteriormente. Entendem que normalmente quando se é colocado uma questão sobre a ditadura no exame, o assunto a respeito da Guerrilha do Araguaia, apesar de ser um tema de destaque nacional, pouco é mencionado, como constatado nas últimas edições do ENEM.

Sobre isso os professores têm interpretações distintas e opiniões divergentes. Os professores Edilson Alves, Moraes de Sá e Valdenor Jorge acreditam que possa haver algum tipo de interferência por parte do governo e que isso pode prejudicar o desenvolvimento da educação e do conhecimento, em especial sobre o tema da Guerrilha do Araguaia. Edilson Alves relata que:

No meu ponto de vista, há uma interferência muito grande do pessoal lá de cima, dos ministros que condiciona com a política. Pois sabemos que a ditadura militar, Guerrilha do Araguaia foi uma luta contra o regime que era implantado no regime político daquele período. Então eles não fazem muita questão para que essa realidade, ou seja, essa triste realidade esteja esclarecida para a sociedade. Eu acredito que seja isso (ALVES, 2021).

O professor Edilson Alves entende que a Guerrilha do Araguaia foi uma luta contra o sistema político da época e por esse motivo o acaloramento dos debates no tempo presente, não somente do atual governo, mas de forças políticas que incidem

⁵² <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/01/pela-segunda-vez-enem-deixa-de-abordar-ditadura-militar.shtml> ou as ferramentas oferecidas na página. Acesso em 06 de julho de 2022.

no revisionismo temático influem sobre sua presença em avaliações nacionais. O professor João Morais, concorda com esse argumento e acrescenta que:

Considerando essa temática, eu vejo como o ENEM é um exame promovido pelo próprio Estado, pode ser que o Estado não queira se comprometer quando fala sobre ditadura que foi um erro que foi constado pela história e pelo documentário vivo, que foi um erro do governo naquela época, fez e que não deveria fazer, usando opressão e o poder para calar a sociedade. Então eu vejo que o Estado não tem muito interesse em divulgar, por que mancha de certa forma, pois levar isso ao público ao alunado conscientizar a sociedade que o Estado errou e que até hoje não tiveram reparos dizemos assim, para as famílias que perderam seus entes queridos envolvidos, só por que eles tinham seus posicionamentos de liberdade. Eu creio que o Estado não tem interesse para não pesar, mas deveria, pois, trabalhamos coisas que aconteceu a Balaiada a Cabanada a própria adesão do Pará, nós sabemos que isso aconteceu e tem em todos os livros didáticos, mas a guerrilha do Araguaia não por que? Se é uma coisa local. Pessoas que perderam suas vidas estão no anonimato no esquecimento (MORAIS DE SÁ, 2021).

João Morais afirma que o estado tem uma obrigação de consciência para tentar reparar os danos causados por esse episódio. E que se o Estado apresenta nos livros didáticos sobre outros temas regionais, a Guerrilha do Araguaia também deveria ter um lugar de destaque nos livros didático e também no Enem.

Já o professor Valdenor Jorge reforça que talvez o Estado está tentando esconder algo e não está disposto a divulgação do conteúdo para a sociedade brasileira. A respeito disso ele ressalta que:

Pois é, esse assunto deveria ter no Enem, eu penso que os nossos livros não estão voltados para a nossa região, falando de Guerrilha do Araguaia, nós percebemos que a linguagem dos livros didáticos me referindo ao estado do Pará, parece não está em conexão com a sociedade Paraense, uma distorção total do modelo a linguagem, então vem algo pronto para a gente, algo que tem que seguir. Não sei também se eles estão maquiando, tentando esconder uma realidade que aconteceu aqui, promovendo a ditadura de forma geral para que ela não acabasse (JORGE, 2021).

Pensando em outra perspectiva sobre tal problemática os professores Glaucia Santana e Wilson Corrêa, não acreditam que haja uma conspiração sobre a temática da Guerrilha do Araguaia no Enem, e sim porque o exame tem o propósito de abordar assuntos relacionado de forma geral, deixando a regionalidade um pouco de lado. Sobre isso Santana argumenta:

Eu penso assim quem é que elabora as questões do ENEM? Eu acho que quem elabora é do Sul Sudeste do país, eu acho não sei, aí penso que a guerrilha é esquecida porque o ENEM é mais geral e não regional, aí quem elabora caba não dando muita ênfase (SANTANA, 2021).

Wilson Corrêa concorda com a professora Glaucia Santana e acrescenta que:

Eu acredito que o ENEM vem de uma perspectiva mais nacional, isso não quer dizer que a região e a Guerrilha do Araguaia não tenham essa perspectiva nacional, mas como o ENEM foi ampliado para essa questão nacional, a gente percebe pela BNCC que tem essa perspectiva mais geral, então eles vão por essa perspectiva mais geral e tiram o específico. Quando eu lecionava em cursinho na minha época, que era o tempo dos vestibulares da UFPA, UEPA e UFRA, era as questões mais regionais, quando mudou para o ENEM que é de âmbito nacional isso foi mudado, ou seja, não foi só aqui no Pará, mas em todos os assuntos regionais dos Estados foram deixados de lado (CORRÊA, 2021).

O fato é que para além de uma única motivação, a Guerrilha do Araguaia na visão dos professores deveria ter sim um lugar de destaque no Enem e principalmente nos livros didáticos, e para que isso ocorra, no entendimento da maioria dos professores entrevistados é preciso que esse tema tenha mais abrangência e possa alcançar um lugar de destaques no ensino regional.

E para este destaque e ampliação, todos corroboram que este processo passa diretamente pela produção e acesso a matérias didáticos. Para os pesquisadores da área aqui já destacados entendem que essa reponsabilidade é, primeiramente, do Estado em suprir as demandas e necessidades pedagógicas do ensino em relação ao livro didático. Sobretudo, isso não tira o dever que o professor tem de ir buscar novas fontes de informações para acrescentar e preencher lacunas que talvez haja no ensino, principalmente sobre o conteúdo da Guerrilha do Araguaia, que tem sido pelas grades curriculares dos municípios da própria região do conflito inerte.

Para o professor João Moraes

Acredito que tenha que ser um trabalho coletivo, mas ainda coloco a responsabilidade maior do Estado, por que quando se tem ausência desse material, para que chegue até os alunos é preciso que haja uma parceria, porque não adianta só o professor querer trabalhar, se ele não tem condições de produzir esse material, pois você sabe que gera um gasto para se produzir e está disponibilizando para o próprio aluno. (MORAIS DE SÁ, 2021).

Isso reforça o que o professor Wilson Corrêa argumenta, em se tratando que não haja um culpado e sim um grande problema no sistema de ensino. Wilson Corrêa afirma que:

Eu acredito que não exista um culpado em si, mas toda uma estrutura, porque você vê pela própria secretaria de educação não só do município, mas do Estado também, se você pegar o Estado é pior ainda pois o Estado até suprimiu até a parte diversificada, pois a disciplina Estudos amazônicos nem existe mais em alguns anos do ensino médio. Em história é menos ainda tudo é suprimido, eles jogaram a responsabilidade para Estado na BNCC, naqueles documentos que é Elementos para base do ENEM aqui do estado do Pará, juntando esses dois documentos não tem a especificidade regional. Não existem a guerrilha do Araguaia. Agora o porquê de não existir já é outra questão, se é intencional ou não, eu não sei, ou se o Estado está apenas seguindo uma linha nacional que nem o ENEM (CORRÊA, 2021).

E essa linha de pensamento é compartilhado pelo professor Edilson Alves, se referindo ainda que o professor tem a autonomia de produzir seus próprios materiais:

Tenha que ser um trabalho coletivo, mas ainda coloco a responsabilidade maior do Estado, por que quando se tem ausência desse material, para que chegue até os alunos é preciso que haja uma parceria, porque não adianta só o professor querer trabalhar, se ele não tem condições de produzir esse material, pois você sabe que gera um gasto para se produzir e está disponibilizando para o próprio aluno. (ALVES, 2021).

Ainda que se deseje a descentralização de tal obrigação, a legislação educacional vigente no Brasil estabelece que a produção de qualquer conteúdo útil à educação básica deverá emanar das determinações operacionais do MEC. Perante os resultados que talvez sejam possíveis aqui, há críticas que merecem pelo menos uma sensata observação sobre a validade de uma produção descentralizada deste conteúdo, visando o equacionar de uma mentalidade de ensino-aprendizagem melhor fundamentada.

De certo modo, uma postura melhor estruturada dos profissionais de ensino na região pesquisada, tomando como base estudos históricos locais, seja uma atitude válida para que se estude com maior acuidade a Guerrilha do Araguaia na educação básica. Apesar da validade geral desta postura, isto não implica que na sua totalidade ela poderá contribuir para uma mentalidade de ensino melhor sucedida sobre este evento histórico em particular, ou seja, a Guerrilha do Araguaia, mesmo que algo do tipo seja viável de acontecer em subsequência.

Mesmo assim, é inequívoca a demanda que se constata sobre materiais didáticos melhor estruturados para que tanto os atos dos militares no poder como, sobretudo, a Guerrilha do Araguaia sejam estudados melhor na educação básica. Espera-se que pelo menos esta alternativa seja cogitada na hora que são elaboradas as políticas públicas destinadas ao confeccionar de livros didáticos e paradidáticos.

Nestas ocasiões, o desafio será executar as aulas, sem que isto implique em uma visão inadequada deste e qualquer tema em voga. Para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra melhor na hora que se leciona, será preciso meios para que os profissionais da educação sejam capazes de lidar melhor com este tema.

E se tratando das potencialidades desta temática para o estudo regional, as entrevistas realizadas, de modo geral, reconhecem que seu melhor aprofundamento no ensino básico pode contribuir, por exemplo, para o entendimento da participação e apoio popular no ocorrido. Apesar do alvoroço que predomina sobre o provável consentimento do apoio dos populares da região aos guerrilheiros do Araguaia, os sujeitos entrevistados apontam que, talvez, isto não tenha se sucedido da forma que muitos estudiosos do tema tentam destacar em suas respectivas pesquisas. Se posicionam deste jeito sem que duvidem que, provavelmente, em algumas ocasiões os populares tenham de maneira ou outra oferecido algum tipo de suporte aos guerreiros que se instalaram na região do conflito, sobretudo motivados pelo medo e o pavor, sem que isto tenha implicando em provável entendimento ideológico das motivações preliminares da guerrilha.

Por isso que eles, ou seja, os professores entrevistados, também destacam que seja preciso avaliar melhor todos os seus pormenores bem como os desdobramentos que a atividade do tipo geralmente implica no campo historiográfico. Será a partir desta posição que se viabilizará o constituir de uma visão de ensino capaz de explorar este evento como se deve sem abusos ou omissões, mesmo que não seja tão fácil atuar deste jeito.

No próximo e último capítulo convidamos os leitores/as a apresentação do produto didático, construído a partir de uma cartilha contendo informações, documentos e sugestões para justamente contribuir para as lacunas de materiais e conteúdos indicados ao longo deste trabalho.

CAPITULO III

PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO DIDÁTICO

3.1 Apresentação e Proposta do Produto

O produto final que se apresenta (Apêndice A) consiste na elaboração de um Manual pedagógico em formato de e-book voltado para os professores e alunos do Ensino Básico, centrado na proposta de fornecer um mapeamento de apoio tanto para a temática da Guerrilha, quanto informações sobre o período histórico de sua ocorrência. Esse manual será dividido por temas onde busca-se facilitar tanto o trabalho do professor na elaboração de seu planejamento quanto ao aluno que tende a compreender melhor sobre o assunto, facilitando assim o ensino-aprendizagem de um dos temas importantes da nossa região.

A meta aqui, de início, foi realizar uma análise da memória histórica da Guerrilha do Araguaia e as suas respectivas narrativas. Isto se realizou mediante um estudo exploratório que avalia a discussão de visões e narrativas em torno deste assunto no ambiente escolar. O seu estudo formal se sucedeu mediante o confronto das versões que estão sumariadas nas narrativas em pauta, considerando até onde são convergentes (ou não) com o registro da memória local sobre o governo dos militares na época afirmam sobre a Guerrilha do Araguaia.

Pensando nisso, o nosso objetivo principal neste produto foi analisar de que maneira a memória da Guerrilha do Araguaia é abordada nas narrativas que lhe consideram, considerando os conteúdos que estão expressos nos argumentos que lhe fundamentam. Sendo assim, talvez seja possível elaborar uma abordagem didático-pedagógica apta em preservar a memória, principalmente em relação aos conteúdos que se correlacionam à época da Ditadura Militar no Brasil como um todo. Por fim, buscou-se de modo claro, direto e preciso, apontar algumas possibilidades em inserir o estudo da memória da Guerrilha do Araguaia e as suas respectivas narrativas.

Mesmo após o finda do período militar, em 1985, é notório observar os embates sobre seus eventos, entre distintos grupos e segmentos, que repercutem quase que constantemente sobre uma possível volta e intervenção militar no país. Logo, este

debate não se exime dos caminhos educacionais, dentre e fora dos muros escolares, que se torna assim, como já pontuado, um espaço de disputas e narrativas.

Dentre a pluralidade de documentos e segmentos que foram analisados para construção do produto, a criação da Comissão Nacional da Verdade representou a ampliação documental e interpretativa deste contexto histórico, engrossando as fileiras de espaços de resistência e possibilitando a ampliação e reparação ante os eventos ocorridos. Até o momento, muita coisa já se falou sobre a Ditadura Militar no Brasil. A cada novo livro ou pesquisa que se debruça sobre este tema, novos borbotões de lágrimas são oferecidos para aqueles que aceitam (ou não) a fatalidade do governo militar, após 1964. Se a intenção é compreender os pormenores básicos que norteiam a Guerrilha do Araguaia urge lidar com isto tudo, sobretudo com os mitos ou as falsas histórias, o que foi feito com o intuito de entender até que ponto sobre este tema distorceram e ainda lhe distorcem em nome de suas respectivas ideologias. Espera-se que através deste trabalho se possa ampliar o leque de possibilidades para este diálogo e presença do tema em questão nos espaços educacionais.

Dito isto, neste manual busca-se, também, compreender de que maneira a memória da Ditadura Militar é abordada nas narrativas ideológicas em curso que se centram sobre a Guerrilha do Araguaia. Assim, se possibilita o emergir subsequente de uma proposta de intervenção capaz de reforçar qualitativamente o estudo deste tema, sugerindo mais possibilidades para os docentes ante a temática em sua própria região. Isto, evidentemente, não significa que estes pontos divergentes entre a memória local dos alunos sobre a Ditadura Militar e o que se expressa nos livros didáticos deixará de existir, quando a intenção é estudar a Guerrilha do Araguaia.

Além de todo esse aparato da memória da Guerrilha o manual contará também como apoio didático pedagógico para os professores do ensino fundamental. Esse apoio se baseará em indicações de filmes, livros e músicas sobre a temática da Guerrilha do Araguaia, com sugestões de como trabalhar com esse assunto, abrindo assim um leque de possibilidades para que o conteúdo possa ser pensando didaticamente em distintas frentes e formas.

Além das sugestões de filmes e músicas, o manual contara também com documentos da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Pastoral da Terra. Documentos que ampliar o mote de entendimento sobre alguns episódios da Guerrilha do Araguaia, como, por exemplo, o depoimento do Sargento João Santa Cruz, onde ele confirma que realmente houve tortura na chamada “Casa Azul” em Marabá. A

Casa Azul segundo o documento da CNV era utilizada como centro clandestino de tortura e morte na época da ditadura militar, destino de muitos guerrilheiros, como também camponeses, que atuaram ou de alguma forma auxiliaram, no Araguaia. Esses documentos podem possibilitar um suporte a mais para os professores no que tange atividades e debates sobre os caminhos do regime na região do conflito. E para além desses documentos, o manual trará suporte pedagógico com planos de aulas, mediante sugestões de organização para o uso destas variadas documentações indicadas.

De qualquer forma, nossa intenção não é “encerrar, ou mesmo, definir o que é necessário ou não para o debate sobre a temática, mas sim fornecer mais possibilidades e acesso ante a questões que foram pontuadas ao longo da pesquisa realizada, bem como se mostram presente no próprio debate histórico e historiográfico em desenvolvimento. Eis aí o desafio que se busca contribuir a partir da tessitura deste manual didático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, buscou-se compreender a Guerrilha do Araguaia entre a história e o ensino no Sul e Sudeste do Pará. Para tanto, realizou-se uma pesquisa que buscou como meta final a elaboração de um produto para intervenção como recurso didático visando contribuir com a inserção e ampliação da temática em sala de aula.

Mesmo que isto aconteça à sua maneira, a produção do saber histórico é uma tarefa bastante complicada, mas essencial para que inúmeras questões sejam resolvidas da melhor forma possível. Ciente destas questões, o entendimento apropriado dos fatos implicará que a construção do saber histórico é de suma importância ao constituir de um ambiente melhor para todos mediante o aproveitamento de todas as ferramentas narrativas que a memória histórica disponibiliza na prática. Espera-se que assim aconteça no âmbito os resultados gerais da pesquisa, haja vista que ela se destina a possibilitar que um momento tão importante para história brasileira recente continue a ser inserido no espaço escolar.

Ainda que de maneira indireta, os resultados desta pesquisa implicam em incluir aqueles que desconhecem as narrativas históricas em pauta sobre um dos assuntos mais tensos da história recente do Brasil, ou seja, a Guerrilha do Araguaia. Incluir é um ato político que implica em fazer que alguém seja adequada e qualitativamente inserido em ações e direitos que já são comuns para outras pessoas, em uma determinada sociedade.

Dessa forma este trabalho, é o resultado de uma pesquisa sobre o ensino de história, ensino esse, que por diversas vezes causa em nós professores de área e pesquisadores uma espécie inquietação constante. Pois devemos sempre inovar as aulas com estratégias que facilite o aprendizado do aluno, buscando assim amenizar as dificuldades da realidade existente. Essas dificuldades são percebidas desde o 6º ano do ensino fundamental, pois o currículo normalmente foge da realidade do aluno, e isso deixa uma lacuna grande no aprendizado do aluno, pois em diversos parâmetros, percebe-se que os currículos devem aproximar-se do cotidiano do aluno.

E nesse sentido que este trabalho vem contribuir com a região sul e sudeste do Pará em relação ao ensino da Guerrilha da Guerrilha do Araguaia, que por inúmeras vezes esse conteúdo é deixado de lado nos currículos municipais e estadual. E o Profhistória tem a incumbência de formar professores que tragam estratégias que aproximem o ensino a realidade do aluno. E isso é visível neste trabalho, assim como em outras dissertações do Profhistória.

Um dos pontos importantes dessa pesquisa é demonstrar o distanciamento do conteúdo Guerrilha do Araguaia para os anos finais o ensino fundamental nos currículos do sul e sudeste do Pará. E isso foi claramente notório nas pesquisas dos currículos de algumas cidades do Sul e Sudeste do Pará, onde percebeu-se que esse conteúdo não está inserido efetivamente, e isso deixa uma lacuna no aprendizado da história local. Pois essas cidades foram palcos desse conflito, e não só por isso, mas também pela importância da história local, onde se constatou uma luta travada pela democracia.

Além da pesquisa nos currículos foram analisados também a questão do livro didático, de como essa ferramenta importante para o ensino do aluno e na maioria das vezes a única fonte que está ao seu alcance, e que mesmo sendo dessa forma os livros didáticos adquiridos por essas cidades do sul e sudeste, não contempla a história local em se tratando do conteúdo Guerrilha do Araguaia e quando falam é em um parágrafo. E isso deixa um déficit no aprendizado da memória local, causando prejuízos a longo prazo irreparáveis.

Outro ponto importante da pesquisa é a fala dos professores da região do conflito. Eles relatam abertamente como é lecionar esse assunto na região ou se sente pressionados em falar do tema Guerrilha. Pois eles conseguem dialogar sobre a temática sem nenhum empecilho, e concordam que a dificuldade existente é a escassez do material para se trabalhar essa temática. A maioria dos professores que leciona nessa região concordam que esse tema tem sido esquecido e por muitas vezes deixado de lado. Parte dos próprios professores o interesse nesse conteúdo para repassar para os alunos, produzindo-os seus materiais, da internet ou dos livros para didáticos, tentando preencher uma lacuna existente no sistema.

Por essa razão, foi criado um manual pedagógico em formato de e-book, que contemple e tente ajudar os professores e alunos na questão do conteúdo da Guerrilha do Araguaia. De forma bem didática e explicada o Guia vem mostrando a história da Guerrilha, com o preludio e suas fases. Além de oferecer aos professores sugestões de materiais didáticos, facilitando assim o ensino e aprendizado dessa temática. Dessa forma esse trabalho vai contribuir com tanto para os alunos e professores da região, como também para a população local que queira ter mais conhecimento desse evento que anos se manteve oculto da população.

Em suma, em uma sociedade em que a exclusão ao saber prevalece, urge atuar para que a cidadania seja efetivada de maneira plena, fazendo valer direitos universais. Conquanto isto só irá acontecer efetivando-se ações que sejam adequadas à inserção qualitativa de todos no debate ideológico em pauta, explorando todos os meios de ensino que lhe sejam favoráveis. Meios que facilite o ensino-aprendizagem como é o caso da Guerrilha do Araguaia.

ANEXOS

Questionário das entrevistas:



Questionário de entrevistas para a dissertação

A Guerrilha do Araguaia entre a história e o ensino no Sul e Sudeste do Pará

- 1) Qual seu nome completo? Onde se formou? E qual escola você trabalha?
- 2) Quando você começou a lecionar?
- 3) Quais cidades você trabalhou?
- 4) Ao longo de sua graduação você teve contato com temática Guerrilha do Araguaia?
- 5) Ao longo da sua carreira como docente está inserido a tema da Ditadura Militar, houve alguma resistência quando você trabalhou esse tema na sala de aula por parte dos alunos ou da gestão escolar??
- 6) Você enxerga esse tema da Guerrilha do Araguaia pertinente?
- 7) Existe um material didático na escola onde você trabalha, específico da guerrilha do Araguaia para ser trabalhado com os alunos?
- 8) Na sua percepção esse tema tem sido esquecido em nossa região?
- 9) Quando surge algum tema no ENEM relacionado a ditadura militar, não é citado o tema específico da Guerrilha do Araguaia, por que você acha que isso acontece?
- 10) E para você de quem é a responsabilidade de fazer ou elaborar esse material didático sobre a Guerrilha do Araguaia para o aluno?

REFERÊNCIAS

- ABUD, Katia Maria. A história de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- AMORIM, Vitor. Guerrilha do Araguaia - **Luta Armada no Campo**. História do Brasil, 2014. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/guerrilha-do-araguaia-luta-armada-no-campo.htm>. Acesso em: 26/11/2020.
- ARROYO, A. **Relatório sobre a luta no Araguaia**. Guerrilha do Araguaia 1972–1982. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1982, 16–29.
- BARBOSA, Flávio Alves. **Descomplica Monografia**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2010.
- BARBOSA, José Humberto Gomes. **A Guerrilha do Araguaia: Memória, esquecimento e ensino de história na região do conflito**. Dissertação. Mestrado em História, ProfHistória, UFT, 2016.
- BARROS, Gabriel R. Neves. **A disciplina de Estudos Amazônicos e a formação de professores do ensino fundamental: uma experiência no município de Marabá-PA**. Dissertação. Mackenzie, 2016.
- BARROS, José D'Assunção. **História e Memória: Uma Relação na Confluência Entre Tempo e Espaço**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/731141-Historia-e-memoria-uma-relacao-na-confluencia-entre-tempo-e-espaco.html>>. Acessado em: 10 de abril de 2022.
- BAUER, Caroline S; GERTZ, René. **Arquivos de regimes repressivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; Luca, Tania Regima de (org). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2015.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Reflexões sobre o ensino de História**. Estudos Avançados. São Paulo. v. 32, n. 93, p. 127-149, jun. 2018.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: Volume I. Brasília: CNV, 2014, p. 793.
- BRASIL. **Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.
- BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá: Guerrilha no Araguaia**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: Revista Teoria e Educação, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

DALTOÉ, Andréia da Silva. **A comissão nacional da verdade e suas ressonâncias nos documentários Verdade 12.528 e em busca da verdade**. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 16, n. 1, p. 153-167, jan./abr. 2016.

DÓRIA, P. Prefácio. In Amorim, C. **Araguaia**. Rio de Janeiro: 2014. 504 pag. Citado na página 11.

DÓRIA, Palmério et al.. **A Guerrilha do Araguaia**. História imediata, n. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

FICO, C. Como eles agiam. **Os subterrâneos da Ditadura Militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2009, p.123.

FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Mônica (Orgs.). *Violência na história*: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012.

FICO, Carlos. **Ditadura Militar**: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de julho, 2013]. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 464 - 483. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil (1969 – 1977). Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social) - Universidade de São Paulo, 1996, 299p.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. 4. ed. Campinas: Papirus Editora, 2005.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOODSON, Ivor. **A construção social do currículo, Lisboa**. Educa, 1997.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas** – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo; Editora Ática, 1987.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Ática, 1998.

HAMILTON, D. **O revivescimento da aprendizagem?** Educação & Sociedade, Campinas, v.23, n.78, p.1-9, abr. 2002.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

JIMENEZ, José Vargas. **Bacaba II**: toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e a Revolução de 1964. Campo Grande: Editora do autor, 2011.

JUHCEM, Vinicius Viana. **Apontamentos sobre a ditadura militar brasileira sob a ótica dos historiadores Jacob Gorender e Daniel Aarão Reis**. Oficina Do

Historiador, (2019). <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2019.2.33726>. Acessado em 05 de maio 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**: Procedimentos Básicos. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **'Memória e História'**. Campinas: Unicamp, 1990. p.423- 483.

LUIZ, Janailson Macêdo. **A Ditadura e os rastros da repressão no Sudeste do Paraense**: Desvelando memórias sobre a Casa Azul. Sæculum, n. 39, p. 83-102, 2018.

MARTIN, Andrey Minin; BORGES, Luciana Riça M. Entre as Lighting Company e os grandes projetos de infraestrutura: o setor energético na Amazônia oriental. In: COELHO, Ana Carolina de Abreu Coelho; MACHADO, Eliane Miranda. **Do Ensino de História em novas fronteiras**: ou de como se faz pesquisa e extensão no Sul e Sudeste do Pará. São Paulo: Pimenta Cultura, 2019

MEDEIROS, Euclides Antunes de. **Guerrilha do Araguaia**: Memórias à margem da história. Outros Tempos, v. 10, n. 16, p. 272, 2013.

MELO, Wilverson Rodrigo Silva de. **O Ensino da Disciplina Estudos Amazônicos nas Escolas de Santarém-Pará**: Um Estudo de Caso Sobre a Temática Da Guerra da Cabanagem. A Produção do Conhecimento nas Ciências Humanas 2. Belo Horizonte/MG. p. 01-243, 2019.

MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. **Operação Araguaia**: os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Edit. Anita Garibaldi, 4ª. Ed, 2005.

MOURA E SOUSA, Aluísio Madruga de. **Guerrilha do Araguaia – revanchismo – a grande verdade**. Brasília: Gráfica e Editora LTDA, 2002

NEVES, Ozias Paese; LIEBEL, Vinícios. **Os regimes militares no Brasil e América do Sul**: historiografia e perspectivas. Revista Eletrônica da ANPHLAC nº. 18, jan./jul. 2015

PARÁ. **Documento curricular para educação infantil e ensino fundamental do estado do Pará**. Belém, 2019.

PEIXOTO, Rodrigo, C.D. 2011. **"Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois"**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém, /v.6, n.3, p. 479-499, set-dez

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMAR, Wladimir. **Araguaia**: o partido e a guerrilha – documentos inéditos. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global, 1986.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil: a saga do Araguaia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2002.

PORTELLI, Alessandro. **L'ordine è già stato eseguito**. Roma: Donzelli, 2005.

PURDY, Sean. **O Século Americano**. In: KARNAL, Leandro et al. História dos

REIS, Daniel Aarão. **'A luta armada se esqueceu de fazer consulta ao povo', afirma historiador**. *Folha de S. Paulo*, 2014. Entrevista concedida para Bernardo Mello Franco. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/03/1432835-a-luta-armada-se-esqueceu-de-fazer-consulta-ao-povo-afirma-historiador.shtml>.

Acesso em: 10 jan. 2021.

REZNIK, Luís. A construção da memória no ensino da história. In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula (Org.). **1964-2004. 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. p. 339-350.

RIBEIRO JR., Amaury. **A ordem é matar**. Isto É online, 24 mar. 2004. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoe-temp/1798/brasil/1798_especial_a_ordem_e_matar.htm>.

Acesso em: 01 dez. 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. Atlas: São Paulo, 2017.

ROCHA, Aristeu Castilhos da. **O regime militar no livro didático de história do ensino médio: a construção de uma memória**. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2008.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Crise da ditadura militar e o processo de abertura política do Brasil, 1974-1985**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, P. M. **Vida nômade: experiências e memórias de uma população 'erva daninha'**. Palestina do Pará: Sumaúma, 1997.

SOUZA, Aluísio Madruga de Moura Movimento comunista brasileiro. **Guerrilha do Araguaia, revanchismo, a grande verdade**. Brasília: edição do autor, 2002.

SOUZA, L. Resenha. **Teorias Contemporâneas da Aprendizagem**. Revista de ciências da educação, Americana, Ano XV, v. 02, n. 29, p. 150-159, jun-dez 2013.

STUDART, Hugo. **A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

STUDART, Hugo. **Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)**. 2013. 573f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013

ZINET, Caio. **'Qual o legado da ditadura civil-militar na educação básica brasileira?** Centro de Referências em Educação Integral, 2016. Disponível em:

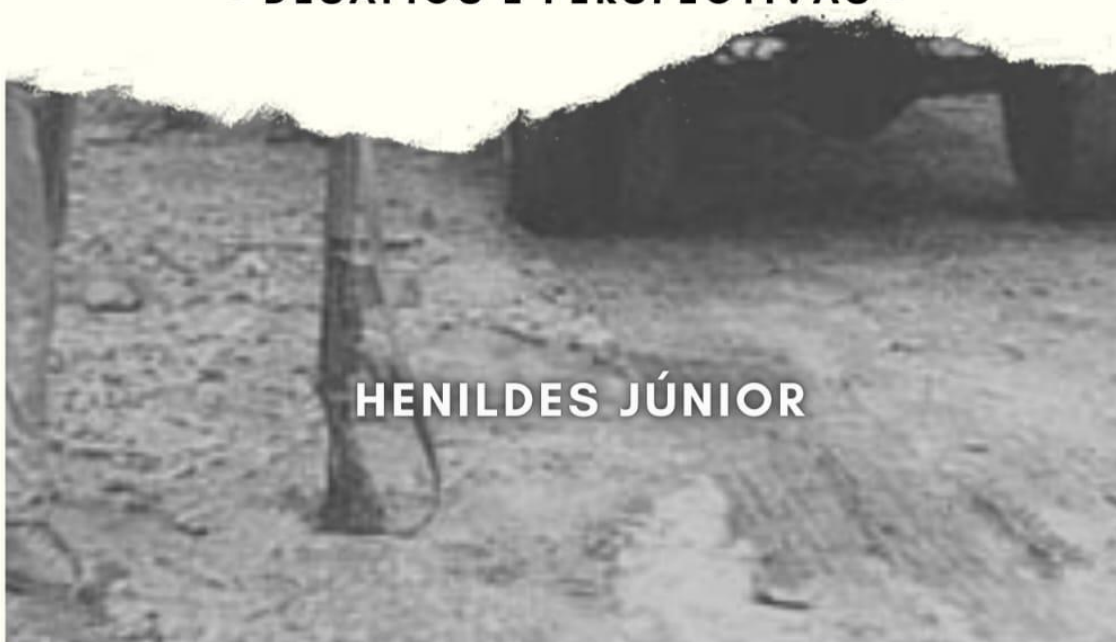
<https://educacaointegral.org.br/reportagens/ditadura-legou-educacao-precarizada-privatizada-anti-democratica/>. Acesso em: 16 jul. 2021.

APÊNDICE A



MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -



HENILDES JÚNIOR



MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

AUTOR: PROF. HENILDES SILVA DE ALMEIDA JÚNIOR

ORIENTADOR: PROF. DR. ANDREY MININ MARTIN

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em Ensino de História- ProfHistória, apresentado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), requisito para a obtenção do grau de mestre em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Andrey Minin Martin

**XINGUARA-PA
2022**

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

SUMÁRIO

Apresentação	03
1. Guerrilha, Regime Militar e Memória Histórica	04
2. O Prelúdio de um Regime e as suas controvérsias	06
2.1 Regime Militar	06
2.2 A Guerrilha do Araguaia	08
2.2.1 Glossário de Verbetes.....	10
2.2.2 Fases do Conflito.....	11
2.2.3 Linha do Tempo	16
Sugestões de Materiais Didáticos	17
3. Filmes	18
4. Músicas e Poesias	19
5. Livros	24
6. Escritos	25
7. Museu	31
8. Planos de Aula.....	34
9. Referências Bibliográficas	40



XINGUARA-PA
2022

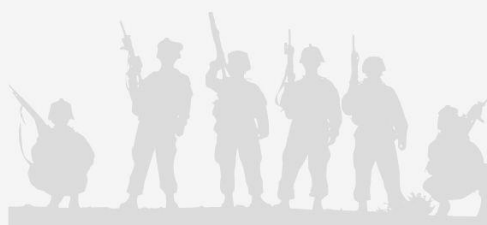
MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

APRESENTAÇÃO

Esse manual de conhecimento sobre a Guerrilha do Araguaia foi elaborado com o intuito de oferecer suporte pedagógico para professores e alunos, contribuindo no ensino-aprendizagem a respeito do maior conflito armado ocorrido na ditadura militar brasileira. Esse manual pode ser manuseado não só pelos docentes e estudantes, mas também por todos desejarem conhecer mais sobre a GUERRILHA DO ARAGUAIA, um tema pouco abordado nos currículos atuais.

Em suma, esse manual não será apenas um instrumento para aprofundar a temática na educação local, mas também propõe um recurso para uma aprendizagem expressiva em História. Isto posto, convido a todos a esquadrihar o manual “Memória Histórica da Guerrilha do Araguaia: Desafios e Perspectivas”.



MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

1. GUERRILHA, REGIME MILITAR E MEMÓRIA HISTÓRICA

A priori, a preservação da memória é uma das metas mais importantes da produção historiográfica, conquanto não seja uma tarefa tão simples (LE GOFF, 1990). De qualquer modo, para preservá-la, urge que realizem estudos aptos a esmiuçar os aspectos mais relevantes de tudo aquilo que se registra no saber historiográfico. Isto poderá ser feito explorando-se as mais variadas facetas que podem ser assumidas pela memória (HOBSBAWM; RANGER, 1998).

Mesmo que não se queira aceitar, ou se atue no sentido de atenuar as suas prováveis consequências, qualquer produção histórica é sempre fruto de uma ideologia que lhe precede. Assim acontece em relação ao estudo da Ditadura militar como um todo e, de maneira mais específica, com a Guerrilha do Araguaia. Não há, portanto, como não observar os enviesamentos que se constata nos materiais didáticos que estão em uso no momento

Tudo isso presenciei por conta própria em sala de aula, quando constatei que as divergências entre a memória histórica dos alunos e o saber institucionalizado dos livros didáticos geravam graves embates. Com isto, surgiram dois desafios que compartilho com outros professores de história que também lidam com o ensino deste tema, ou seja, a Ditadura Militar. O primeiro deles seria pela ausência de materiais didáticos melhor aproximados com a memória local sobre a Guerrilha do Araguaia, e o outro seria a “inflexibilidade” didático-pedagógica dos professores em construírem um processo de ensino-aprendizagem mais eficaz.



MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

Talvez não pareça, mas cada um desses desafios, além de afetar a construção e o replicar da memória local, também tem um papel de suma importância para a qualidade geral do senso local de relevância histórica (NAPOLITANO, 2014), como acontece, por exemplo, em relação à Guerrilha do Araguaia.

Apesar da abundância de materiais didáticos que já se debruçam sobre o estudo da Ditadura Militar, observa-se que na prática escolar a Guerrilha do Araguaia é um tema abordado de maneira genérica. Ou seja, enquanto os livros didáticos dos Ensinos Fundamental e Médio apresentam uma boa quantidade de informações e dados que visam sumariar as particularidades mais importantes da Ditadura Militar em todo o Brasil, o que não deixa de ser algo bastante influenciado pelas narrativas que lhe avaliam. Certamente muitas coisas aqui se registraram, mesmo que estejam sendo 'silenciadas' nos livros didáticos que se destinam à educação básica (GOMES; FERREIRA, 2014).

Um silêncio que implica em uma grave afronta para o preservar da memória como um todo — como acontece sobre a Guerrilha do Araguaia. Neste silêncio, também imperam os debates sem fim em sala de aula. Por essa razão essa temática precisa ter mais visibilidade.

.....



MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

2. O PRELÚDIO DE UM REGIME E AS SUAS CONTROVÉRSIAS

2.1. REGIME MILITAR

O regime militar no Brasil teve início em 1964, após o Presidente da República, João Goulart, que fora eleito com base em princípios democráticos, ser deposto e perdurou até 1985, quando José Sarney tornou-se o presidente da nova república.

A Ditadura Militar impôs um regime autoritário e nacionalista durante mais de duas décadas, exatos 21 anos, com um saldo nefasto em relação aos direitos humanos, políticos e sociais violados, de presos políticos submetidos à tortura e aos meios cruéis em detrimento de conflitos ideológicos, de endurecer a censura à imprensa nacional.

Dentre alguns aspectos e mudanças realizadas neste processo, a outorga da Constituição de 1967 em substituição à Constituição de 1946, a Ditadura Civil-Militar resolve editar o Ato Institucional mais afrontoso ao Estado Democrático de Direito, caracterizado por meio do AI n. 5, de 13 de dezembro de 1968, dispondo ao “Presidente da República decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências” (BRASIL, 1968), ou seja, vigorando até 1978.



MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

Nos termos do AI-5/1968, a narrativa construída em sua redação atribui à Ditadura Militar o conceito de Revolução Brasileira, que em 31 de março de 1964:



CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam que sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição (BRASIL, 1968)..

Todas as limitações expostas nas ideias do trecho acima, sintetizam bem o pensamento ideológico dos militares na época, o que terminou por alimentar bastante os idealizadores, além dos combatentes da Guerrilha do Araguaia. Aliás, a partir do Art. 12 do AI-5, o mais rígido Ato Institucional entra em vigor em 1968, sendo revogadas as disposições em contrário no ordenamento jurídico brasileiro, por período de uma década. Desse modo, segundo versa o AI-5 em curta redação dada a um pequeno conjunto de 12 arts, além de assegurar a vigência da Constituição de 1967, este mais duro Ato da Ditadura Militar impõe a supremacia hierárquica do Poder Executivo e a centralização no Presidente da República (pertencente às Forças Armadas).

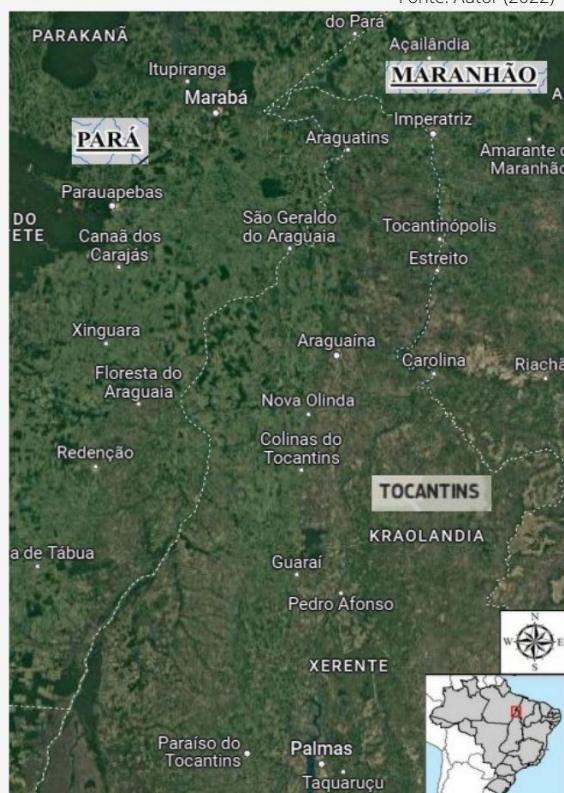
MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

2.2. A GUERRILHA DO ARAGUAIA

A Guerrilha do Araguaia correspondeu ao conflito armado ocorrido na porção Norte do Brasil, na divisa dos estados do Maranhão e Pará, englobando atualmente uma parte do estado de Tocantins. Ocorrido entre 1972 e 1974, na região conhecida como Bico do Papagaio, foi centrada no desmonte da luta armada organizada por grupos opositores ao regime instaurado em 1964, ligados, dentre outros, ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). Ao longo destes anos o cenário que já estava emaranhado em problemáticas como conflitos agrários fez deste espaço um dos mais violentos do Brasil.

Fonte: Autor (2022)



No caso da região denominada Bico do Papagaio, esse processo de intensificação da ocupação tem suas raízes ainda na década de 1960, quando alguns membros do PC do B se estabeleceram próximos ao rio Araguaia, momento em que se observa, como destaca Ailton Reis (2014), crescimento do fluxo migratório procedente principalmente da região nordeste e de outras localidades da região norte.

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

Eram cultivadores de terras, garimpeiros, caçadores de peles de animais, migrantes em busca de todo tipo de trabalho e riqueza que essas terras poderiam proporcionar. Este cenário em transformação era visualizado pelos guerrilheiros como propício para a organização e treinamento, interpretado como distante do poder público e perto de necessidades latentes de um espaço em conflito.

Segundo Aloísio M. Souza (2002), ao longo de todo evento foram envolvidos 98 guerrilheiros, dos quais 41 foram executados em bases estabelecidas pelo Exército em diferentes pontos da região e 18 foram mortos no conflito, geralmente nas matas. Nas três operações realizadas de 1972 a 1974, o Exército brasileiro envolveu aproximadamente 3.000 militares, entre federais, rodoviários, polícia civil e polícia militar. Se incluirmos indígenas e agricultores, o número estimado de mortes durante o evento será maior.

A estrutura montada na organização da guerrilha contou com três destacamentos (bases): o primeiro próximo à vila de São Domingos (PA), outro às margens do rio Gameleira (PA) e o último em local chamado Caianos, entre as cidades de São Geraldo do Araguaia (PA) e Xambioá, hoje pertencente ao Tocantins. Esta quase “triangulação” contava ainda com comando que, quando necessário, centralizada as ações (CAMPOS FILHO, 2012).



Fonte: Memorial da Democracia (acesso em 07/07/2022)

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

2.2.1 GLOSSÁRIO DE VERBETES

I - COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV): Comissões da Verdade são criadas pelo Estado para investigar violações de Direitos Humanos ocorridas em um determinado período da história de um país. Normalmente ocorrem durante um período de transição política, como por exemplo após um regime autoritário. Com o objetivo de analisar os contextos sociais e históricos nos quais se passaram os abusos e violações, esclarecer fatos que podem ter sido modificados ou escondidos pelo Estado e com essas informações, elaborar relatórios e recomendações, com sugestões de reformas institucionais e maneiras de reparação histórica. (www.cnv.memoriasreveladas.org.br)

II - AI-5: O AI-5 foi um decreto realizado em 1968 que inaugurou o período mais sombrio da Ditadura Militar, além de ter reforçado o autoritarismo do presidente. O Ato Institucional nº 5, conhecido usualmente como AI-5, foi um decreto emitido pela Ditadura Militar durante o governo de Artur da Costa e Silva no dia 13 de dezembro de 1968. O AI-5 é entendido como o marco que inaugurou o período mais sombrio da ditadura e que concluiu uma transição que instaurou de fato um período ditatorial no Brasil. (www.cnv.memoriasreveladas.org.br)

III - REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO: Zona de confluência dos rios Araguaia-Tocantins e região de fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins, o Bico do Papagaio nas décadas de 1960-70 do século passado, foi porta de entrada para a toda a Amazônia Legal constituindo-se numa região de intensos conflitos envolvendo posseiros, grileiros e fazendeiros durante todo o regime militar (1964-1985). (www.dominiopublico.org.br)

IV - COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. (www.cnv.memoriasreveladas.org.br)

V - DEMOCRACIA: Forma de governo em que a soberania é exercida pelo povo. (www.michaelis.uol.br)

VI- DITADURA: Governo autoritário, unipessoal ou colegiado, caracterizado pela tomada do poder político, com o apoio das Forças Armadas, em desrespeito às leis em vigor, com a consequente subordinação dos órgãos legislativos e judiciários, a suspensão das eleições e do estado de direito, com medidas controladoras da liberdade individual, repressão da livre expressão, censura da imprensa e ausência de regras transparentes em relação ao processo de sucessão governamental. (www.michaelis.uol.br)

VII - REPÚBLICA: Forma de governo na qual o Estado tem em vista servir à coisa pública e aos interesses comuns dos cidadãos. (www.michaelis.uol.br)

VIII - DIREITOS HUMANOS: São normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos. (www.unicef.org)

IX - GOVERNO MILITAR: Uma ditadura militar ou regime militar é uma forma de governo autoritário onde o poder político é efetivamente controlado por militares. Como qualquer ditadura ou regime, ela pode ser oficial ou não, e também existem formas mistas, onde o militar exerce uma influência muito forte, sem ser totalmente dominante. (www.cnv.memoriasreveladas.org.br)

X - REPRESSÃO: Conjunto de medidas violentas com o intuito de interromper manifestações, movimentos, abusos etc. (www.michaelis.uol.br)



MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

2.2.2 FASES DO CONFLITO

Entre a suposta revolução socialista a caminho e a esperada pelos militares, o Bico do Papagaio e sua população foram os que ficaram nos meandros do combate. No decorrer dos acontecimentos o exército brasileiro destacou três campanhas de combate direto aos “terroristas”, como denominados pela documentação do regime militar. A exatidão dos números, apresentados pela Comissão Nacional da Verdade indicam aproximadamente a participação de 800 militares na primeira campanha denominada “Operação Papagaio”, ocorrida no início de 1972. O historiador Janailson Macêdo Luiz (2018) ressalta que houve uma “grande movimentação de tropas pela região, vindas, sobretudo, de outras localidades, como Belém e Manaus [...] estima que cerca de dois mil soldados tenham sido mobilizados nessa fase” (LUIZ, 2018, p. 89).

Peixoto (2011) pontua que estes primeiros movimentos realizados pelo exército não foram bem recebidos pela população, que possuía previamente um contato maior com os guerrilheiros, e assim não contribuíram com informações mais significativas para o exército, ao menos em seu início. Isso porque ao longo do evento uns “jogos de narrativas” eram postos à prova para população, em que os militares propagavam informações e ocorridos nem sempre verdadeiros sobre os guerrilheiros, visando promover a desconfiança e medo em relação a sua presença. Logo, as operações seguintes buscaram uma nova estratégia de ação.



Fonte: Memorial da Democracia (acesso em 07/07/2022)

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

As operações “Sucurí” e “Marajoara”, respectivamente ocorridas em abril e outubro de 1973, tiveram caráter de sigilo, se aproveitando de novas informações coletadas pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE)¹ e promovendo a infiltração de militares em vilas próximas, como compradores de arroz, vendedores ou funcionários do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Este momento pode ser considerado decisivo para o desfecho do evento, pois foi o momento de aproximação do exército com a população, conseguindo quebrar grande parte das redes de contato e comunicação, resultando na captura, prisão e execução da maioria dos guerrilheiros.

Assim, os segredos de estado na luta do Araguaia resultaram em operações secretas. Ao contrário da luta armada na cidade, não há inquérito policial militar, reclamação formal ou decisão judicial. A ordem não era capturar o prisioneiro. Em um trecho do depoimento do general reformado do Exército Nilton de Albuquerque Cerqueira para a CNV, ele afirma que “prender não era opção” na Guerrilha do Araguaia, levando ao entendimento da ocorrência de execuções durante o conflito.



Fonte: Figuras públicas canvas app

1. Segundo Moraes e Silva (2005) o CIE obteve informações específicas sobre localização e próximas ações dos guerrilheiros ainda no ano de 1972, a partir por meio de interceptações ocorridas entre os guerrilheiros e membros presos em outros espaços, como Fortaleza e São Paulo.

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

Por isso mesmo, se observa que a última fase de operações se caracteriza como a mais violenta, entre outubro de 1973 e dezembro de 1974. Contou com mais de 300 militares e maior apoio dos moradores locais do que nas operações anteriores, o que foi fundamental para seu sucesso. Os chamados “Mateiros”, convertidos em guias do Exército – coagidos para isso e alguns recompensados com lotes de terra –, cumpriram importante papel naquele processo, relata Corrêa (2011).

Mais de 20 se tornaram guias do exército. A chegada do CIE (Centro de Informações do Exército) e das tropas de elite na região decretou um toque de recolher voluntário entre os moradores. Ninguém saía de casa à noite. A estratégia militar de intimidação provocou adesões aos dois lados; a eles, pelo medo, e aos guerrilheiros, para fugir dos militares. Como consequência dessa fase, muitos guerrilheiros e camponeses foram mortos em locais clandestinos de prisões, e visivelmente com seus direitos humanos violados. Um dos exemplos dos direitos humanos violados aconteceu na denominada A Casa Azul, em Marabá, às margens da rodovia Transamazônica. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (2014):



Casa Azul é utilizada atualmente pelo Dnit e está em situação de abandono. Equipe tenta tombamento do local e transformação em memorial — Foto: Eugênia Augusta Gonzaga



Casa Azul é utilizada atualmente pelo Dnit e está em situação de abandono. Equipe tenta tombamento do local e transformação em memorial — Foto: Eugênia Augusta Gonzaga



'Casa Azul' era usada pelos militares como base para tortura de guerrilheiros e moradores do sudeste do PA durante a Guerrilha do Araguaia. (Foto: Reprodução/Tv Liberal)

2. Localizada em Marabá, no sudeste do Pará, no quilômetro 1 da rodovia Transamazônica, a Casa Azul era um centro de prisão clandestino utilizado pelo Centro de Informações do Exército (CIE) como um Centro de Informações e Triagem (CIT).

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

Estima-se que morreram, em decorrência de tortura ou por execução, mais de 30 guerrilheiros que faziam oposição ao regime militar e que atuavam na Guerrilha do Araguaia. Os principais alvos eram militantes do PCdoB e moradores locais acusados de apoiar a guerrilha (CNV, 2014, v. 1, p. 793).

Assim, entre outubro de 1973 e os meses finais de 1974 os guerrilheiros foram sistematicamente eliminados. Com a diferença de poder de fogo agora mais evidente do que nas operações anteriores, a prioridade era eliminar o “comitê militar da guerrilha”, forma como os chefes da guerrilha era denominado nesta última fase de operações pelos militares.

A captura da última guerrilheira, Walquíria, em Xambioá no ano de 1974, marca o desfecho do conflito, que ficaria marcado nos próximos anos pela presença dos militares com a finalidade, segundo Peixoto (2011), da estruturação de um sistema de repressão e silenciamento sobre os ocorridos. O objetivo desta “operação de limpeza” seria o de eliminar vestígios da presença do exército, bem como possíveis corpos deixados no local.

Fonte: Memorial da Democracia



Walquíria Afonso Costa

A GUERRILHA DO ARAGUAIA



Fonte: Tropas e Armas (BATALHAS), 2006.

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

Os ocorridos marcariam assim profundamente a região de Araguaia, em sua pluralidade de sujeitos envolvidos nos acontecimentos, muitas vezes ainda silenciados na história. Para além dos guerrilheiros, muitos grupos e entidades acabaram presenciando e mesmo se envolvendo no conflito, tais como camponeses, profissionais liberais e grupos indígenas, como o caso dos Suruí / Aikewara da região do Bico do Papagaio, o qual as terras foram palco de todo o conflito. Essas terras indígenas foram ocupadas durante a primeira ação, em 1972, como acesso dos militares à área de floresta onde os guerrilheiros estavam localizados. Na terceira e última batalha, a aldeia Suruí / Aikewara foi totalmente ocupada pelo exército, transformando-se em base.



Foto: Carlos Alberto Ricardo, 1970.



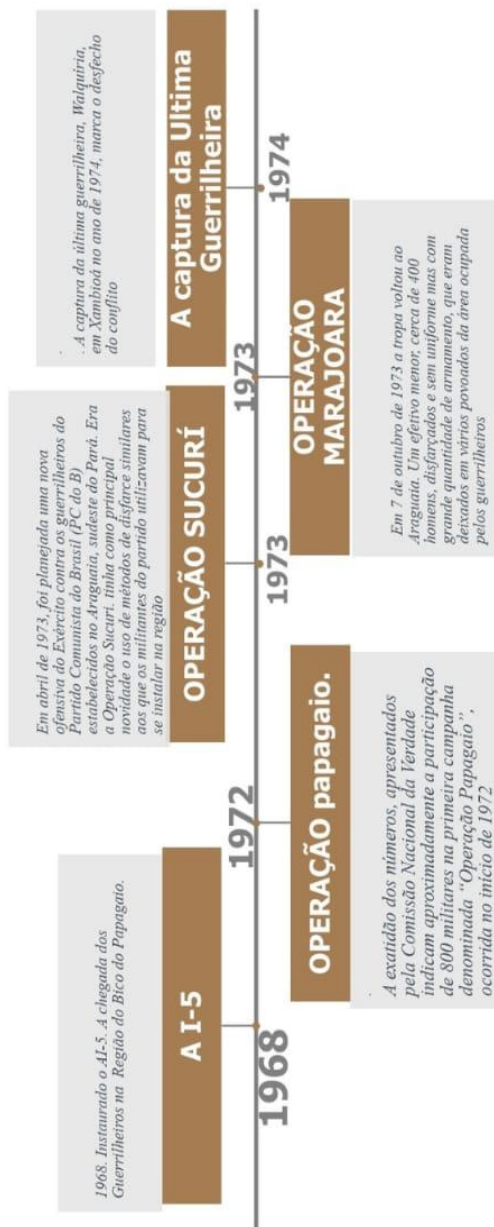
Foto: Roque de B. Laraia

2.2.3 LINHA DO TEMPO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

Linha do Tempo da História Guerrilha do Araguaia



MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -



SUGESTÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS

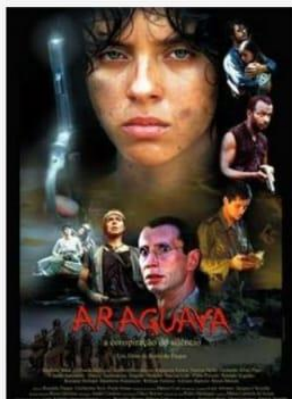
MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

3. FILMES QUE ABORDAM A TEMÁTICA: GUERRILHA DO ARAGUAIA

Os filmes a seguir retratam a Guerrilha do Araguaia e seus desdobramentos. Esses filmes podem ser assistidos como forma de conhecimento prévio da Guerrilha do Araguaia, como também podem ser utilizados nas aulas de História para debater o período militar bem como a própria Guerrilha em si, centrando-se nas novas competências e habilidades previstas na BNCC (EF09HI20). O conteúdo da Guerrilha do Araguaia será trabalhando de forma expressiva e com uma didática eficiente, onde o aluno pode perceber e sentir um pouco do que se passou nesse conflito.

3.1 ARAGUAYA



Título Araguaia - Conspiração do Silêncio (Original)

Ano produção 2004

Dirigido por Ronaldo Duque

Estreia 2004 (Mundial)

Duração 105 minutos

Gênero Drama

Indicação etária: 12 anos

País de Origem Brasil

Indicação Escolar: A partir do 9º ano

Sinopse:

No auge da ideologia da segurança nacional do Exército brasileiro, um partido de esquerda dissidente, militantes (a maioria jovem e inexperiente) e inocentes camponeses travam uma batalha contra o Exército em região onde a ambição e a miséria dominam. É onde também está o Padre Chico (Stephane Brodt), um religioso francês que chegou à região do Araguaia no início dos anos 60. A profunda identificação entre Padre Chico e os moradores fazem com que ele presencie eventos ligados à formação da Guerrilha do Araguaia



3.2. SOLDADOS DO ARAGUAIA



Ficha Técnica

Duração: 72 min.

Direção: Belisario Franca

Pesquisa: Ismael Machado

Roteiro: Belisario Franca E Ismael Machado

Produção: Bianca Lenti E Maria

Carneiro Da Cunha

Produção Executiva: Cláudia Lima E

Michelle Maia

Edição: Yan Motta

Música: Yan Motta

Fotografia: Mário Franca

Distribuidor: Urca Filmes

Indicação Etária: 14 anos

Indicação Escolar: A partir do 9º ano

Sinopse:

Soldados do Araguaia é um documentário que se propõe a dar voz às memórias e traumas de recrutas de baixa patente do Exército Brasileiro que combateram na sangrenta e nebulosa Guerrilha do Araguaia. Marginalizados pela historiografia oficial por sua filiação ao Exército e pelo próprio Exército por suas denúncias contra a corporação, esses personagens encontram aqui uma oportunidade inédita de compartilhar sua versão dos fatos. Da convocação junto às comunidades ribeirinhas e rurais até a dispensa após o extermínio da guerrilha comunista, os relatos dos ex-soldados compõem uma narrativa em que recrutas e guerrilheiros se confundem debaixo da opressão militar. No Vietnã brasileiro, os vencedores retornam apenas como fantasmas: mesmo aqueles capazes de ultrapassar a psicose, o alcoolismo, o desejo de suicídio e inúmeras manifestações de estresse pós-traumático precisam lutar até hoje para superar os episódios de abuso e violência que sofreram e testemunharam.

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

4. MÚSICAS E POEMAS: GUERRILHA DO ARAGUAIA

As músicas e poemas aqui apresentados refletem as batalhas e traumas vividos na Guerrilha do Araguaia. Elas podem ser compreendidas como vozes que por muito tempo permaneceram calados.

HABILIDADES

(EF09HI19) identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

(EF09HI20) discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar.

XAMBIOÁ, DE ITAMAR CORREIA

XAMBIOÁ (1984)

Mata virgem e escura, foi lá
Que no meio da mata
Um amigo de infância
Tentou começar

Ah foi por lá
Onde o povo sofreu pra contar
Como um jovem sozinho
Valia por trinta
Em qualquer lugar.

Ei Araguaia
Rio manso pra se navegar
Quando o braço da gente
Abraça a nascente
O novo raiar

Eh Marabá,
Altamira, Estreito, olhe lá
Ainda brilha até hoje
A vida do povo
Que morreu por lá

Ei meu irmão
Você fez renascer o sertão
E o maior contingente
Não viu o tamanho do seu coração.

Pedra não para o caminho
Fogo não queima o luar
Eu já não canto sozinho
Canto em Xambioá.



MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

DESAPARECIDO, DE ITAMAR CORREIA

DESAPARECIDO (1982)

Tá faltando alguém na nossa vida...
E não é numa cadeira!
Tá faltando alguém na nossa vida...,
E não é de brincadeira!
Tá faltando alguém na nossa rua...
Não sumiu por culpa sua.
Tá faltando alguém na nossa escola
E não é pra bater bola!
Tá faltando alguém na nossa mesa
Isso é uma tristeza.

Tá faltando alguém que sumiu criança (...)
A nossa luta se renova, em cada sangue de um irmão,
Tá faltando alguém que ainda é vida,
Tá faltando alguém que jamais partiu,
Tá faltando alguém que hoje é cada um de nós de nós
Tá faltando alguém que hoje uniu...



Itamar Correia é um artista goiano engajado nas lutas sociais e vinculado ao PCdoB. "Xambioá" é considerada a canção mais bela de tantas outras que compôs, para o excelente trabalho intitulado "Araguaia Meu Brasil", em homenagem aos heróis do povo brasileiro que tombaram nas selvas da região do Araguaia.

PESADELO, DE PAULO CESAR PINHEIRO E MAURÍCIO TAPAJÓS (1974)

Quando o muro separa uma ponte une
Se a vingança encara o remorso pune
Você vem me agarra, alguém vem me solta
Você vai na marra, ela um dia volta
E se a força é tua ela um dia é nossa
Olha o muro, olha a ponte, olhe o dia de ontem chegando
Que medo você tem de nós, olha aí

Você corta um verso, eu escrevo outro
Você me prende vivo, eu escapo morto
De repente olha eu de novo
Perturbando a paz, exigindo troco
Vamos por aí eu e meu cachorro
Olha um verso, olha o outro
Olha o velho, olha o moço chegando
Que medo você tem de nós, olha aí

O muro caiu, olha a ponte
Da liberdade guardiã
O braço do Cristo, horizonte
Abraça o dia de amanhã, olha aí

".... Contaram que durante a Guerrilha do Araguaia, na selva, eles cantavam Pesadelo. Dizem ter sido a música que mais ajudou, nessa fase de luta armada, a todos eles, a mais forte politicamente que a gente fez, e a única direta, sem subterfúgios, sem metáforas, que passou. " (Paulo César Pinheiro em <http://www.anovademocracia.com.br/no-16/904-paulo-cesar-pinheiro-qvoce-corta-um-verso-eu-escrevo-outroq>)



MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

BANZEIROS

BANZEIROS (2002)

Ainda existe maresia
Os banzeiros da floresta
Não espante galhos secos
Senão a morte desperta
São tantas suposições
Formando um grito de alerta.
Não existe dor maior
Onde a angústia se espalha
Só o bem-te-vi que viu o silêncio e a batalha
Só o bem-te-vi que viu
Os meninos do Araguaia
Os meninos do Araguaia
Os meninos do Araguaia
Ainda existe maresia
Os banzeiros da floresta
Não espante galhos secos
Senão a morte desperta
São tantas suposições
Formando um grito de alerta.
Não existe dor maior
Onde a angústia se espalha
Só o bem-te-vi que viu o silêncio e a batalha
Só o bem-te-vi que viu
Os meninos do Araguaia
Os meninos do Araguaia
Os meninos do Araguaia



MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

"CANÇÃO DO GUERRILHEIRO DO ARAGUAIA".

Nas selvas sem fim da Amazônia
Vive e combate o guerrilheiro sem par
Valente e destemido
Sua bandeira fulgente é lutar
Tudo enfrenta com denodo
Para livrar da exploração
O povo pobre, a Terra amada
E construir nova Nação
Não dá trégua aos soldados
P'ra[sic] derrotar os generais
Emboscar, fustigar dia após dia
Atacar, sempre mais, sempre mais!
Sob o manto verde da floresta
Para as massas anseia paz e pão
Bem estar para os trabalhadores
Alegria para os jovens e instrução
Nada teme, jamais se abate
Afronta a bala a servir
Ama a vida, despreza a morte
E vai ao encontro do porvir
Está pronto p'ro[sic] combate
Em dia claro ou noite escura
Acabar, esmagar o imperialismo
Derrubar, liquidar a ditadura!
Da liberdade heróico[sic] defensor
Inimigo do regime militar
Quer terra p'ra todo lavrador
Feliz, viver e trabalhar
Lutador audaz do Araguaia
Rebelado no Sul do Pará
Junto ao povo, unido e armado
Na certa um dia vencerá
Sua tarefa gloriosa
Realiza com ardor
Avançar, empunhar todas as armas
Contra o inimigo opressor!



(Grabois, 2014, p. 108-109)

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

POESIA DE CORDEL

Eu que nunca fui poeta
Que nunca fui cantador
Agora vou contar a vida
De um homem trabalhador
Eu nasci não sei bem onde
Maranhão ou Ceará
Andei Piauí e Goiás
Rolando a deus-dará
Andei Norte, Nordeste
Viajando mais que a peste
Eu vim te encontrar
Aqui no Pará
Tinha uma casa formosa
Canteiro de alho e coentro
Muita fruteira plantada
No meu sítio lá no centro
Morando perto do posto
Deixei todo esse conforto
E me soquei pro mato adentro.

Nossa, 2012, pp. 167-168)

Poesia de cordel que Beto
[Lúcio Petit da Silva] escreveu
e recitava à noite nos
acampamentos na mata.



MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

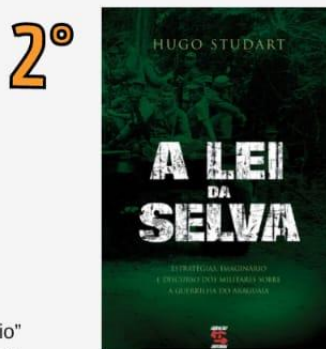
- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

5. INDICAÇÃO DE LIVROS: GUERRILHA DO ARAGUAIA

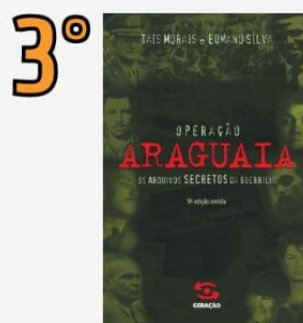
Aos professores, alunos e a comunidade de forma geral que se interessam pela história da Guerrilha do Araguaia, recomendo seis livros:



“O Coronel Rompe o Silêncio”
(Editora Objetiva, 224 páginas),
de Luiz Maklouf Carvalho



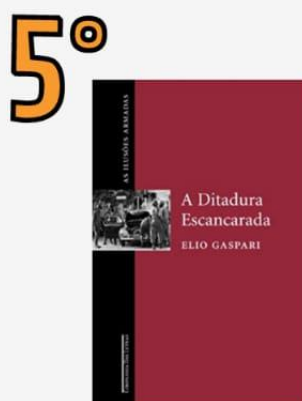
“A Lei da Selva — Estratégias,
Imaginário e Discurso dos Militares
Sobre a Guerrilha do Araguaia”
(Geração Editorial, 384 páginas), de
Hugo Studart;



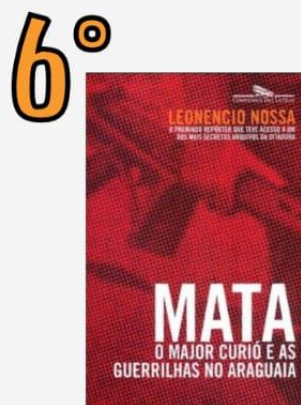
“Operação Araguaia — Os
Arquivos Secretos da
Guerrilha” (Geração Editorial,
656 páginas), de Eumano
Silva e Taís Morais;



Guerrilha do Araguaia — A
Esquerda em Armas (Editora da
Universidade Federal de Goiás,
241 páginas), de Romualdo
Pessoa Campos Filho;



A Ditadura Escancarada
(Companhia das Letras), de
Elio Gaspari.



“Mata! — O Major Curió e as
Guerrilhas no Araguaia”
(Companhia das Letras, 443
páginas, publicado em 2012),
de Leonencio Nossa

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

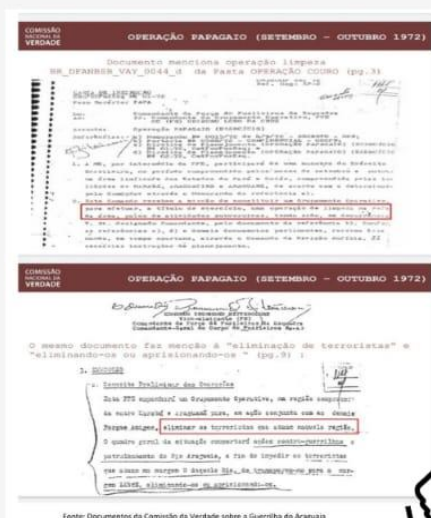
6. DOCUMENTOS

Os documentos a seguir foram retirados da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e do dossiê da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esses documentos são bastante pertinentes para a realização de pesquisas referentes a Guerrilha do Araguaia, como também a história local recente de conflitos de terra. Esse material pode ser utilizado pelos professores para instigar o aluno a compreender mais sobre a Guerrilha do Araguaia sobre os fatos que se sucederam nesse conflito.

6.1 DOCUMENTOS RETIRADOS DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE.

6.1.1 DOCUMENTO QUE MENCIONA A OPERAÇÃO LIMPEZA

Esse documento demonstra que foi determinado pelo Exército a chamada “Operação limpeza”, ou seja, era para ser eliminados os “Terroristas”, como eram chamados os Guerrilheiros do Araguaia, em outras palavras o exército tinha carta Branca para fazer o que quisesse com os guerrilheiros, inclusive desaparecer com os corpos, fazendo assim uma “faxina”.



<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/todos-volume-1/658-documentos-sobre-a-guerrilha-do-araguaia.html>

HABILIDADES

EF09HI19) identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.

(EF09HI20) discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. Onde pode ser trabalhado tanto a Resistência da ditadura como a violação dos direitos humanos.

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

6.1.2 DEPOIMENTO DO SARGENTO JOÃO SANTANA DA CRUZ SACRAMENTO SOBRE A “OPERAÇÃO LIMPEZA”.

Esse documento é um depoimento do Sargento João Santa Cruz, onde ele confirma que realmente houve tortura na chamada “Casa Azul” em Marabá. A Casa Azul segundo o documento da CNV era utilizada como centro clandestino de tortura e morte, na época da ditadura militar, a Casa Azul foi o destino de muitos guerrilheiros que atuaram no Araguaia e também de camponeses. Para dar um ar de legalidade e evitar desconfianças, lá funcionava também o extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Hoje o local abriga a sede do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).



Sargento João SANTA CRUZ Sacramento

Prestou depoimento à CNV em 19 de novembro de 2011, em Belém. Recordou ter atuado no Araguaia durante todas as fases do combate à Guerrilha do Araguaia, ficando na área de 1972 até 1975. No ano de 1972, foi comandante do Detachamento de São Geraldo do Araguaia. Descreveu a Casa Azul (em Marabá) e os banos de Xambioá e Bacaba. Observou que “os paulistas não tinham amparo suficiente” e “nunca procuramos enfrentar o Exército”, mas sim “andavam correndo do Exército”.

Confirmou que houve abuso, tortura e detenção arbitrária contra a população local, suspeita de apoiar os “paulistas”. Descreveu apenas uma prisão que testemunhou presencialmente, mas não soube informar o nome da pessoa. Informou que as pessoas ou mortas eram entregues às tropas na Casa Azul, e que depois disso, dizia-se que as mesmas “tinham sido levadas a Brasília”.

Confirmou ter visto, capturado e visto, diversas pessoas, inclusive: **Divino Ferreira de Sousa, Daniel Ribeiro Calado** (inclusive reconheceu uma foto sua com ele, que foi recolhida na área em 1986 por Paulo Fonteles Filho), **Antônio de Nêda** (tendo inclusive feito incursões na zona com este), **Maria Celis Correa, Nélio Luiz Naveiro de Mupalibes** (estes são 4 dos 5 desaparecidos na ação penal contra Sebastião Curid), **Dinaire Oliveira Teixeira, Sueli Yumiko Romana e Walquiria Afonso Costa**. Por fim, informou que ficou sabendo que houve efetivamente uma Operação Limpeza comandada pelo Curid, e que “a chave para encontrar corpos ou restos mortais é o Curid”.

Fonte: Documentos da Comissão da Verdade sobre a Guerrilha do Araguaia



“Casa Azul” Centro clandestino de tortura em Marabá-PA.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Operações Militares contra a guerrilha do Araguaia

“Casa Azul”, centro clandestino de tortura em Marabá-PA

Há registros de que guerrilheiros e camponeses presos foram levados com vida para base do Centro de Informações do Exército (CIE), em Marabá, conhecida como “Casa Azul”, para a base de Xambioá e outros campos de concentração de prisioneiros.

O saldo das operações militares de repressão na região do Araguaia foi de cerca de 70 pessoas desaparecidas entre militantes do PC do B e moradores da região.

Fonte: Documentos da Comissão da Verdade sobre a Guerrilha do Araguaia

(EF09HI19) identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. Nesse caso, trabalhar a ausência dos direitos humanos no período da Guerrilha do Araguaia.

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

Apresentação realizada durante a audiência pública sobre
“mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia.



http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/jpg/docs_araguaia/araguaia_versao_final.pdf.

(Vídeo da audiência “mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia”)



[https://www.youtube.com/playlist?](https://www.youtube.com/playlist?list=PL9n0M0IxI2jfhJwR89FzargkV66-2p7La)

[list=PL9n0M0IxI2jfhJwR89FzargkV66-2p7La](https://www.youtube.com/playlist?list=PL9n0M0IxI2jfhJwR89FzargkV66-2p7La)



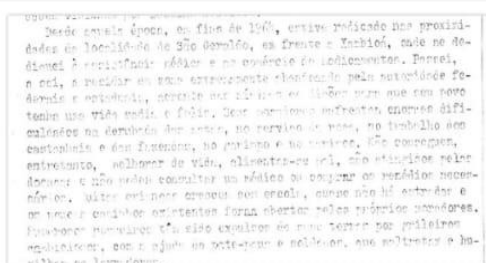
MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS-

6.2 DOCUMENTOS RETIRADOS DO DOSSIÊ DE RECORTES DE JORNAL COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CTP).

6.2.1 DOCUMENTO DIGITALIZADO DA TRANSCRIÇÃO DA CARTA DO JOÃO CARLOS HAAS SOBRINHO- “DR. JUCA”.

Esse documento é uma transcrição da última carta do “Dr. Juca”, aos seus amigos de Porto Franco. Nesse documento ele revela o seu início de trabalho como médico, as dificuldades vividas nessa época. Dr. Juca afirmar também na carta, como a população pobre sempre foi desprezada pelos políticos locais, que só os viam em época de eleições. Quando começou a denunciar os abusos dos políticos locais, começaram a prosseguir-lo. E por essa razão foi para ele foi enviado pelo partido PC do B para a região do Bico do Papagaio. Nessa carta ele revela como foi o confronto com o exército. Quando a carta foi transcrita, ele já havia “tombado” como revela o documento, em outras palavras ele havia sido morto pelas tropas do Exército.

[illegible]

de simulação e provocação, fazer o terror da população, de modo a fazer com que os seus dirigentes se entreguem à violência das forças armadas do ditador. Também perseguir, punir e até matar, oprimidos e o povo constituinte uma força armada diferente. Logo, não se pode admitir, sob nenhuma circunstância, que se possa intervir no povo, seja através da insurreição, seja através de ditadura militar e intervenção de um governo democrático, ou mesmo através da revolução ou de uma revolução, de liberdade e de



FONTE: Dossiê de Recortes de Jornal da década de 70 da Comissão Pastoral da Terra (CTP). TA 00414 0001

(EF09HI20) discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. Onde pode ser trabalhado tanto a Resistência da ditadura como a violação dos direitos humanos. Onde pode ser trabalhado a questão da Resistência a ditadura militar, envolvendo nesse caso a História local, a Guerrilha do Araguaia.

Disponível em:



<https://www.cptnacional.org.br/>

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

6.2 DOCUMENTOS RETIRADOS DO DOSSIÊ DE RECORTES DE JORNAL COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CTP).

6.2.2 FOLHETO DE MANIFESTO DOS GUERRILHEIROS DO ARAGUAIA

Essa imagem é uma representação de manifesto em forma de folheto utilizado na época da Guerrilha do Araguaia, para recrutar pessoas a luta armada. O professor pode trabalhar a imagem na questão dos antecedentes da Guerrilha do Araguaia, e como foram recrutados os guerrilheiros para esse conflito.



Essa Fonte: memorial da luta armada- (1969 a 1972)

<https://www.google.com/memorialdademocracia.com.br%2Fcard%2Ffluta-armada>

6.2.3 DOCUMENTO CARTA DOS GUERRILHEIROS DO ARAGUAIA PARA TODA A COMUNIDADE LOCAL.

Esse documento é uma Carta dos guerrilheiros do Araguaia, para toda a comunidade local, dando satisfação por ter punido um fazendeiro local. Segundo o documento o fazendeiro havia ajudado o exército a capturar combatentes guerrilheiros e por essa razão deveria ser punido, não com violência, mas pagando os prejuízos causados pelo confronto.

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -



(EF09HI20) discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. Dessa forma pode ser trabalhado a resistência da ditadura militar e a questão da população local, de quem era a favor e contra os guerrilheiros.

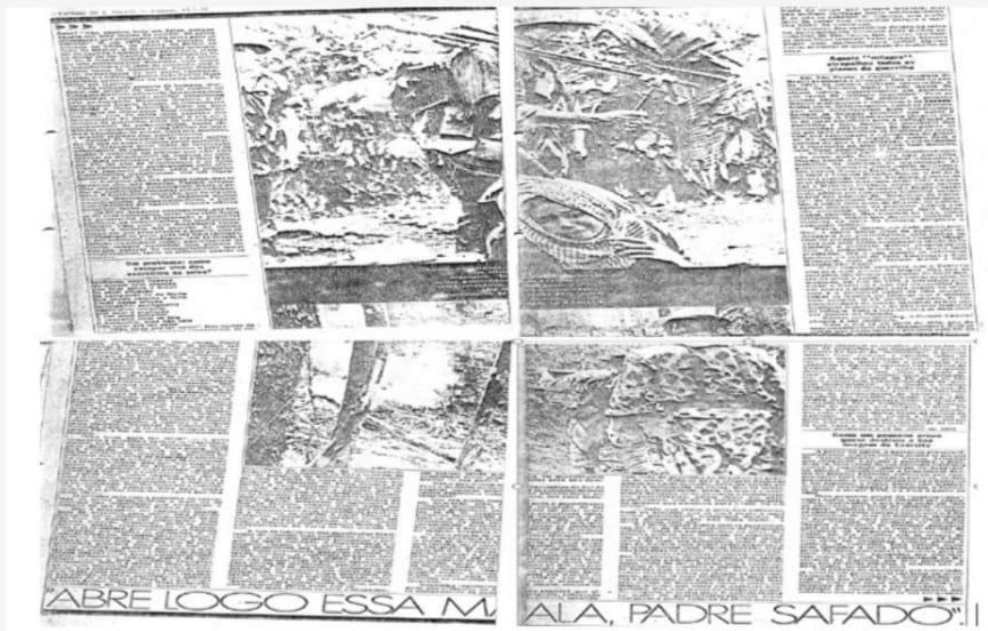
Disponível em:



<https://www.cptnacional.org.br/>

6.3 RECORTES DE JORNAIS DA ÉPOCA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

Nesse recorte de jornal expressa a notícia de um dos membros da Igreja Católica sendo perseguido pela polícia e o exército por ajudar os guerrilheiros do Araguaia.



Fonte: Dossiê de Recortes de Jornal da década de 70 da Comissão Pastoral da Terra (CTP)



Sugestão de site para consulta e outras informações:

<https://www.bndigital.bn.gov.br/>

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

Nesse outro recorte de Jornal, expressa a manchete de como o Sebastião Curió Rodrigues de Moura, mas conhecido como Curió, conseguiu vencer os guerrilheiros do Araguaia.



Fonte: Dossiê de Recortes de Jornal da década de 70 da Comissão Pastoral da Terra (CTP)

Saiba mais sobre "Curió"

Como militar, foi destacado para o sul da Amazônia para combater o movimento armado da guerrilha do Araguaia, nas décadas de 1960 e 1970, durante a ditadura militar, onde foi figura de destaque no funcionamento da "Casa Azul", centro clandestino do aparato repressivo localizado em Marabá.

7. MUSEU: GUERRILHA DO ARAGUAIA

Para além dessas sugestões de documentos, filmes e músicas, existia em São Geraldo do Araguaia um museu da Guerrilha do Araguaia, que era frequentemente visitados por professores, alunos e pesquisadores que buscavam conhecimento a respeito da histórias local. Mas o que resta desse museu é apenas escombros e restos de materiais danificados pelo fogo. O museu pegou fogo em 14 de abril de 2017 segundo o site do Instituto Paulo Fonteles de Direitos Humanos. O site acrescenta ainda que "os motivos podem ter sido uma reposta ao tráfico de drogas, mas, também uma tentativa de apagar os crimes cometidos pela repressão na região do Araguaia". (Site. FONTELES P. 2017).

O historiador Humberto Barbosa havia feito uma pesquisa em 2016 sobre a Guerrilha do Araguaia e tirado algumas fotos do museu, quando este ainda estava intacto.



Fonte: Barbosa, 2016



MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

Fonte: Barbosa, 2016



Fonte: Barbosa, 2016



Registro de como o Museu ficou após o incêndio:



(Site. FONTELES P. 2017).

Localização do Museu no estado do Pará.



Fonte: site/profjuvenalpinheiro

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

Cinco anos após o ocorrido com o museu do Araguaia, na cidade de São Geraldo do Araguaia, veja como está nos dias atuais.



Fonte: Autor



Fonte: Autor

Essas imagens podem ser utilizadas pelo professor de História para trabalhar com os alunos do 9º ano. Os professores podem trabalhar a questão da memória local e como poder público prioriza essa memória.

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

9. PLANOS DE AULA

Exemplos de planos de aulas que podem ser trabalhadas nas sugestões didáticas:

PLANO DE AULA 1
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO: Escola: Escola São Francisco Professora: Henildes Silva de Almeida Júnior Disciplina: História Série: 9º ano do Ensino Fundamental Data: 16 de junho de 2022.
• FILME: ARAGUAYA: CONSPIRAÇÃO DO SILÊNCIO. • MÚSICA: DESAPARECIDO (ITAMAR)
II. HABILIDADE DA BNCC E TEMA: (EF09HI20). Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. Os movimentos de resistência à ditadura e a Guerrilha do Araguaia. III. OBJETIVOS: OBJETIVO GERAL: Descrever os antecedentes, os característicos e as consequências gerais dos movimentos de resistência à ditadura e a Guerrilha do Araguaia.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: ▪ Apresentar os antecedentes dos movimentos de resistência à ditadura e da Guerrilha do Araguaia; ▪ Contextualizar descritivamente o eclodir dos movimentos de resistência à ditadura e da Guerrilha do Araguaia, considerando as disputas ideológicas em pauta na época; ▪ Avaliar se os movimentos de resistência e a Guerrilha do Araguaia contribuíram para o fim do Regime militar.

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

IV - METODOLOGIA

Como se trata de um conteúdo fundamental para o assimilar de outras competências e habilidades em aulas de História do Brasil, a aula irá se fundamentar em uma estratégia expositiva complementada com recurso audiovisual (filme: Araguaya – A conspiração do Silêncio). Agindo assim, todos os objetivos da aula serão paulatinamente consumados, possibilitando que o ensino do conteúdo flua com clareza e coesão, facilitando o seu aprendizado por parte dos alunos.

Além disso, por questões didáticas, a aula será dividida em três etapas distintas. Sendo assim, a aula se iniciará com a exposição do tema, dos objetivos e dos conteúdos que serão explorados no seu decorrer. Finalizada esta etapa inicial, se passará a execução do filme: Araguaya- a Conspiração do Silêncio, visando possibilitar que os alunos assimilem o conteúdo ensinado de maneira assertiva. Ao término deste segundo momento, se passará a apresentação de algumas questões básicas que deverão ser respondidas pelos alunos.

V - RECURSOS DIDÁTICOS:

Basicamente, serão usados recursos básicos: computador, projetor, quadro branco e o caderno.

Com esses recursos, serão expostos todos os conceitos, definições, ideias e premissas que fundamentam os conteúdos que serão trabalhados na aula como um todo. Por sua vez, serão melhor esclarecidos os exemplos apresentados, com o intuito de se debelar qualquer provável dúvida que ainda reste sobre o tema da aula. A meta será usar estes dois recursos de maneira sinérgica, contribuindo para que facilitem o entendimento do conteúdo trabalhado como um todo na aula.

VI - AVALIAÇÃO:

A priori, a avaliação se realizará de maneira somativa. Para tanto, tomará como base o desempenho geral dos alunos em descrever os principais antecedentes, além das consequências dos movimentos e da Guerrilha do Araguaia. Também se agirá no sentido de dimensionar até que ponto os alunos são capazes de contextualizar por conta própria o eclodir dos movimentos de resistência à ditadura e da Guerrilha do Araguaia no Brasil das décadas de 60 e 70, sobretudo nas disputas ideológicas em pauta na época. Tal postura também se destina identificar se os alunos são capazes de compreenderem até que ponto e os movimentos de resistência à ditadura, destacando-se a Guerrilha do Araguaia, contribuíram para o fim do Regime militar. Como se constata, será simples e direta, visando a descoberta de prováveis falhas na aula para que sejam executadas prováveis correções em uma outra oportunidade de ensino.

A depender do entendimento dos alunos dos conteúdos trabalhados, será possível a execução de uma nova aula com o intuito de esclarecer melhor os pontos trabalhados em aula. Caso não se faça necessária reapresentação do conteúdo, mais adiante, ou seja, em uma aula futura, será executada uma breve revisão do conteúdo, além de se disponibilizar novos exercícios.

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

VII - BIBLIOGRAFIA:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

CNV. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acessado em: 29 de maio de 2022.

GASPARI, Elio. A Floresta dos Homens sem Alma: A Ditadura Escancarada, As Ilusões Armadas. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

LIMA, Luiz Octavio de. Os anos de chumbo: A militância, a repressão e a cultura de um tempo que definiu o destino do Brasil. São Paulo: Planeta, 2020.

MORAIS, Tais de; SILVA, Eumano. Operação Araguaia: Os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

PLANO DE AULA 2

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Escola: Criança Feliz

Professora: Henildes Silva de Almeida Júnior

Disciplina: História

Data: 16 de junho de 2022.

Série: 9º ano do Ensino Fundamental.

- **DOCUMENTOS : A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE E A GUERRILHA DO ARAGUAIA**
- **RECORTES DE JORNAL QUE NOTICIAM O PERÍODO.**

II. HABILIDADE DA BNCC E TEMA:

(Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar (EF09HI20).

III. OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Explicar o que é a Comissão Nacional da Verdade, além de suas contribuições para o preservar da memória histórica da Guerrilha do Araguaia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ◆ Apresentar as fontes históricas que são utilizadas pela Comissão nacional da Verdade para o estudo da Guerrilha do Araguaia;
- ◆ Entender as premissas históricas que a Comissão nacional da Verdade utiliza para dimensionar os episódios da Guerrilha do Araguaia;
- ◆ Contextualizar a intervenção da Comissão nacional da Verdade para o estudo da Guerrilha do Araguaia, destacando-se para o entendimento das motivações e antecedentes que lhe caracterizam;
- ◆ Avaliar até que ponto a Comissão nacional da Verdade vem sendo bem-sucedida na preservação adequada da memória histórica da Guerrilha do Araguaia na sociedade paraense.

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

IV - METODOLOGIA

Como se trata de um conteúdo fundamental para o assimilar de outras competências e habilidades em aulas de História do Brasil, a aula irá se fundamentar em uma estratégia expositiva complementada com recursos em áudio (Música: Desaparecido). Agindo assim, todos os objetivos da aula serão paulatinamente consumados, possibilitando que o ensino do conteúdo flua com clareza e coesão, facilitando o seu aprendizado por parte dos alunos.

Além disso, por questões didáticas, a aula será dividida em três etapas distintas. Sendo assim, a aula se iniciará com a exposição do tema, dos objetivos e dos conteúdos que serão explorados no seu decorrer. Finalizada esta etapa inicial, se passará a execução da música: "Desaparecido", visando possibilitar que os alunos assimilem o conteúdo ensinado de maneira assertiva. Ao término deste segundo momento, se passará a apresentação de algumas questões básicas que deverão ser respondidas pelos alunos.

V - RECURSOS DIDÁTICOS:

Basicamente, serão usados recursos básicos: computador, projetor, quadro branco e o caderno.

Com esses recursos, serão expostos todos os conceitos, definições, ideias e premissas que fundamentam os conteúdos que serão trabalhados na aula como um todo. Por sua vez, serão melhor esclarecidos os exemplos apresentados, com o intuito de se debelar qualquer provável dúvida que ainda reste sobre o tema da aula. A meta será usar estes dois recursos de maneira sinérgica, contribuindo para que facilitem o entendimento do conteúdo trabalhado como um todo na aula.

VI - AVALIAÇÃO:

A priori, a avaliação se realizará de maneira somativa. Para tanto, tomará como base o desempenho geral dos alunos em descrever os principais objetivos da comissão nacional da verdade, principalmente relacionados à Guerrilha do Araguaia. Isto deverá se suceder avaliando como os alunos estão conscientes da importância das fontes históricas que são utilizadas pela Comissão nacional da Verdade para o estudo da Guerrilha do Araguaia. Também se buscará entender como eles, ou seja, os alunos já estão conscientes das premissas históricas que Comissão nacional da Verdade utiliza para dimensionar os episódios da Guerrilha do Araguaia. Será preciso também determinar como eles estão contextualizando por conta própria a intervenção da Comissão nacional da Verdade para o estudo da Guerrilha do Araguaia, destacando-se para o entendimento das motivações e antecedentes que lhe caracterizam. Somente assim será possível determinar até que ponto estes alunos já podem identificar o provável sucesso da Comissão nacional da Verdade em relação ao preservar da memória histórica da Guerrilha do Araguaia na sociedade paraense.

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

Como se constata, será simples e direta, visando a descoberta de prováveis falhas na aula para que sejam executadas prováveis correções em uma outra oportunidade de ensino.

A depender do entendimento dos alunos dos conteúdos trabalhados, será possível a execução de uma nova aula com o intuito de esclarecer melhor os pontos trabalhados em aula. Caso não se faça necessária reapresentação do conteúdo, mais adiante, ou seja, em uma aula futura, será executada uma breve revisão do conteúdo, além de se disponibilizar novos exercícios.

VII - BIBLIOGRAFIA:

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

CNV. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acessado em: 29 de maio de 2022.

GASPARI, Elio. A Floresta dos Homens sem Alma: A Ditadura Escancarada, As Ilusões Armadas. São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

LIMA, Luiz Octavio de. Os anos de chumbo: A militância, a repressão e a cultura de um tempo que definiu o destino do Brasil. São Paulo: Planeta, 2020.

MORAIS, Tais de; SILVA, Eumano. Operação Araguaia: Os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração Editorial, 2005

MEMÓRIA HISTÓRICA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

- DESAFIOS E PERSPECTIVAS -

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABRAL, Pedro Corrêa. Xambioá: Guerrilha do Araguaia. Rio de Janeiro: Record, 2011.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas. 2. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: 'Memória e História'. Campinas: Unicamp, 1990. p.423- 483.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

PEIXOTO, Rodrigo, C.D. 2011. "Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois". Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, Belém, /v.6, n.3, p. 479-499, set-dez

SOUZA, Aluísio Madruga de Moura Movimento comunista brasileiro. Guerrilha do Araguaia, revanchismo, a grande verdade. Brasília: edição do autor, 2002.